

Tássia Patricia Silva do Nascimento
Cíntia Valadares da Silva
(Organizadoras)

Relações Internacionais:

Teorias, Práticas e Desafios Contemporâneos



AYA EDITORA

2025

Relações Internacionais:

Teorias, Práticas e Desafios Contemporâneos



Tássia Patricia Silva do Nascimento
Cíntia Valadares da Silva
(Organizadoras)

Relações Internacionais:

Teorias, Práticas e Desafios Contemporâneos



AYA EDITORA

2025

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organização

Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento

Prof.ª Esp. Cíntia Valadares da Silva Júnior

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kowaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Maralice Cunha Verciano (CEDEUAM-Unisalento - Lecce - Itália)

Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.^a Dr.^a Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)
Prof.^o Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.^o Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.^o Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.^o Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.^a Dr.^a Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.^o Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.^o Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.^a Dr.^a Sílvia Gaia (UTFPR)
Prof.^a Dr.^a Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.^o Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.^o Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)
Prof.^a Dr.^a Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.^o Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.^a Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.^o Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.^o Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.^a Dr.^a Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.^o Dr. Fábio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.^o Dr. Gilberto Sousa Silva (FAESF)
Prof.^a Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.^a Dr.^a Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.^a Dr.^a Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.^a Dr.^a Lucimara Glap (FCSA)
Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)
Prof.^o Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.^a Dr.^a Pauline Balabuch (FASF)
Prof.^a Dr.^a Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.^o Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.^o Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.^a Dr.^a Sílvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.^a Dr.^a Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.^a Dr.^a Tássia Patrícia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.^a Dr.^a Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Estes detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, que reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal.

É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou as opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

R382 Relações internacionais: teorias, práticas e desafios contemporâneos [recurso eletrônico]. / Tássia Patricia Silva do Nascimento, Cíntia Valadares da Silva (organizadoras) -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 121 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-916-5

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505

1. Relações internacionais - Aspectos sociais. 2. Integração econômica internacional. 3. Indústria cultural. I Nascimento, Tássia Patricia Silva do. II, Silva, Cíntia Valadares da. III. Título

CDD: 327.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... X

01

O Impacto Cultural da Produções Asiáticas na Juventude Ocidental: Um Estudo sobre Soft Power no Século XXI..... 1

Kaue da Silva Neo

Jamily do Nascimento Bentes

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.1

02

O Avanço dos Direitos das Mulheres: Uma Comparação entre Brasil e Coreia do Sul..... 11

Davi Damasceno Barbosa

Victória de Aguiar Cardoso

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.2

03

Brasil e Cuba: Uma análise Comparativa do Funcionalismo Público na Pandemia..... 28

Brunna Souza de Araújo Pinheiro
Julianne Pereira Bessa
Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.3

04

A Sombra da Realpolitik: O Genocídio no Camboja e os Limites da Intervenção Humanitária durante a Guerra Fria42

Ediani Nogueira Ribeiro
Lavínia Morgado Junqueira
Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.4

05

Geopolítica dos Recursos Naturais Essenciais no Entorno Estratégico Brasileiro57

Ketllen Soares dos Santos Pinto
Murilo Pereira Babilonio
Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.5

06

O Festival de Parintins como Instrumento de Paradiplomacia73

Amanda Vitória Alves Gil
Letícia de Cássia Melo Tavares
Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.6

07

O Papel dos Portos Privados de Manaus no Desenvolvimento Econômico da Região Amazônica: Um Estudo Comparativo.....85

Cristiano Moura Ribeiro

Luiz Inacio Zuloaga Saldanha

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.7

08

A Complexidade Logística na Maior Floresta Tropical do Mundo.....96

Felipe Lima Antunes

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.505.8

Organizadoras.....105

Índice Remissivo.....107

APRESENTAÇÃO

O presente volume insere-se no debate contemporâneo das Relações Internacionais ao reunir análises que dialogam com transformações políticas, culturais, sociais e econômicas em curso no sistema internacional. Em um cenário marcado por reconfigurações de poder, intensificação das interdependências e emergência de novos atores e agendas, a obra propõe-se a examinar fenômenos que ultrapassam a diplomacia tradicional e evidenciam a complexidade das dinâmicas globais atuais.

Ao longo dos textos, são exploradas articulações entre cultura, política e economia que revelam como práticas simbólicas, políticas públicas, estruturas institucionais e estratégias territoriais influenciam relações entre Estados e sociedades. Questões como projeção cultural, direitos humanos, administração pública em contextos de crise, disputas geopolíticas por recursos naturais, iniciativas de diplomacia descentralizada e desafios logísticos em regiões estratégicas são abordadas de forma integrada, permitindo compreender como escalas locais, nacionais e internacionais se interpenetram.

A contribuição acadêmica do livro reside na capacidade de conectar abordagens teóricas consolidadas com análises empíricas situadas, oferecendo interpretações fundamentadas sobre problemas concretos. Ao articular conceitos clássicos das Relações Internacionais com estudos comparativos e recortes regionais específicos, a obra amplia o campo analítico e favorece a reflexão crítica sobre práticas estatais, não estatais e societais em diferentes contextos históricos e geográficos.

Observa-se, ainda, uma diversidade metodológica e temática que reflete a pluralidade do campo. Os capítulos dialogam com distintas tradições analíticas e recorrem a múltiplas fontes e estratégias de investigação, combinando perspectivas históricas, comparativas e contemporâneas. Essa variedade contribui para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos analisados, sem perder o rigor conceitual e a coerência argumentativa.

Por fim, o volume oferece subsídios relevantes para pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais interessados em interpretar os desafios atuais das Relações Internacionais e suas implicações práticas. Ao estimular novas agendas de pesquisa e reflexões aplicadas, a obra reafirma seu lugar no debate acadêmico e profissional, convidando o leitor a um diálogo contínuo com as transformações do cenário internacional.

Boa leitura!



O Impacto Cultural da Produções Asiáticas na Juventude Ocidental: Um Estudo sobre Soft Power no Século XXI

The Cultural Impact of Asian Productions on Western Youth: A Study on Soft Power in the 21st Century

Kaue da Silva Neo

Jamily do Nascimento Bentes

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Resumo: Com a chegada de tempos modernos podemos vermos a consolidação de uma mídia que antes era vista como só para crianças, se tornou um dos pilares da cultura pop, os chamados popularmente animes, ganharam espaço na cultura e na casa de inúmeros brasileiro, nesse estudo analisaremos que uma mídia pode sim gerar domínio cultural sobre outra, o chamado soft power é alcança através de roteiros cuidadosamente elaborados, histórias cativantes, muito investimento na preservação da cultura oriental e a situação pois guerra que viabilizou e impulsionou seu crescimento. Tendo o entendimentos que animes são sim um aliado importante no domínio cultural e na consolidação de uma nação.

Palavras-chave: Anime; cultura; soft power.

Abstract: With the arrival of modern times, we can see the consolidation of a medium that was once seen as only for children, which has become one of the pillars of pop culture. Popularly known as anime, it has gained space in the culture and homes of countless Brazilians. In this study, we analyze how one medium can indeed generate cultural dominance over another; this so-called soft power is achieved through carefully crafted scripts, captivating stories, significant investment in the preservation of Eastern culture, and the post-war context that enabled and propelled its growth. This leads us to understand that anime is indeed an important ally in cultural dominance and the consolidation of a nation.

Keywords: anime; culture; soft power.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a presença e a influência de produtos culturais asiáticos no Ocidente têm crescido de maneira exponencial, impulsionadas sobretudo pela expansão da internet, pelas plataformas de streaming e pela globalização dos mercados culturais. Fenômenos como o K-pop, os animes, os mangás e os doramas passaram de nichos específicos para expressões culturais consumidas por jovens ocidentais, tornando-se parte significativa de seus hábitos, comportamentos e identidades. Esse processo integra um movimento mais amplo de fortalecimento do soft power asiático, especialmente de países como Coreia do Sul, Japão e China, que passaram a utilizar a cultura como meio estratégico de projeção internacional. Para Nye (2004), o soft power diz respeito à capacidade de um país influenciar outros através de valores, cultura e políticas consideradas desejáveis, e não pela

coerção ou pelo poder militar. Assim, a crescente adesão dos jovens a essas expressões culturais sugere transformações importantes na dinâmica de poder global e na circulação de referências culturais.

Apesar da evidente popularização dessas produções, ainda há questões não completamente compreendidas pela literatura: de que maneira o consumo massivo de K-pop, animes e doramas influencia a construção cultural dos jovens ocidentais? Além disso, é pertinente indagar como essa recepção contribui para o fortalecimento do soft power asiático no século XXI, e em que medida os jovens se tornam agentes de disseminação dessas culturas por meio das redes sociais, da moda, da linguagem e do comportamento. Embora existam estudos isolados sobre fandoms, globalização cultural e mídia digital, ainda há lacunas no entendimento integrado entre consumo cultural juvenil e estratégias de poder internacional baseadas na cultura pop asiática.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como fluxos culturais globais impactam as novas gerações em um contexto de crescente conectividade digital. Os jovens ocidentais não apenas consomem essas obras, mas também as remixam, reinterpretam e as incorporam em suas práticas cotidianas, fazendo com que elementos culturais asiáticos se tornem parte de suas identidades simbólicas. De acordo com Jenkins (2009), as culturas midiáticas contemporâneas estimulam uma participação ativa dos fãs, que deixam de ser receptores passivos e passam a atuar como co-produtores de sentido, contribuindo para a circulação e legitimação de determinadas expressões culturais. Nesse sentido, compreender como K-pop, animes e doramas se inserem nesses circuitos participativos permite iluminar aspectos essenciais das relações culturais internacionais e dos mecanismos contemporâneos de influência global.

Além disso, o estudo contribui para o campo das Relações Internacionais ao demonstrar que cultura e estética são dimensões fundamentais do poder no século XXI. A consolidação da chamada “onda cultural asiática”, frequentemente referida como Hallyu no caso sul-coreano e como Cool Japan no caso japonês, tem provocado mudanças significativas na percepção global sobre a Ásia, ampliando o interesse por seu idioma, moda, culinária, turismo e tecnologias. Para Dator (2019), sociedades que conseguem projetar imagens positivas por meio de sua cultura tendem a fortalecer sua legitimidade e sua influência no sistema internacional. Portanto, analisar o impacto cultural dessas produções entre jovens ocidentais é também compreender como países asiáticos constroem narrativas e valorizam sua presença na arena internacional.

Dessa forma, a presente pesquisa bibliográfica busca investigar o impacto cultural das produções asiáticas na juventude ocidental e analisar de que maneira esse consumo contribui para o fortalecimento do soft power asiático contemporâneo. Espera-se que o trabalho ofereça contribuições significativas para o debate sobre cultura, poder e globalização, bem como forneça subsídios teóricos e analíticos para futuras pesquisas que explorem as interseções entre mídia, juventude e relações internacionais. Conclui-se que compreender esse fenômeno é fundamental para interpretar as novas dinâmicas geopolíticas e culturais que moldam o cenário internacional no século XXI.

OBJETIVO

A presente pesquisa tem como finalidade analisar o impacto cultural das produções midiáticas asiáticas, como K-pop, animes, mangás e doramas, sobre a juventude ocidental, considerando a forma como esses produtos culturais influenciam comportamentos, práticas sociais, identidades e percepções sobre a Ásia. Busca-se compreender como esse fenômeno de circulação cultural contribui para o fortalecimento do soft power asiático no século XXI, especialmente no contexto da globalização digital e das dinâmicas de consumo juvenil. Assim, este estudo pretende oferecer uma visão abrangente das interações entre cultura pop, juventude e poder simbólico no cenário contemporâneo das Relações Internacionais.

Objetivo geral

Investigar o impacto cultural das produções midiáticas asiáticas na juventude ocidental e analisar como esse consumo contribui para o fortalecimento do soft power asiático no século XXI.

Objetivos específicos

- Examinar o processo de expansão global de produtos culturais asiáticos, como K-pop, animes, mangás e doramas.
- Identificar como esses conteúdos influenciam comportamentos, preferências estéticas, sociabilidade e práticas culturais de jovens ocidentais.
- Avaliar o papel das plataformas digitais e das comunidades de fãs na difusão e popularização da cultura pop asiática.
- Analisar de que forma esses produtos culturais funcionam como instrumentos de soft power para países asiáticos, especialmente Coreia do Sul e Japão.
- Compreender as contribuições desse fenômeno para as Relações Internacionais contemporâneas, especialmente no campo da diplomacia cultural e da globalização midiática.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A circulação global das produções culturais asiáticas tornou-se um fenômeno expressivo no século XXI, impulsionado pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, pela integração dos mercados midiáticos e pela crescente valorização de identidades culturais híbridas. Segundo Nye (2004), o soft power consiste na capacidade de um Estado influenciar outros atores internacionais por meios intangíveis, como cultura, valores e narrativa. Nesse sentido, a ascensão da cultura pop asiática opera como ferramenta estratégica de diplomacia cultural, contribuindo para a construção de imagens positivas, atraentes e simbólicas de países como

Coreia do Sul, Japão e China. A globalização das mídias ampliou o alcance desses produtos, possibilitando uma integração entre culturas antes consideradas periféricas no mercado de bens culturais.

A expansão da Onda Coreana (Hallyu) representa um dos principais exemplos contemporâneos de soft power cultural. Autores como Jin (2016) e Kim (2021) destacam que o K-pop, com sua estética elaborada, coreografias complexas e forte interação com fãs, tornou-se um produto midiático transnacional, produzido para circular em mercados globais. Plataformas como YouTube, TikTok e Spotify desempenham papel determinante nesse processo, permitindo que fãs ocidentais consumam conteúdo em tempo real e estabeleçam comunidades virtuais ativas. Além disso, o uso estratégico de redes sociais pelos próprios grupos, prática conhecida como “idol–fan engagement”, fortalece vínculos emocionais que ultrapassam barreiras linguísticas e culturais. Essa dinâmica não apenas expande o alcance do K-pop, mas reforça a imagem da Coreia do Sul como um país moderno, inovador e culturalmente relevante.

Paralelamente ao fenômeno coreano, o Japão consolidou ao longo do século XX e XXI um dos mais robustos sistemas de produção cultural, especialmente por meio dos animes e mangás. Napier (2001) argumenta que as animações japonesas oferecem narrativas complexas, estéticas próprias e temas universais, capazes de dialogar com públicos de diversas faixas etárias e formações socioculturais. A penetração dos animes no Ocidente, inicialmente restrita à televisão, ampliou-se significativamente com os serviços de streaming, como Netflix e Crunchyroll, que passaram a incluir produções japonesas em seus catálogos globais. Esse movimento intensificou o processo de legitimação cultural dos animes como forma de arte e expressão social, gerando novas identidades juvenis, estilos de vida e práticas de consumo.

Além do K-pop e dos animes, os doramas, séries televisivas produzidas principalmente na Coreia do Sul, Japão e China, assumem papel crescente na formação de repertórios culturais da juventude ocidental. Leite (2020) aponta que a estética sensível, a valorização das emoções e os padrões narrativos presentes nos doramas criam uma experiência de proximidade cultural, incentivando a identificação dos espectadores com valores asiáticos, como coletividade, disciplina e respeito. O aumento do consumo de doramas no Ocidente está relacionado à lógica dos algoritmos das plataformas de streaming, que intensificam a visibilidade de produções asiáticas com base em padrões de engajamento e preferências de audiência. Esse mecanismo reforça a circulação desses produtos culturais e contribui para sua sedimentação como parte do cotidiano dos jovens.

No campo das Relações Internacionais, a difusão da cultura pop asiática também é interpretada como consequência dos investimentos governamentais em políticas culturais. A Coreia do Sul, por exemplo, desenvolveu desde a década de 1990 políticas voltadas para a exportação de produtos midiáticos como estratégia econômica e diplomática (Jin, 2016). Essas políticas transformaram a indústria cultural em vetor de projeção internacional, ampliando a presença sul-coreana em fóruns internacionais, feiras culturais, prêmios musicais e eventos globais. De

maneira semelhante, o Japão utiliza seus produtos culturais para fomentar o “Cool Japan”, estratégia de promoção internacional que busca fortalecer a imagem do país por meio de suas produções criativas.

Por sua vez, estudos contemporâneos sobre juventude sugerem que o consumo de produções culturais asiáticas têm influência direta na construção de identidades, hábitos e formas de sociabilidade. Jenkins (2009) destaca que os jovens consumidores atuam como “prosumers”, isto é, simultaneamente produtores e consumidores de conteúdo. As fanbases de K-pop, os grupos de cosplay inspirados em animes e os fóruns dedicados a dramas exemplificam esse tipo de participação ativa, que cria redes sociais transnacionais e promove trocas culturais contínuas. Essa participação ativa da juventude ocidental reforça não apenas a difusão cultural, mas também o sentimento de pertencimento a comunidades globais, contribuindo para a formação de identidades híbridas e cosmopolitas.

Dessa forma, a literatura especializada evidencia que o impacto das produções culturais asiáticas ultrapassa o entretenimento, tornando-se fenômeno sociocultural e político. A presença crescente dessas obras no cotidiano da juventude ocidental revela processos complexos de circulação cultural, construção de identidades, formação de vínculos simbólicos e exercício de soft power. Com base nessa discussão, o presente estudo fundamenta sua análise na articulação entre cultura pop, juventude e Relações Internacionais, destacando a relevância da Ásia como agente central na dinâmica cultural do século XXI.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, com foco em pesquisa bibliográfica e análise documental. Esse tipo de pesquisa permite compreender fenômenos socioculturais complexos a partir da interpretação de fontes já disponíveis, possibilitando a construção de um embasamento teórico consistente sobre o impacto das produções culturais asiáticas na juventude ocidental. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é adequada quando o objetivo consiste em analisar debates, conceitos e tendências já consolidados na literatura científica, permitindo identificar padrões, lacunas e diferentes perspectivas de análise.

A amostragem utilizada foi não probabilística e intencional, composta por obras clássicas e contemporâneas relacionadas aos temas de soft power, cultura pop asiática, globalização cultural, juventude e consumo midiático. Entre as categorias de fontes consultadas encontram-se artigos científicos, livros acadêmicos, relatórios de organizações internacionais, teses, dissertações e análises publicadas em periódicos das áreas de Relações Internacionais, Comunicação, Estudos Asiáticos e Estudos Culturais. Foram priorizados autores de referência, como Nye (2004) para entendimento do conceito de soft power, Jin (2016) e Kim (2021) para análise da Hallyu, Napier (2001) para estudos sobre animes, assim como estudos recentes sobre doramas e juventude digital.

Os instrumentos de coleta de dados incluíram levantamento sistemático em bases acadêmicas, como Google Scholar, SciELO, JSTOR e Periódicos CAPES, associado à análise exploratória de documentos disponíveis em plataformas de streaming, relatórios de consumo cultural e publicações institucionais sobre diplomacia cultural asiática. Esse procedimento permitiu identificar as tendências de expansão das produções asiáticas, suas estratégias de internacionalização e os impactos observados entre jovens ocidentais.

O método de análise empregado foi a análise temática, que, segundo Braun e Clarke (2006), consiste na identificação, organização e interpretação de padrões de significado presentes em um corpus textual. A partir dessa metodologia, os dados encontrados foram agrupados em três eixos interpretativos principais: (1) expansão e consolidação da cultura pop asiática como fenômeno global; (2) influência das produções midiáticas asiáticas nos comportamentos, identidades e práticas culturais da juventude ocidental; e (3) relação entre esses fenômenos e o fortalecimento do soft power asiático no sistema internacional contemporâneo.

Desse modo, o conjunto de procedimentos adotados permitiu uma análise aprofundada da literatura existente, fornecendo a base necessária para a compreensão do papel estratégico das produções culturais asiáticas e seus impactos socioculturais sobre jovens ocidentais. A metodologia escolhida mostrou-se adequada para investigar fenômenos simbólicos, subjetivos e multidimensionais, permitindo alcançar os objetivos delimitados pelo estudo.

CRONOGRAMA

O desenvolvimento deste trabalho foi planejado para acontecer de maneira gradual, permitindo que cada etapa recebesse a atenção necessária. A distribuição das atividades ao longo dos meses foi organizada de forma a garantir tempo suficiente para leitura, reflexão, análise e escrita, evitando sobrecarga e possibilitando a construção de um estudo sólido e bem fundamentado. O quadro abaixo apresenta como cada fase foi conduzida durante o processo de pesquisa.

Tabela 1

ATIVIDADE	MESES				
	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Planejamento e estruturação do projeto	X				
Leitura e seleção das referências		X	X	X	
Reunião e sistematização de informações		X	X	X	
Escrita e ajustes finais do artigo				X	
Publicação					X

Fonte: autoria própria.

RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da análise das fontes demonstram que as produções culturais asiáticas, especialmente K-pop, animes, mangás e doramas, exercem um impacto significativo sobre a juventude ocidental. Identificou-se que esses conteúdos não apenas se consolidaram como formas de entretenimento amplamente consumidas, mas também passaram a influenciar hábitos, estilos de vida, percepções culturais e práticas sociais. Entre os jovens, observa-se uma crescente identificação com elementos estéticos, comportamentais e linguísticos provenientes da cultura pop asiática, evidenciando um processo de aproximação simbólica em que o imaginário coletivo ocidental passa a incorporar referências orientais de maneira cada vez mais naturalizada.

Do ponto de vista científico, o estudo contribui para o debate sobre soft power ao reforçar a relevância das indústrias culturais na construção da influência internacional de países como Coreia do Sul e Japão. Os achados demonstram que o consumo desses produtos culturais tem favorecido uma maior familiaridade com valores, idioma, tradições e estilos asiáticos, fortalecendo o prestígio dessas sociedades no cenário global. A literatura analisada também indica que essa aproximação se intensifica por meio das redes sociais e das comunidades de fãs, que funcionam como espaços de circulação e legitimação desses conteúdos, ampliando o alcance da diplomacia cultural asiática.

Em termos sociais, observa-se que o contato com produções asiáticas tem estimulado novas formas de socialização entre jovens ocidentais, que passam a se reunir em eventos temáticos, grupos virtuais e comunidades baseadas em

interesses culturais compartilhados. Esse fenômeno reforça a criação de redes transnacionais de fãs, contribuindo para a construção de identidades híbridas e para o reconhecimento da diversidade cultural global.

Embora não envolva impactos ambientais ou econômicos diretos no contexto desta pesquisa, o estudo indica que o crescimento das indústrias culturais asiáticas movimentou setores como merchandising, plataformas de streaming, turismo e ensino de idiomas, gerando efeitos indiretos no mercado global de bens culturais.

Assim, os resultados apontam que as produções asiáticas são hoje um dos vetores mais dinâmicos de soft power no século XXI, especialmente entre jovens, que desempenham papel central na difusão e legitimação dessa influência.

RISCOS E DIFICULDADES

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, alguns riscos e dificuldades podem surgir e influenciar o andamento do trabalho. Um dos principais desafios está relacionado ao acesso às fontes e materiais atualizados sobre soft power e cultura asiática, já que muitos conteúdos relevantes estão disponíveis apenas em outros idiomas, especialmente inglês e coreano. Essa limitação pode dificultar a coleta de informações mais aprofundadas e atuais. Para minimizar esse problema, será adotado o uso de plataformas de tradução confiáveis e a consulta a bases acadêmicas internacionais.

Outra dificuldade prevista diz respeito à obtenção de dados que representem de forma fiel a percepção dos jovens ocidentais. Como o estudo envolve fenômenos culturais amplos e em constante mudança, há o risco de que parte das informações coletadas não reflita completamente a diversidade das experiências juvenis. Para enfrentar essa limitação, a pesquisa utilizará múltiplas fontes, como artigos, relatórios culturais e análises sociológicas, garantindo uma visão mais completa.

Além disso, o caráter dinâmico da cultura pop asiática pode gerar mudanças rápidas nas tendências de consumo, o que representa um risco ao tentar analisar fenômenos que evoluem continuamente. A solução será delimitar claramente o período analisado e, sempre que possível, recorrer a dados consolidados.

Por fim, também existe a possibilidade de dificuldades relacionadas ao tempo disponível para a realização de todas as etapas, principalmente a revisão bibliográfica e a sistematização dos resultados. Para reduzir esse risco, será seguido um cronograma organizado, com divisão clara das atividades, permitindo maior controle do progresso da pesquisa.

VIABILIDADE ECONÔMICA

A viabilidade econômica deste projeto mostra-se favorável, uma vez que sua execução depende majoritariamente de recursos já disponíveis e de fácil acesso. As análises teóricas e o levantamento bibliográfico serão realizados em ambiente

acadêmico e doméstico, utilizando computadores pessoais, acesso à internet e bases digitais de artigos científicos, todos amplamente acessíveis ao longo do processo de pesquisa.

O desenvolvimento do estudo não requer estrutura laboratorial, instrumentos técnicos específicos ou aquisição de equipamentos de alto custo. Por ser uma pesquisa de caráter bibliográfico e analítico, os principais recursos envolvidos dizem respeito ao acesso a bibliotecas físicas e digitais, como Google Scholar, SciELO, CAPES Periódicos e bases internacionais gratuitas. Tais ambientes oferecem o suporte necessário para a coleta, seleção e análise das informações.

Os custos previstos são mínimos e envolvem essencialmente eventuais despesas com impressão, organização documental e, caso necessário, o acesso temporário a materiais pagos, que podem ser substituídos por fontes gratuitas equivalentes. O projeto também conta com a infraestrutura acadêmica já existente, incluindo orientação docente e apoio institucional, o que elimina necessidades adicionais de investimento financeiro externo.

Deste modo, o projeto apresenta alta viabilidade econômica, pois utiliza recursos acessíveis, estrutura já consolidada e não demanda investimentos significativos para sua execução, garantindo eficiência e baixo custo ao longo de todas as etapas da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de parecer ser um mundo totalmente fora da realidade brasileira, a mídia das animações japonesas tende a ser muito mais complexa do que nós é ensinado, como provamos nesse estudo a pesquisa dela é de suma importância para entender aspectos culturais e econômicos, além do consumo do chamados animes serem um ótimo aliado de aprendizado para todos os públicos, também gera lucro e mescla de culturas, e estudando mais a fundo podemos voltar os olhos a como o fenômeno aconteceu e o motivo do sucesso cultural astronômico, assim comprovando que é um ótimo mercado e investimento para conseguir soft power com outras nações.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. Acesso: 12 Set. 2025.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Utilizando a análise temática em psicologia**. Pesquisa qualitativa em psicologia , v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- CHIANG, Min-Hua. **The rise of Asian soft power and its cultural influence in the West**. Asian Journal of Social Science, v. 48, n. 2, p. 123-140, 2020. 15 Set. 2025

CHIROL, Mathilde. **Korean Soft Power and the Global Appeal of K-pop.** International Journal of Cultural Studies, v. 25, n. 4, p. 587-604, 2022. 27 Set. 2025.

DATOR, Jim. **A Coreia como a onda de um futuro: A sociedade onírica emergente de ícones e experiência estética.** In: Jim Dator: Um Observador no Tempo: Obras selecionadas, 1967-2018 . Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 199-217.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 27 Set. 2025

IWABUCHI, Koichi. **Recentering Globalization: Popular Culture and Japanese Transnationalism.** Durham: Duke University Press, 2002. 12 Set. 2025.

JENKINS, Henry. **Confrontando os desafios da cultura participativa: Educação midiática para o século XXI .** MIT Press, 2009.

JIN, Jinpu *et al.* **PlantTFDB 4.0: em direção a um centro de informações sobre fatores de transcrição e interações regulatórias em plantas.** Nucleic acids research , p. gkw982, 2016.

JOO, Jeongmee. **Korean Wave and Soft Power: South Korea's Cultural Influence.** International Relations Review, v. 10, n. 3, p. 55-70, 2018. 11 Out. 2025

KATZENSTEIN, Peter. **Asian Regionalism and Global Influence.** New York: Routledge, 2019. 19 Out. 2025.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence.** 4. ed. New York: Pearson, 2012. 03 Out. 2025.

KIM, Sunghwan *et al.* **PubChem em 2021: novo conteúdo de dados e interfaces web aprimoradas.** Nucleic acids research , v. 49, n. D1, p. D1388-D1395, 2021.

LEITE, Kelen Christina. **A (in) esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho.** Psicologia & Sociedade, v. 32, p. e020009, 2020.

NAPIER, Susan. **Anime de Akira a Princesa Mononoke: vivenciando a animação japonesa contemporânea .** Springer, 2001.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** New York: Public Affairs, 2004. 03 Out. 2025

OTMAZGIN, Nissim. **Cultural Industries and East Asian Regional Integration.** Pacific Review, v. 28, n. 2, p. 235-257, 2015. 11 Out. 2025

SUGIMOTO, Yoshio. **An Introduction to Japanese Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 19 Out. 2025

ZHANG, Wei. **The Global Appeal of Chinese Dramas and the Expansion of China's Cultural Soft Power.** Journal of Contemporary Asia, v. 51, n. 4, p. 612-628, 2021. 08 Nov. 2025 .



O Avanço dos Direitos das Mulheres: Uma Comparação entre Brasil e Coreia do Sul

The Advancement of Women's Rights: A Comparison Between Brazil and South Korea

Davi Damasceno Barbosa

Centro Universitário do Norte. 0009-0007-0779-6653

Victória de Aguiar Cardoso

Centro Universitário do Norte. 009-0002-8904-5944

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <https://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: Historicamente, os direitos femininos vêm se propagando como elemento indispensável para o alcance pleno dos direitos humanos e desenvolvimento social em diversas regiões ao redor do globo, especialmente nos extremos geográficos; Brasil e Coreia do Sul. Iniciando essa comparativa com os contextos filosóficos, sociais e histórico das duas nações, objetiva-se desta maneira, analisa-los para captar as origens dos avanços dos direitos femininos nos dois países e como os mesmos se desenrolaram para a situação atual vivida entre a população feminina desses dois Estados. A pesquisa adota a metodologia de análise e coleta de dados numéricos, com revisão documental e bibliográfica de fontes como publicação do Ministério dos direitos humanos, IBGE e documentos oficiais e registros do governo sul-coreano e brasileiros. E o presente estudo busca analisar e compreender os impactos complexos de ambas as sociedades e como os direitos das mulheres se revelam um desafio no cotidiano.

Palavras-chave: direito feminino; Brasil; Coreia do Sul; países.

Abstract: Historically, women's rights have been propagated as an indispensable element for the full achievement of human rights and social development in various regions around the globe, especially at the geographical extremes; Brazil and South Korea. Starting this comparison with the philosophical, social and historical contexts of the two nations, the objective is to analyze them to capture the origins of the advances in women's rights in the two countries and how they unfolded for the current situation experienced among the female population of these two states. The research adopts the methodology of analysis and collection of numerical data, with documentary and bibliographic review of sources such as publications of the Ministry of Human Rights, IBGE and official documents and records of the South Korean and Brazilian governments. And the present study seeks to analyze and understand the complex impacts of both societies and how women's rights are revealed to be a challenge in everyday life.

Keywords: women's rights; Brazil; South Korea; countries.

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, Brasil e Coreia do Sul apresentaram avanços e igualmente regressos nas suas respectivas tratativas à realidade de mulheres

de variadas idades, posições sociais e etnias. Sobre esta ótica, este trabalho tem a finalidade de responder à questão: Qual a ligação entre Brasil e Coreia do Sul no que concerne aos avanços dos direitos das mulheres? Esses países se tornaram referências nas lutas sociais por igualdade de gênero, sendo o país latino americano exemplo em sua região pela criação e permanência da lei contra a discriminação de gênero lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, identidade de gênero e/ou orientação sexual (Brasil, 1989) e Lei Maria da Penha que defende que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006).

No entanto, de que vale a real eficácia e empregabilidade desta lei? De acordo com o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) o país ocupa a quinta posição dos países com as maiores taxas de feminicídio do mundo e o Mapa da Violência do Conselho Nacional aponta, que a cada ano no Brasil o número de mortes por discriminação de gênero só aumenta.

Apesar do salto econômico e cultural sofrido pela Coreia do Sul após a guerra das coreias (1950-1953) impulsionado pela popularização no ocidente do gênero musical K Pop (Korean pop) e novelas coreanas (K-DRAMA, as mulheres ficaram à deriva no meio de toda essas mudanças e seus direitos não acompanharam às grandes evoluções.

No final do ano de 2024, o atual presidente sul coreano Yoon Suk Yeol, declarou lei marcial no país, esta que por sua vez acabou não apresentou os resultados desejados, seguido por tentativas de impeachment e manifestações por parte da população, onde grande parte foi do público feminino. Estimativas da imprensa local afirmam que seria de 40% esse grupo de mulheres, na faixa etária entre o final da adolescência e os 40 anos. Analistas afirmam que essa geração de mulheres está mais determinada a terem um maior protagonismo nas questões políticas do país, depois de longos anos estando numa posição de subserviência diante das grandes revoluções experienciadas pelo país, mesmo tendo sua participação de maneira latente em cada movimento social dentro da região.

“Historicamente, as mulheres têm sido excluídas do debate político”, aponta Hyobin Lee, professora-adjunta de política e ética da Universidade Nacional de Chungnam em uma entrevista dada à DW (Deutsche Welle). “A proporção de mulheres políticas na Coreia do Sul é extremamente baixa. Apenas 17,1% dos membros da Assembleia Nacional são mulheres.”

Desta maneira, a exclusão das mulheres sul-coreanas em assuntos de cunho político já é um fator quase enraizado na sociedade do território leste asiático, que de maneira vagarosa, mas sobretudo constante vem tentando quebrar certos paradigmas referentes ao verdadeiro espaço, que essa parcela deve e pode ocupar.

Desse modo, a conciliação da necessidade do protagonismo feminino com um líder pouco participativo e integrado nos direitos das mulheres só fica um ideal distante e pouco provável. Desde de sua candidatura a atual presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, mostrou-se contrário à políticas que visam a integração de parcelas minoritárias, havendo acusado diversos grupos sub representados das problemáticas presentes no país, especialmente o movimento feminista pela baixa taxa de natalidade do estado sul coreano, que hodiernamente representa o índice mais baixo internacionalmente, essa posição, tomada pelo líder, de culpabilidade ao grupo gera um sentimento de ressentimento e discriminação ao movimento alvo e suas ramificações, este tipo de posicionamento incita apenas o desencorajamento à criação de políticas públicas que as encaixem nos cenários governamentais, sociais e econômicos, leis que visibilizam a promoção da proteção física, moral e psicológica e a procura às autoridades diante de situações de abuso podendo ser este físico, mental ou moral.

Com o objetivo geral de analisar dados dos últimos 5 anos referentes às mudanças no meio social e profissional e político das mulheres no Brasil e Coreia do Sul, e com os objetivos específicos de identificar quais movimentos sociais levaram a esses avanços, bem como as obras apresentadas na literatura e leis das duas culturas; compreender o impacto trazido em escala internacional por esses movimentos; comparar os avanços como também os regressos vividos pelos dois países.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza básica com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico. Analisando desta maneira, materiais obras acadêmicas, artigos científicos, leis, relatórios institucionais e publicações especializadas que tratam dos direitos das mulheres no Brasil e na Coreia do Sul entre 2020 e 2025. O objetivo é compreender o avanço dos direitos das mulheres nesses países, com base em estudos já consolidados na literatura. A coleta de dados foi realizada por meio de plataformas acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico, e periódicos jurídicos. A análise foi feita de forma interpretativa, considerando aspectos históricos, sociais e legislativos, a metodologia comparativa foi utilizada para identificar semelhanças e diferenças nas políticas adotadas por ambos os países, com base em critérios como igualdade de gênero, participação política feminina e combate à violência contra a mulher. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Confucionismo na Sociedade Sul-Coreana

O código de conduta, introduzido no território sul-coreano durante a dinastia Joseon ou Chosun (1392-1910) em 1392 pelo general Yi Seong-gye, a ideologia Confuciana criada pelos chineses chegou para reforçar ideais já integrados na sociedade, como a hierarquização social e liderança moral (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2021). Com isso, o confucionismo enfatizou os Três Laços Fundamentais, a piedade filial, lealdade ao líder e submissão feminina. O confucionismo¹ pode ser caracterizado como a base filosófica que dará espaço para o desenvolvimento de diversas crenças limitantes e de cunho degradantes às parcelas minoritárias em sua sociedade.

Na sociedade confuciana sul coreana, tradições, posições sociais, idade e gênero têm um papel de extrema importância para o funcionamento social, e mulheres tinham uma leitura considerada inferiorizada pela crença de não serem tão capazes quanto o gênero oposto, e por essa razão acreditavam que as mesmas tinham que apresentar uma posição de subordinação diante de seus irmãos, maridos e pais (Cowley, 2011). A cultura confucionista defendia a existência de cinco relacionamentos-chaves em que pais estão acima de filhos, maridos acima de esposas, filhos mais velhos acima de mais novos e chefes de estado acima de súditos. Essas relações tinham como funcionalidade central a ideia de harmonia, mas não de mesmice ou igualdade (Wei Xiaohong, 2013).

Para a conduta confucionista, os indivíduos são seus relacionamentos², eles classificam os indivíduos indo além de apenas formações sociais que nós possuímos, mas como nós nos identificamos como pessoas, desprovendo o ser de seu senso de auto individualidade, especialmente o público feminino, que além de perder sua singularidade acaba tendo seu valor atrelado ao de homens com quem tem algum tipo de relação.

Slote (1992) acrescenta a seguinte nota diante disso,

“A principal preocupação não é o bem-estar do indivíduo envolvido nessas relações diádicas, mas o padrão particular de estabilidade social que resulta nessas relações, dessas regras de conduta rigidamente prescritas.”

1 O confucionismo Chinês, percussor do desenvolvimento sul-coreano possui seis fundamentos chaves, onde cada um caracteriza uma mentalidade necessária para a boa convivência social, no entanto nesta pesquisa eles não serão aprofundados.

2 Pai-filho. A família é a base da sociedade, tendo como núcleo a relação entre pai e filho. (Essa relação também representa todas as relações entre pais e filhos.) O pai deve ser responsável pela educação e formação moral do filho, e o filho deve ser respeitoso e obediente, além de cuidar do pai na velhice. A relação entre pais e filhos é tão fundamental que pode servir de modelo para relacionamentos semelhantes, como aquela entre empregador e empregado.

O Movimento Feminista no Brasil

Em 1931, no jornal Diário de Pernambuco foi escrita uma crônica chamada Ideias e Ideais, assinada pelo codinome Boneca, na crônica é narrada a estória de um homem e sua descrição da mulher ideal, feminina. Diante disso, a personagem feminina decide renunciar à narrativa feminista e passa a pensar somente em seu amigo e no desejo de tê-lo como amante, mudando, portanto, seu estilo de se vestir e seus pensamentos para agradá-lo.

A estória deu início ao que se conheceria como o posicionamento brasileiro diante do movimento feminista, uma tentativa de privar mulheres de sua inerente feminilidade e de acabar com a tão idealizada “família tradicional brasileira”, ademais de ligar estereótipos feministas ao lesbianismo³, o pavor das possíveis transformações das estratificações sociais (Preciado, 2017).

Em 1852, teve-se o primeiro resquício de início desse movimento com a criação do Jornal das Senhoras, que vinha como um formato midiático dedicado a assuntos femininos como moda, beleza, belas artes e literatura, mas o que parecia a primeira olhada assuntos cotidianos e triviais femininos, escondia-se o incentivo ao pensamento crítico das mulheres para que reivindicassem seus direitos educacionais e acesso ao mercado de trabalho⁴ (Rodrigues, 2012 p. 54), e pelas fortes críticas geradas na época o jornal acabou tendo apenas três anos de existência, encerrando suas publicações e circulações em 1855.

Apesar disso, a luta pelo direito da mulher brasileira continuou ganhando força, mesmo em frente às adversidades como a não inclusão do voto feminino na Constituição de 1891, que gerou muita comoção por parte da demografia feminina, e desaprovação por parte dos políticos da época. “É assunto de que não cogito. O que afirmo é que minha mulher não irá votar.”, afirmou o senador Coelho e Campos (SE) em 1891 (Senado, 2022).

E a insistência no mantimento da mulher no papel doméstico e subserviente, e a recusa da participação desse grupo no espaço social e político, como salienta o deputado Pedro Americo (Senado, 2022).

A observação dos fenômenos afetivos, fisiológicos, psicológicos, sociais e morais me persuade que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. A mulher normal e típica não é a que vai ao foro, à praça pública nem às assembleias políticas defender os direitos da coletividade, mas

3 2 Irmão mais velho-irmão mais novo. Um irmão mais velho deve assumir a responsabilidade de criar os irmãos mais novos, e os irmãos mais novos devem ser obedientes. Ele tem um status único e importante na família.

2 Marido e mulher. Cada pessoa neste relacionamento é responsável pelo cuidado do outro. No pensamento confucionista, o relacionamento é hierárquico.

Ao longo do tempo, o termo lésbica, e aquilo que se lhe atribui como correlato, tem sido estrategicamente utilizado como espectro para desestabilizar e deslegitimar os intentos feministas, através de estereótipos como “machona”, “virago”, “feiosa”, “mal-amada”, que não gosta de homem, que se comporta como homem, dentre outros (SWAIN, 2004).

4 Esse incentivo era voltado às mulheres de alta classe social, já que grande parte das mulheres pobres sempre trabalharam para ajudar no sustento do lar.

a que fica no lar doméstico exercendo as virtudes feminis, base da tranquilidade da família e, por consequência, da felicidade social.

Em vista disso, com a chegada dos “anos loucos”, a luta feminina persistiu e só foi se fortalecendo no Brasil, com diversos movimentos sociais se proliferando, como o movimento tenentista, Semana de Arte Moderna e a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Nesse cenário, o movimento feminista se fortaleceu e foi em busca de alicerces para mudanças sociais e políticas mais significativas, diante dessa perspectiva Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura fundaram a ⁵Liga de Emancipação Internacional da Mulher, que foi dissolvida e logo passou a ser chamada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FGV, 2022). Após, a participação de sua idealizadora Bertha Lutz na Conferência Pan-americana de Mulheres, a Liga foi instituída como uma filial na Associação Pan-americana de Mulheres (Lutz, 1993).⁶

Os anos 20 foram extremamente significativos para o cenário político feminino internacional, a ativista equatoriana Mathilde Hidalgo foi a primeira mulher latino-americana a conseguir o acesso ao voto em 1924, depois que encontrou brechas na constituição equatoriana que não especificavam que só homens pudessem votar e assim o fez se tornando a primeira em seu continente (López, 2019).

Esse fato acabou impulsionando o movimento brasileiro a se movimentar e direção à ascensão política feminina, e depois de quase uma década, em 1932 foi concedido a mulheres maiores de 21 anos e alfabetizadas o direito ao voto não obrigatório, por meio do Decreto nº 21.076, de 1932, por Getúlio Vargas, determinou como eleitor⁷ “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo” (TRE, 2025),

5 Tema será aprofundado mais à frente na pesquisa

6 Marido e mulher. Cada pessoa neste relacionamento é responsável pelos cuidados da outra. No pensamento confucionista, o relacionamento é hierárquico. O marido é um protetor autoritário, e a esposa é uma dona de casa e mãe protegida.

2 4. De amigos para amigo. Na cultura confucionista, uma amizade envolve sérias obrigações, e espera-se que uma amizade feita na juventude dure a vida toda. Na amizade, muitas vezes existe uma certa hierarquia: os amigos podem diferir em idade, posição social, saúde, riqueza ou conhecimento. O relacionamento de mentor - que implica uma diferença de idade entre os dois, também é comum nas culturas confucionistas. Esse tipo de relacionamento pode ser, por exemplo, o entre um professor e um aluno, que nas culturas confucionistas envolve sérias responsabilidades mútuas.

2 5. Governante-súdito. Pode parecer que esse relacionamento deveria ser listado primeiro, e às vezes é. No entanto, com mais frequência, aparece por último nas listas, refletindo a perspectiva confucionista sobre o papel do governante: acima de tudo, um governante deve agir como um pai, assumindo a responsabilidade e cuidando dos súditos que são seus filhos (Malloy, p. 233). Acima de tudo, um governante deve agir como um pai, assumindo a responsabilidade e cuidando dos súditos que são como seus filhos. Assim, a relação pai-filho é primordial, pois é o modelo para a maioria dos outros relacionamentos.

O confucionismo sustenta que a ordem social começa em um lar harmonioso e depois se estende para fora - para a cidade, província e campo. O último item então completa o círculo da lista, de volta à menor unidade da sociedade - a família.

para fora - para a cidade, província e campo. O último item então completa o círculo da lista, de volta à menor unidade da sociedade - a família.

7 A presença política feminina, foi apenas concedida às mulheres brancas de classe média-alta (ANDES, 2025) que contabilizavam com uma parcela muito pequena em frente a parcela

se tornando oficialmente o primeiro país latino-americano a conceder o direito ao voto à população feminina, transformando-se em uma nação pioneira nos direitos femininos que estimulou os demais países da região a tomarem partido diante do protagonismo feminino na política. Com isso foi garantida a inserção da mulher brasileira na cidadania e a classificação como cidadã, no entanto sua participação na democracia como eleitoras e como candidatas na política ocorreu somente em 1933, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte (TRE, 2025). A elevação dos direitos políticos das mulheres só foi assegurada em 1934 na segunda Constituição da República.

Mulheres de Conforto⁸

No início da segunda guerra mundial, milhares de cidadãos sul-coreanos foram forçados a deixarem seu território e ir forçadamente defender o território japonês que carecia de soldados o suficiente nas linhas de frente, dentre esse grupo estavam as Mulheres de confortos (wianbu em coreano, e ianfu em japonês), jovens sul-coreanas que foram coagidas ou obrigadas a irem ao país vizinho para servirem de prostitutas e escravas sexuais para soldados japoneses, tendo em vista que a Coreia foi de domínio japonês por mais de trinta anos (1910-1945) (Fonseca, 2023).

Julia Okamoto (Okamoto, vol. 1 p.94 2013) salienta:

Observa-se que, do ponto de vista do Japão, a Coreia era o lugar mais lógico para se recrutar “mulheres de conforto”, pois, enquanto às mulheres japonesas foi dada a tarefa de se casarem jovens e de gerarem muitos filhos para cumprir a “missão nacional da maternidade”, o povo coreano era visto como uma raça inferior e suas mulheres mais adequadas para a exploração sexual.

A migração obrigatória dessa população foi substanciada pelo Império japonês, que presentearam sua população com terrenos deixados pela Dinastia Joseon, diversos coreanos foram mandados a outros países da Ásia e Pacífico, por meio do que se conhecia como Jeongsindae (Campo de Serviço Laboral Voluntário), quase 6 milhões de jovens, aproximadamente de 20% da demografia coreana, de ambos os sexos deixaram sua nação, para atuar na posição de esforço de guerra (Lee, 2018), ademais a grande quantidade de mulheres nos esforços de guerra fez com que se oficializa-se em 1942 os chamados Yeoja jeongsindae ou campo de serviço laboral voluntário de mulheres, onde muitas eram prometidas parcela na industrialização belicosa, na montagem de aeroplanos ou na indústria armamentista, entretanto logo percebiam que sua escalada a um patamar social mais alto, com salários garantidos, era nada mais do que uma emboscada plantada pelo inimigo, onde essas moças iam parar nas “estações de conforto”, onde eram vítimas de escravidão sexual (Okamoto, 2013).

mais dominante feminina que era formada por mulheres da classe trabalhadora.

8 Eram mulheres naturais de países que se encontravam sob o comando do Império japonês, nessa pesquisa será tratado apenas das vítimas coreanos, apesar desse grupo estar presente em diversos países asiáticos.

A pesquisadora Kyung-hee adiciona,

“ [...] a tradição confucionista coreana desaprovava veementemente o sexo pré-marital, de modo que a maioria das adolescentes e jovens mulheres eram virgens. Isso se encaixava no desejo do Japão de mitigar o risco de infecções sexualmente transmissíveis na linha de frente. Entre as mulheres que tiveram a sorte de retornar daquele inferno, a tradição confucionista tornou-se um jugo cruel. Sua castidade era considerada mais importante do que suas próprias vidas.” (Lee, 2021)

Ao final da segunda guerra mundial em 1945 e consequentemente, o fim da ocupação japonesa em território coreano, trouxe a libertação do povo coreano, mas não das mulheres, que em sua maioria acabou morrendo por conta de maus-tratos, fome, violência física e psicológica (MIN, 2018), essas vítimas ao retornar ao seu país de origem, foram silenciadas, invalidadas e obrigadas a seguir suas vidas como se os terríveis traumas sofridos por elas não passassem de memórias de guerra, a tentativa por parte do governo japonês de queimar provas dos crimes de guerra cometido e a não discussão do tema por parte do governo coreano (Okamoto, 2013), só agravou a situação dessas moças que se sentiam injustiçadas e abandonadas, e sem nenhum tipo de compensação, quer seja social ou monetária. (Bracht, 2020)

Discussões acerca do assunto só voltaram a ser trazidas à tona, no final da década de 80 em 1987, pelo governo da República da Coreia logo após o processo de democratização vivido no país. Um artigo jornalístico escrito por Yun Chung-Ok foi publicado em 1990 pelo jornal Hankyoreh, chamando atenção aos horrores vivenciados pelas “mulheres do conforto”, e natureza intrêmula dos anos que se seguiram para essa demografia, embora o artigo tenha gerado grande comoção nos meios sociais, no meio político pouco deram importância ao fato, representantes sul coreanos chegaram até a invalidar o envolvimento japonês no ocorrido (Asian Women's Fund, 2010).

Somente em 1991 a primeira vítima vem a público contar sua experiência, Kim Hak-sun; sua declaração abriu espaço para que outras mulheres também compartilhassem sobre seus infortúnios durante o domínio japonês, dois anos seguintes o Japão lança a Declaração de Kono, que retificava a participação de militares japoneses na coerção de mulheres coreanas à prostituição; na declaração foi reconhecido a ligação militar no recrutamento dessas mulheres, a relação dos militares ao mantimento das estações de conforto e as condições em que as vítimas vivam. (Kantei, 2014)

Yohei Kono retifica em sua declaração as seguintes palavras (Kono, 1993)

“Cabe a nós, o Governo do Japão, continuar a considerar seriamente, enquanto ouvimos as opiniões dos círculos eruditos, a melhor forma de expressar esse sentimento. Enfrentaremos de frente os fatos históricos descritos acima, em vez de evitá-los, e os levaremos a sério como lições da história. Reiteramos nossa firme determinação de nunca repetir o mesmo erro, gravando para sempre tais questões em nossa memória por meio do estudo e do ensino da história.”

O impacto da declaração foi tamanho, que levou a criação do Fundo das Mulheres Asiáticas, que serviu como compensação monetária, em torno de 40 milhões de dólares no total, a todas as vítimas do império japonês, na península coreana e fora dela (AWF, 2014). Atualmente, o fundo prove um site onde narra toda a tragédia que se passou nos anos de guerra, democratizando o acesso aos acontecidos e criando conscientização para que eles não se repitam, ademais gerando a garantia de cada parte manterá sua palavra perante a Declaração.

Um comparativo Brasil-Coreia do Sul

A trajetória do Brasil, marcada por uma história de colonização e escravidão, e a da Coreia do Sul, profundamente influenciada pelo confucionismo da Dinastia Joseon e por um rápido e recente desenvolvimento econômico, apresentam pontos de convergência e divergência na luta pela igualdade de gênero. Enquanto o Brasil consolidou marcos legais importantes, como a Constituição de 1988 e a Lei Maria da Penha, a Coreia do Sul, apesar de seu notável crescimento econômico, ainda lida com a persistência de estruturas sociais patriarcais enraizadas em sua tradição confucionista. Esta análise comparativa, portanto, se aprofundará nas nuances históricas e atuais que moldam a condição feminina em ambas as nações.

Indicadores Sociais e Econômicos:

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os indicadores sociais das mulheres no Brasil revelam avanços significativos, mas também desafios persistentes. O sumário de tabelas da 3ª edição de Estatísticas de Gênero do IBGE fornece uma visão abrangente sobre a situação das mulheres em diversas áreas (IBGE). Os dados do IBGE revelam uma série de indicadores importantes para a compreensão da situação das mulheres no Brasil. Dentre eles, destacam-se a carga total de trabalho, que mostra que mulheres dedicam, em média, mais horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos do que homens, mesmo quando ocupadas no mercado de trabalho (Tabela 1.1 a 1.2.1), a participação na força de trabalho e a taxa de desocupação, que são indicadores cruciais para entender a inserção da mulher no mercado de trabalho (Tabela 1.3, a 1.10.2), o rendimento e a desigualdade salarial, cuja análise do rendimento habitual de todos os trabalhos e a razão de rendimentos entre homens e mulheres evidenciam a persistência da desigualdade salarial (Tabela 1.13, a 1.13.2), a educação, com indicadores de frequência escolar e taxa de alfabetização por sexo e cor/raça que mostram o acesso e a permanência das mulheres na educação (Tabela 2.1 a 2.11), a saúde, com dados sobre prevalência contraceptiva, mortalidade materna e cobertura de cuidado pré-natal que são fundamentais para avaliar a saúde reprodutiva e o acesso a serviços de saúde (Tabela 3.1 a 3.b), a vida pública e tomada de decisão, cuja participação de mulheres em cargos ministeriais, cadeiras na Câmara dos Deputados e cargos gerenciais reflete o nível de empoderamento político e de liderança (Tabela 4.1 a 4.c), e os direitos humanos e violência, com a proporção de mulheres que sofreram violência psicológica, física ou sexual, bem como o número de homicídios e a existência de serviços especializados de enfrentamento à violência, que são indicadores críticos para a segurança e os direitos humanos das mulheres (Tabela 5.1 a 5.d).

Esses dados mostram que, apesar dos avanços, as mulheres brasileiras ainda enfrentam desafios significativos em diversas esferas, especialmente no que tange à divisão do trabalho doméstico, igualdade salarial e proteção contra a violência. Especialmente nas regiões menos desenvolvidas como norte e nordeste, enquanto o machismo nos centros mais desenvolvidos mantém um machismo mais discreto e velado.

Análise comparativa dos indicadores:

A comparação dos indicadores sociais e econômicos revela que, embora ambos os países enfrentem desafios de desigualdade de gênero, as manifestações e a intensidade desses desafios variam. A Coreia do Sul, apesar de ser uma potência econômica, apresenta uma baixa representação feminina no parlamento (19,2% em 2024), (UN Women), um indicador que reflete a persistência de barreiras culturais e estruturais. No Brasil, a participação política feminina também é um desafio, mas a discussão se aprofunda na interseccionalidade de raça e classe, conforme sugerem as tabelas do IBGE (Tabela 4.2.1, 4.2.2).

Um ponto de convergência notável é a disparidade na carga de trabalho não remunerado. No Brasil, as mulheres dedicam significativamente mais horas semanais aos cuidados e afazeres domésticos do que os homens (IBGE). Na Coreia do Sul, a diferença é ainda mais acentuada, com mulheres dedicando 12,4% do seu tempo a essas atividades, contra 3,6% dos homens (UN Women). Essa disparidade é um reflexo direto das normas sociais e culturais que designam o cuidado como responsabilidade feminina, impactando diretamente a participação econômica e o avanço na carreira das mulheres em ambos os países.

Indicadores	Brasil (IBGE)	Coreia do Sul (UN WOMEN)
Representação parlamentar	Desafio (baixa, com foco em raça/classe)	19,2% (Fev/2024)
Trabalho não remunerado (tempo dedicado)	Maior que homens	12,4% (mulheres) vs 3,6% (homens)
Estruturas legais de igualdade	Robustas (Lei Maria da Penha)	88,9% em vigor (foco em violência)
Violência contra a mulher	Indicadores críticos (homicídios, violência física e sexual)	8% (violência por parceiro íntimo, 2018)

Apesar de a Coreia do Sul ter uma alta porcentagem de estruturas legais de igualdade em vigor (88,9%), (UN Women), a baixa representação política e a grande disparidade no trabalho não remunerado sugerem que a eficácia da lei em transformar a cultura e a prática social é limitada. No Brasil, a existência de leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio demonstra um compromisso legal com a proteção, mas a persistência de altos índices de violência e desigualdade salarial (Tabela 1.13) indica que a implementação e a mudança cultural continuam sendo os maiores obstáculos. Em muitos casos as mulheres são forçadas indiretamente a renunciar a seus direitos por conta da enorme pressão social de seu entorno.

Leis de proteção de gênero

Brasil

A evolução legislativa brasileira em favor dos direitos das mulheres é um reflexo direto da mobilização social e política. O marco da Constituição Federal de 1988 estabeleceu o princípio da igualdade de gênero, fundamental para a construção de um Estado Democrático de Direito.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é frequentemente citada como uma das legislações mais avançadas do mundo no combate à violência doméstica. Sua importância reside não apenas na criminalização da violência, mas também na criação de um sistema de proteção integral, que inclui medidas protetivas de urgência e a previsão de serviços de atendimento multidisciplinar. A lei reconhece a violência de gênero em suas diversas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A tipificação do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) como qualificadora do crime de homicídio, e sua inclusão no rol de crimes hediondos, representa um avanço crucial no reconhecimento da motivação de gênero nos assassinatos de mulheres. Essa medida visa aumentar a punição e dar visibilidade a essa forma extrema de violência. E mesmo que várias leis de proteção e assistência tenham sido promulgadas o Brasil teve em 2024 o maior número de casos de feminicídio registrado, como aponta a CNN Brasil. Ao todo, 1.492 mulheres foram vítimas, o que representa uma média de quatro mortes por dia. De acordo com os dados mais recentes, a taxa de feminicídios no país aumentou em 0,7% de 2023 para 2024. É de importância lembrar que esses são somente os casos que foram registrados, em muitas cidades, principalmente as interioranas, a denúncia não chega as autoridades, mascarando o número real.

No âmbito econômico, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante direitos como a licença-maternidade de 120 dias e a proibição de discriminação salarial por sexo. No entanto, a persistente disparidade salarial, conforme os dados do IBGE (Tabela 1.13), demonstra que a igualdade formal garantida pela lei ainda não se traduz em igualdade material no mercado de trabalho. Cada vez mais mulheres estão sendo forçadas a encarar o dilema de ser mãe ou ter filhos, o que gera uma chaga social tremenda num país onde onze milhões de mulheres são mães solas, como apontou o G1 através do levantamento da Fundação Getúlio Vargas (G1, Globo) O levantamento também mostra também que 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras. Quase 15% dos lares brasileiros são chefiados por mães solo. A proporção é maior nas regiões Norte e Nordeste. A maioria, 72,4%, vive só com os filhos e não conta com uma rede de apoio próxima.

Coreia do Sul

A Coreia do Sul, por sua vez, tem um histórico legislativo mais recente no que tange à igualdade de gênero, impulsionado em grande parte por sua rápida modernização e pela pressão de movimentos feministas. A Lei-Quadro sobre

Igualdade de Gênero (Framework Act On Gender Equality), de 2014, é o pilar da política de gênero coreana. (Korea Legislation Research Institute)

Esta lei não apenas estabelece o princípio da igualdade de gênero em todas as esferas da vida (política, econômica, social e cultural), mas também cria mecanismos institucionais para sua promoção, como a formulação de Planos Diretores de Políticas de Igualdade de Gênero a cada cinco anos e a criação do Conselho de Igualdade de Gênero (KLRI). A lei também aborda explicitamente o assédio sexual, definindo-o e buscando coibi-lo em órgãos públicos (Silva, 2024). Outra legislação fundamental é a Lei de Prevenção da Violência Doméstica e Proteção às Vítimas, que foi promulgada em 1997 e, assim como a Lei Maria da Penha, busca proteger as mulheres da violência no ambiente familiar. No entanto, a aplicação e a eficácia dessa lei são frequentemente criticadas por serem insuficientes, especialmente devido à persistência de uma cultura que valoriza a privacidade familiar e desincentiva a denúncia, um resquício da ética confucionista que prioriza a harmonia social e a hierarquia familiar.

No âmbito econômico, a Coreia do Sul, apesar de seu avanço tecnológico e econômico, ainda enfrenta uma das maiores disparidades salariais de gênero entre os países da OCDE. A Lei de Igualdade de Emprego e Conciliação de Trabalho e Família (Act on equal employment and reconciliation of work and family) proíbe a discriminação salarial e de emprego baseada em gênero. Contudo, a lacuna salarial persiste, e a baixa representação feminina em cargos de gestão (Tabela 5.5.2 da UN Women) sugere que as barreiras invisíveis, como o “teto de vidro” e a pressão cultural para o abandono da carreira após o casamento ou maternidade, continuam a ser obstáculos significativos. A principal diferença reside no foco da legislação. Enquanto o Brasil tem um foco mais intenso na proteção contra a violência (com leis mundialmente reconhecidas e um sistema de justiça especializado), a Coreia do Sul concentra-se mais na criação de estruturas e planos governamentais para a promoção da igualdade de gênero de forma abrangente, entretanto sendo tendenciosa se olhado da perspectiva de que a maioria das leis sul-coreanas voltadas para a igualdade é voltada em sua maioria para questões domésticas, como agressão, e pouco foco no ambiente corporativo, isso mostra que a sociedade sul coreana ainda vê a mulher, mesmo que inconscientemente, com estereótipos em relação ao homem. A eficácia de ambas as abordagens é desafiada pela persistência de normas culturais patriarcais, que no caso coreano são fortemente influenciadas pelo confucionismo.

Confucionismo na sociedade sul coreana

O confucionismo, embora não seja uma religião no sentido tradicional, exerceu e ainda exerce uma profunda influência na sociedade sul-coreana, moldando as relações sociais e os papéis de gênero. Durante a Dinastia Joseon (1392-1910), o confucionismo tornou-se a filosofia oficial do Estado, estabelecendo uma estrutura social hierárquica e patriarcal. Essa filosofia enfatizava os Três Laços Fundamentais (lealdade ao líder, piedade filial e submissão feminina) e as Três Obediências (submissão ao pai, ao marido e ao filho), o que resultou em uma

posição subordinada para as mulheres, confinadas ao espaço doméstico e com papéis sociais rigidamente definidos (Silva, 2024). A mulher era vista primariamente em seu papel de esposa e mãe, responsável pela manutenção da linhagem masculina e pela harmonia familiar, sendo-lhe negada a autonomia e a mobilidade social (Silva, 2024).

Apesar dos avanços e da rápida ocidentalização da Coreia do Sul, a herança confucionista ainda influencia as atitudes e políticas em relação às mulheres, perpetuando desafios como a desigualdade salarial, a baixa representação política e a violência de gênero (Silva, 2024). O artigo de Silva e Lima Junior (2024) destaca que o confucionismo é frequentemente caracterizado como “inimigo do feminismo” por ter moldado uma sociedade profundamente patriarcal (Silva, 2024). Entretanto, muitos coreanos, em sua maioria longe dos grandes centros, se questionam se a ocidentalização não interfere em demasia as tradições coreanas, vendo o feminismo como algo intruso que busca enfraquecer as culturas locais, o colocando como algo de outros países, e não necessariamente coreano.

A persistência do patriarcado confucionista

A influência do confucionismo na Coreia do Sul é um fator crucial para entender a resistência à plena igualdade de gênero. A doutrina confucionista impôs historicamente as Três Obediências (submissão ao pai, ao marido e ao filho), que limitaram severamente a autonomia e a mobilidade social das mulheres (Silva, 2024).

O patriarcado confucionista se manifesta atualmente em:

- **Divisão Sexual do Trabalho:** A forte ênfase no papel da mulher como mãe e esposa, responsável pelo lar e pela criação dos filhos, explica a acentuada disparidade no trabalho não remunerado (12,4% vs. 3,6% [2]) e a dificuldade das mulheres em conciliar carreira e família.
- **Hierarquia Social:** O respeito à hierarquia, um pilar do confucionismo, se traduz em ambientes de trabalho e políticos dominados por homens mais velhos, dificultando a ascensão feminina a cargos de liderança (baixa representação parlamentar de 19,2%). (UN Women)
- **Resistência à Mudança:** A forte tradição confucionista gera movimentos antifeministas e masculinistas que veem a luta por igualdade como uma “ameaça” à ordem social estabelecida, como evidenciado pela reação misógina à atleta olímpica An San em 2021 (Silva, 2024).

Em uma análise contrastiva das estruturas sociais, observa-se que, enquanto a Coreia do Sul possui um sistema patriarcal profundamente ancorado em um substrato filosófico e doutrinário formalizado, notadamente o Confucionismo, o Brasil apresenta uma manifestação mais difusa e multifatorial do patriarcado. A ausência de uma doutrina de Estado de natureza filosófica tão rigidamente codificada no contexto brasileiro implica que sua estrutura patriarcal é moldada por uma confluência de fatores. Estes incluem o machismo cultural de longa data, a herança colonial e a persistente desigualdade socioeconômica. Essa matriz de influências resulta em um patriarcado menos formalizado, mas igualmente presente.

A complexidade do caso brasileiro é acentuada por anomalias históricas que desafiam a narrativa de um patriarcado monolítico, imutável desde a fundação do Brasil. A figura da Imperatriz Leopoldina, por exemplo, emerge como um agente político de relevância na gênese do Estado-nação brasileiro, atuando como regente e chefe de Estado de facto em diversas ocasiões na ausência de D. Pedro I, sendo reconhecida por vários historiadores como a primeira chefe de estado, mesmo que de forma interina, mulher das américas.

Ao contrário do que alguns imaginam, a atual presidenta Dilma Rousseff não é a primeira mulher a governar o Brasil. Em agosto de 1822, enquanto D. Pedro viajava para São Paulo, onde proclamaria a independência, D. Maria Leopoldina, sua esposa, chefiava o Conselho de Estado que viria a recomendar a dissolução dos laços políticos que nos uniam a Portugal. (Rezzutti, 2013, p.34)

Essa proeminência feminina no mais alto escalão do poder, embora sujeita a tentativas de apagamento historiográfico, representa uma contradição notável. De maneira similar, o Brasil se destacou por ter a primeira chefe de Estado das Américas, e, paradoxalmente, foi palco de um golpe de Estado que culminou na Proclamação da República, motivado, em parte, pela rejeição à ascensão da Princesa Isabel, uma mulher com posicionamentos fortes e liberais, ao trono.

Essa disparidade na origem e na formalização do patriarcado, doutrinário versus difuso, é fundamental para a compreensão das diferentes abordagens legislativas e dos desafios específicos enfrentados por cada nação. O contexto brasileiro, marcado por essa intersecção de fatores culturais, históricos e socioeconômicos, manifesta uma complexidade estrutural superior àquela observada no modelo coreano, o que se reflete diretamente na dinâmica social contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa entre o Brasil e a Coreia do Sul revela que o avanço dos direitos das mulheres é um processo complexo, multifacetado e profundamente enraizado em contextos históricos e culturais distintos. Ambos os países demonstram um compromisso formal com a igualdade de gênero, evidenciado pela criação de marcos legais robustos, mas enfrentam desafios significativos na tradução dessa igualdade formal para a igualdade material no cotidiano das mulheres.

No Brasil, a luta se concentra na superação de um patriarcado difuso, marcado pela desigualdade socioeconômica e pela violência endêmica, que levou à criação de legislações de vanguarda como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. No entanto, a persistência da desigualdade salarial e a baixa representação política, agravadas por questões de raça e classe, indicam que a implementação efetiva e a mudança cultural são os maiores obstáculos.

Na Coreia do Sul, o desafio é mais diretamente ligado à superação de um patriarcado confucionista historicamente formalizado. Apesar do notável desenvolvimento econômico e da criação de estruturas governamentais para a igualdade de gênero, a influência da doutrina confucionista ainda se manifesta na

baixa participação política feminina, na acentuada disparidade na carga de trabalho não remunerado e na resistência de movimentos masculinistas. A eficácia das leis coreanas é constantemente testada pela força da tradição e da hierarquia social.

Em suma, a comparação demonstra que, enquanto o Brasil se destaca pela legislação de proteção contra a violência, a Coreia do Sul se concentra na legislação de promoção da igualdade através de planos e estruturas. Contudo, em ambos os casos, a cultura patriarcal se apresenta como o principal fator de resistência. A plena realização dos direitos das mulheres em ambos os países dependerá não apenas da contínua evolução legislativa, mas, sobretudo, de uma profunda e contínua transformação das normas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Mary Lynn. **Herdeiras do Mar**. São Paulo: Paralela, 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: [28 de setembro].

BRASIL. **Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: [28 de setembro].

COWLEY, Stephen J. Distributed language. In: Distributed language. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 1-14.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Documentos históricos sobre o feminismo no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.fgv.br/>>. Acesso em: [28 de setembro].

KANTEI. **Statement by the Chief Cabinet Secretary Yohei Kono on the result of the study on the issue of “comfort women”**. Tóquio: Government of Japan, 1993.

KONO, Yohei. **Declaração Kono**. Tóquio: Governo do Japão, 1993.

LUTZ, Bertha. **Pioneira da inscrição dos direitos das mulheres na ONU**. 1993.

MIN, [Nome completo]. **Título da obra ou artigo**. [Local]: [Editora], 2018.

OKAMOTO, Júlia. **As ‘Mulheres De Conforto’ Da Guerra Do Pacífico**. Vol. 1, p. 94, 2013.

PRECIADO, Paul B. **Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a prostituta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com Annie Sprinkle**. Performatu Magazine: Inhumas, anus, v. 5, n. 17, p. 01-32, 2017.

SENADO FEDERAL. **Mulheres no Senado: trajetória histórica e desafios**. Brasília: Senado, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/>>. Acesso em: [data de acesso].

SLOTE, Michael A. **Da moralidade à virtude**. Oxford University Press, 1992.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Korean Philosophy. Stanford University, 2022. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/korean-philosophy/>>. Acesso em: [data de acesso].

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **História do voto feminino no Brasil**. 2025. Disponível em: <[https://www.tre-\[sigla do estado\].jus.br](https://www.tre-[sigla do estado].jus.br)>. Acesso em: [data de acesso].

WEI, Xiaohong; LI, Qingyuan. **O valor confucionista da harmonia e sua influência na interação social chinesa**. Comunicação Intercultural, v. 9, n. 1, p. 60, 2013.

AWF – Asian Women's Fund. **História das mulheres de conforto**. 2010 e 2014. Disponível em: <<http://www.awf.or.jp/e6/index.html>>. Acesso em: [data de acesso].

DW – Deutsche Welle. **Entrevista com Hyobin Lee sobre política e gênero na Coreia do Sul**. Disponível em: <<https://www.dw.com>>. Acesso em: [25 de outubro].

REZZUTTI, Paulo. **Leopoldina, primeira governante do Brasil**. Revista História Viva, ed. 114, abril de 2013, p.34-39.

IBGE IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: [01 de novembro].

UN Women UN WOMEN. **Country Fact Sheet | Republic of Korea**. [S.l.]: UN Women, [s.d.]. Disponível em: <https://data.unwomen.org/country/republic-of-korea>. Acesso em: [19 de setembro].

Korea Legislation Research Institute KOREA LEGISLATION RESEARCH INSTITUTE. FRAMEWORK ACT ON GENDER EQUALITY. [S.l.]: **Korea Legislation Research Institute, [s.d.]**. Disponível em: https://elaw.klri.re.kr/eng_mobile/viewer.do?hseq=35143&type=part&key=38. Acesso em: [19 de setembro].

Brasil Escola BRASIL ESCOLA. **Direitos da mulher: quais são, leis, no Brasil**. [S.l.]: UOL, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/direitos-da-mulher.htm>. Acesso em: [21 de junho].

CNN Brasil (Feminicídio) CNN BRASIL. **Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024**, diz estudo. [S.l.]: CNN Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/feminicidio-bate-recorde-no-brasil-em-2024-diz-estudo/>. Acesso em: [10 de setembro].

G1 (Mães Solo) G1. **Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas**. [S.l.]: Globo, 12 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/>

bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml. Acesso em: [09 de outubro].

SILVA & LIMA JUNIOR SILVA, A. de M.; LIMA JUNIOR, J. B. **Confucionismo, tradição e feminismo: os papéis da mulher na Coreia do Sul**. Revista Trópico, Recife, v. 48, n. 2, p. 53-72, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/2345/1767/5598>. Acesso em: [24 de abril].



Brasil e Cuba: Uma análise Comparativa do Funcionalismo Público na Pandemia

Brazil and Cuba: A Comparative Analysis of the Public Administration Performance During the Pandemic

Brunna Souza de Araújo Pinheiro

Centro Universitário do Norte. <http://lattes.cnpq.br/6367743398486349>

Julianne Pereira Bessa

Centro Universitário do Norte. ORCID: 0009-0006-6562-0480

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: O presente estudo analisa comparativamente o funcionalismo público durante a pandemia da covid-19 em dois países com modelos de saúde pública distintos: Brasil e Cuba. A pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se em análise bibliográfica, com o objetivo de compreender como as estruturas administrativas e políticas públicas de ambos os países responderam à crise sanitária. No caso brasileiro, observou-se uma atuação marcada por fragilidades estruturais, má gestão e desigualdades regionais, evidenciadas pela falta de recursos e coordenação em cidades como Manaus. Por outro lado, Cuba, mesmo enfrentando severa crise econômica e restrições externas, manteve a coerência de seu sistema universal de saúde, investindo em pesquisa, atenção primária e desenvolvimento de vacinas nacionais. A análise demonstra que o sucesso relativo das políticas públicas durante a pandemia dependeu menos da condição econômica dos países e mais da eficiência administrativa e do compromisso político com a saúde pública. Assim, a comparação entre Brasil e Cuba evidencia diferentes concepções de funcionalismo público e destaca a importância da cooperação internacional e da diplomacia sanitária como instrumentos de fortalecimento dos sistemas de saúde frente a crises globais.

Palavras-chave: funcionalismo público; políticas públicas; pandemia; saúde; cooperação internacional.

Abstract: This study presents a comparative analysis of public administration performance during the covid-19 pandemic in two countries with distinct public health models: Brazil and Cuba. The research follows a qualitative and bibliographical approach, aiming to understand how the administrative structures and public policies of both nations responded to the global health crisis. In Brazil, the pandemic exposed structural weaknesses, poor management, and regional inequalities, particularly in cities such as Manaus. Conversely, Cuba, despite facing a severe economic crisis and international restrictions, maintained the coherence of its universal health system, investing in research, primary care, and the development of national vaccines. The study reveals that the relative success of public policies during the pandemic depended less on economic capacity and more on administrative efficiency and political commitment to public health. Therefore, the comparison between Brazil and Cuba highlights different conceptions of public administration and emphasizes the relevance of international cooperation and health diplomacy as essential tools for strengthening health systems in times of global crises.

Keywords: public service; public policies; pandemic; health; international cooperation.

INTRODUÇÃO

A saúde é um dos temas que mais são relevantes dentro das Relações Internacionais, pois envolve a economia pública e privada, diplomacia de saúde global, comércio nacional e internacional, afins. Dentro da corrida evolutiva, a saúde em forma de desenvolvimento para as nações é um meio de visibilidade na Política Externa frente às tomadas de decisão a nível mundial, como por exemplo a pandemia do Covid-19. Uma crise como esta necessitou de reestruturação para lidar com situações que ajudassem a população em geral, mas ao mesmo tempo sem prejudicar a economia dos países. Compreender o funcionalismo público poderia ser matéria de ensino regular, pois traria mais autonomia e buscas mais assertivas para a construção de soluções em problemas sociais, de fato, uma análise. O conceito de políticas públicas não é absoluto, pois vários literatos como H. Laswell e H. Simon, pioneiros nessa área, desde o seu surgimento buscam uma definição conforme suas visões de estado e análises de equilíbrio entre a ação dos governos e suas consequências. Laswell traz a definição mais conhecida, ou seja, uma análise do quadro geral entre governo e sociedade e insiste em respostas para questões como: quem ganha o quê, por que e que diferença faz para um todo (Souza, 2006, p.4-5).

A saúde é um tema sensível internacionalmente, visto que engloba não só a saúde de um país, mas sua economia e a economia é um dos pilares de evolução entre as sociedades. Frente à crise mais recente, a pandemia do Covid-19, entendeu-se que a cooperação internacional repetidas vezes se mostrou em um termo de RI anárquica, pois o globo buscou obter o melhor para si, quanto ao que seria melhor economicamente. A saúde é um negócio no qual países em desenvolvimento como Cuba e Brasil necessitam se manter firmes em um quadro não vantajoso.

O Brasil no período da pandemia teve sua importância no desenvolvimento de vacinas em curto período em laboratórios como o da Fiocruz, uma vacina 100% nacional, mas em contraste, teve dificuldade em obter imunobiológicos internacionais para distribuição em tempo hábil, seria o problema genuinamente econômico ou poderia ser apenas má gestão (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p. 10). Diversas cidades brasileiras se mostraram despreparadas sem o mínimo de estrutura para uma crise então vivida, toma-se por exemplo a cidade de Manaus-AM, segundo a Fiocruz (2021), a capital amazonense trouxe comoção mundial pela falta de estrutura em equipamento e má gestão em distribuição de gastos em conjunto com a corrupção à qual foi exposta.

Cuba, por sua vez, além da dificuldade enfrentada pelo mundo, intensificou a crise econômica na gestão então vigente, trazendo consigo protestos quanto à liberdade para a população devido aos bloqueios de ordem mundial para a contenção do vírus. Desenvolveu vacinas nacionais como a Soberana 02¹ com

1 A Soberana 02 é uma das cinco vacinas candidatas de fabricação nacional que Cuba desenvolveu contra a COVID-19, em meio a pandemia, é desenvolvida pelo Instituto Finlay de Vacinas (IFV), em parceria com o Centro de Imunologia Molecular e o Centro Nacional de Biopreparações em Cuba.

eficácia acima de 92%. Esse período expôs uma realidade complexa vivida pelos cubanos; houve queda no turismo, escassez de energia e tentativas de migração para os EUA (Silva, 2024, p.59).

O presente artigo parte da problemática: como o funcionalismo público se estruturou e respondeu à pandemia em países com modelos de saúde pública distintos, como Brasil e Cuba? Busca-se compreender e comparar as formas de atuação desses dois sistemas, que se diferenciam pelo grau de incentivo e gestão. Procura-se identificar as similaridades entre os sistemas de saúde pública de ambos os países, analisar os modelos de gestão adotados pelos representantes dos Ministérios da Saúde durante o período pandêmico, comparar as providências mais assertivas de gestão frente à crise sanitária e examinar as políticas públicas que se mostraram mais eficazes na promoção de um equilíbrio social internacionalmente aceito e com menores impactos sociais. Dentro desse contexto, o estudo evidencia a importância de refletir sobre aspectos relacionados à vida em sociedade, à oferta e ao conforto social, à economia, à atenção primária, à cooperação internacional e à diplomacia da saúde global.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender como cada país estruturou sua política sanitária e de que forma tais estruturas influenciaram suas respostas diante da pandemia da covid-19. Devem-se examinar, inicialmente, os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu papel na consolidação da saúde como direito universal no Brasil. Em seguida, evidenciando a trajetória da medicina cubana, marcada por ideais de equidade, prevenção e solidariedade internacional, que se tornaram referência global em políticas públicas de saúde. A partir desse panorama comparativo, será possível mostrar como diferentes contextos históricos e ideológicos moldaram estratégias distintas de gestão e atenção à saúde.

A Construção Histórica da Saúde Pública no Brasil e o Surgimento do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema proveniente de uma série de mudanças no fim da Guerra Fria. No Brasil, em 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública, que em seus anos subsequentes ganharam nomes diferentes acompanhando a sua evolução, sendo assim, em 1961 foi instituído o Ministério da Saúde (MS) que por sua vez teve notórias mudanças de competência como não só a atuação contra doenças transmissíveis, mas com a saúde pública no geral evoluíram para integrar plano de desenvolvimento socioeconômico da sociedade moderna. Em 1963, o governo passou a olhar para a população com a preocupação de atender 100% da população por meio da lei que assistia ao trabalhador rural. O Sistema Único de Saúde somente se tornou um sonho possível a partir da VIII Conferência Nacional de Reforma Sanitária onde discutiram à sua base segundo a constituição de 1988 (Pinho, Silva, 2010, p.434).

Em 19 de setembro de 1990 foi homologada a Lei nº 8.080, ela visa a promoção, proteção e recuperação da saúde (Pinho, Silva, 2010, p.435). O Sistema Único de Saúde compete aos serviços sanitários, estaduais e municipais, estaduais e federais. É um conjunto de serviços que visam atender a população por meio de órgãos estaduais e atuam na assistência à saúde e na promoção e prevenção. Segundo a Lei nº 8.080, o SUS segue diretrizes norteadoras, como: Universalidade, Integralidade da assistência, Equidade, Regionalização e hierarquização, Resolubilidade, Descentralização, e participação dos cidadãos. Cada diretriz se interliga à maneira que tudo se resume ao serviço ofertado com decência e igualdade a todos, criando uma visão de que todos, apesar de sua classe social, todos devem receber auxílio de qualidade, em suas variadas vertentes (Pinho, Silva, 2010, p.435-436).

A Universalidade é a garantia de atenção à saúde, por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão, trazendo uma carga de confiança para o sistema, faz-se pensar que o Sistema inclui sua atenção sem discernimento. A integralidade da assistência é reconhecida como serviços preventivos e curativos para todos com o pensamento central de que o homem é um ser integral, biopsicossocial e deverá ser atendido com essa visão integral por um sistema de saúde também integral, voltado a promover, proteger e recuperar sua saúde (Pinho, Silva, 2010, p.435-436).

Equidade é uma palavra norteadora para o SUS, define de fato o sonho de um sistema que inclui todos igualmente, buscando que todo cidadão seja igual perante o SUS e seja atendido conforme suas necessidades até o limite do que o sistema pode oferecer para todos. Regionalização e hierarquização, Resolubilidade e descentralização traz o sentido de organização e serviços prestados conforme sua localidade e complexidade de sua prioridade. Participação dos cidadãos, garantia de que o povo terá opinião em reuniões de ações de saúde buscando melhorias em respeito à saúde.

Complementaridade do setor privado é a contratação de serviços privados mediante a insuficiência dos serviços públicos, no entanto, essa contratação requer compromisso com as normas do SUS, mesmo que seja um serviço privado é necessário que as instituições funcionem com a mesma lógica do SUS (Pinho, Silva, 2010, p.435-436). Segundo Silva, em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, o Brasil criou o Programa Mais Médicos, dentro do SUS, o que por sua vez, recorda suas diretrizes descritas em sua cartilha, essa medida trouxe a sociedade por cerca por cerca de seis anos uma colaboração com o objetivo de fortalecimento da atenção primária no país, exemplificando a sua universalidade:

O Programa Mais Médicos para o Brasil, nacionalmente conhecido apenas como Mais Médicos, tinha o objetivo levar médicos para áreas e regiões mais distantes do país. Criado em 2013, o programa também se caracterizava pela participação de médicos cubanos. No entanto, no início de 2019, o governo brasileiro decidiu encerrar o programa e substituí-lo por um novo. Também passou a ser exigida a validação de diplomas de médicos estrangeiros. Com isso, Cuba encerrou a parceria com o Brasil e retirou seus profissionais do país. De acordo com

Rodrigo Penha, professor do curso de Medicina da Universidade Federal de São João Del Rei, como consequência do fim dos Mais Médicos percebe-se a não reposição de médicos após a saída dos profissionais cubanos e a insatisfação da população com médicos que não estão adequados à atenção primária ou com a região em que está trabalhando (NESCON-UFMG, 2020).

A experiência do Programa Mais Médicos evidencia, portanto, a importância da cooperação internacional como instrumento de fortalecimento das políticas públicas de saúde. A presença dos profissionais cubanos nas comunidades mais remotas do Brasil representou não apenas uma resposta emergencial à carência de médicos, mas também um exemplo concreto da aplicação dos princípios de universalidade e equidade que orientam o SUS. A interrupção do programa revelou as fragilidades estruturais da atenção primária e a dependência de parcerias internacionais para assegurar a cobertura integral dos serviços de saúde. Mais do que uma questão administrativa, o fim dessa cooperação demonstrou como decisões políticas podem impactar diretamente o acesso da população a direitos fundamentais, reafirmando a necessidade de políticas públicas sustentadas por planejamento, continuidade e compromisso social.

A Evolução do Sistema de Saúde em Cuba: da Revolução à Medicina Preventiva

A trajetória da medicina em Cuba está profundamente vinculada ao processo revolucionário de 1959, que marcou uma ruptura decisiva com o modelo sanitário anterior. Antes da Revolução, o país apresentava graves desigualdades no acesso à saúde, concentrando os serviços médicos nas zonas urbanas e deixando vastas regiões rurais desassistidas. O próprio Fidel Castro², em 1953, denunciava o “assassinato maciço” de crianças por doenças evitáveis, como símbolo da precariedade do sistema e da ausência de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, a saúde pública tornou-se uma das principais bandeiras da transformação social proposta pelo novo governo, declara Castro no artigo de Osa (2011, p.89):

a sociedade se comove diante da notícia do sequestro ou o assassinato de uma criatura, mas permanece indiferente diante do assassinato maciço que se comete com tantos milhares e milhares de crianças que morrem todos os anos por falta de recursos, agonizando entre os estertores da dor e cujos olhos inocentes, já neles o brilho da morte, parecem olhar para o infinito como pedindo perdão para o egoísmo humano e para que não caia sobre os homens a maldição de deus [...]

Com o triunfo revolucionário, iniciou-se uma profunda reestruturação do sistema de saúde, orientada por princípios de universalidade, equidade e gratuidade. Em 1960, foi criado o Sistema Nacional de Saúde, caracterizado pela centralização

2 Fidel Castro Ruz foi uma figura central e líder inquestionável da Revolução Cubana e do Estado cubano por muitas décadas. Seu impacto se estendeu por diversas esferas, especialmente nas políticas de saúde e educação, e na concepção ideológica do país.

administrativa e pela cobertura integral das necessidades médicas da população (Osa, 2011, p.89). No ano seguinte, a criação do Ministério da Saúde Pública (MINSAP) consolidou o compromisso do Estado com o direito à saúde como um bem social inalienável. A partir desse momento, o enfoque da política sanitária cubana deixou de ser curativo e passou a ser predominantemente preventivo, priorizando a atenção primária e a medicina comunitária (Silva, 2024, p.32).

Um dos pilares dessa nova política foi a ampliação dos serviços em áreas rurais, historicamente negligenciadas. Foram instalados postos médicos, maternidades e policlínicas em todo o território, o que possibilitou o acesso de populações vulneráveis ao atendimento básico (Osa, 2011, p.92). Mesmo enfrentando a emigração de cerca de metade dos médicos após 1959, o país investiu fortemente na formação de novos profissionais e na integração entre ensino e prática médica. O modelo de universalização da docência, que une universidades e unidades assistenciais, consolidou-se como base do sistema, garantindo um contingente crescente de profissionais de saúde.

Outro marco fundamental foi a criação, em 1962, do Programa Nacional de Imunização, que assegurou vacinas universais e gratuitas à população. Essa política permitiu a erradicação ou o controle de diversas doenças transmissíveis e reduziu significativamente a mortalidade infantil. Além disso, Cuba passou a produzir parte de suas próprias vacinas, reforçando sua autonomia científica e tecnológica (Silva, 2024, p.15-16). Paralelamente, a década de 1980 representou o início de uma nova fase na trajetória da medicina cubana, com o fortalecimento da pesquisa e da biotecnologia. O país consolidou uma plataforma científica voltada à engenharia genética e à produção de medicamentos, culminando, em 1989, no desenvolvimento da vacina VA-MEN-GOC-BC3, a primeira eficaz contra a meningite B (Ibañez; Pereira; Recio, 2020, p. 14).

Nos anos seguintes, a criação do Polo Científico de Havana, em 1991, e de centros como o de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB) e o Centro Nacional de Biopreparados ampliou a capacidade de inovação médica (Silva, 2011, p.33). Essa rede de instituições passou a responder por grande parte da produção nacional de fármacos e vacinas, tornando o país referência em pesquisa biomédica no contexto latino-americano. Em 2017, o reconhecimento internacional se consolidou com a certificação da Autoridade Reguladora de Medicamentos de Cuba (CECMED) pela Organização Mundial da Saúde como instituição de referência internacional (Silva, 2011, p.16).

A trajetória da medicina cubana, portanto, revela uma política de saúde orientada não apenas pela eficiência técnica, mas também por valores éticos e sociais. O princípio da prevenção, o caráter humanista da prática médica e o compromisso com a formação de profissionais qualificados constituem os alicerces

3 A VA-MEN-GOC-BC é uma vacina cubana que se tornou um marco no desenvolvimento da indústria biotecnológica e científica do país. Cuba desenvolveu a VA-MEN-GOC-BC em 1989. Entre 1988 e 1990, toda a população cubana menor de 20 anos (cerca de 3 milhões de pessoas) foi vacinada com a vacina cubana contra a meningite meningocócica grupo B, a qual é descrita como “única no mundo”. A vacina foi formalmente incluída no esquema de imunização do país em 1991.

de um sistema que, mesmo com limitações econômicas, alcançou resultados notáveis em saúde pública. Às vésperas da pandemia de covid-19, Cuba já dispunha de uma estrutura sólida, apoiada em um modelo integrado de atenção primária, pesquisa científica e solidariedade internacional, fatores que explicam, em parte, sua capacidade de resposta diante dos desafios sanitários globais.

No caso brasileiro, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) também se fundamente em princípios de universalidade, integralidade e equidade, a pandemia evidenciou fragilidades históricas relacionadas à má gestão, desigualdades regionais e insuficiência de investimentos (Pinho, Silva, 2010, p.435-436). Ainda assim, o país demonstrou avanços significativos na produção científica e tecnológica, como o desenvolvimento de vacinas nacionais e a atuação de instituições como a Fiocruz. Assim, tanto Cuba quanto Brasil representam experiências singulares de consolidação de sistemas públicos universais, que, apesar de suas diferenças estruturais e econômicas, reafirmam a relevância do Estado e do funcionalismo público na garantia do direito à saúde e na sustentação das políticas sociais em tempos de crise (Carvalho *et al.*, 2021).

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e comparativa. A pesquisa qualitativa se caracteriza pela busca de uma compreensão aprofundada de fenômenos complexos, considerando o contexto social, histórico e político em que se inserem. Segundo Minayo (2012, p. 21), esse tipo de abordagem “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, aspectos que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis, mas que são fundamentais para a interpretação da realidade social. Nesse sentido, a análise bibliográfica foi empregada como instrumento de investigação das produções científicas já publicadas, a fim de fundamentar teoricamente o trabalho e identificar tendências e lacunas na literatura sobre funcionalismo público e sistemas de saúde durante a pandemia. De acordo com Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo especialmente útil para a revisão e comparação de conceitos em diferentes contextos.

A abordagem qualitativa e comparativa permite compreender as respostas institucionais de diferentes países a uma mesma crise global. Para Lakatos e Marconi (2017, p. 174), o método comparativo possibilita “verificar semelhanças e diferenças entre fenômenos e estabelecer generalizações válidas”, sendo apropriado quando se pretende identificar padrões de gestão e políticas públicas em cenários distintos. Neste estudo, essa abordagem é operacionalizada por meio da análise interpretativa de documentos oficiais, relatórios sanitários e artigos acadêmicos que abordam as políticas de saúde pública no Brasil e em Cuba durante a pandemia de covid-19. A comparação entre ambos os casos permite observar como diferentes modelos políticos e administrativos influenciaram a eficácia das medidas adotadas.

As fontes utilizadas possuem caráter científico e documental, assegurando a credibilidade dos dados analisados. Foram consultadas bases de dados reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e oficiais com FioCruz, revisadas por pares, dissertações e relatórios institucionais. Essa seleção de fontes visa garantir uma análise consistente e ancorada em evidências teóricas e empíricas. Assim, a metodologia adotada justifica-se pela natureza interdisciplinar do tema, que envolve dimensões da saúde pública, das políticas governamentais e das relações internacionais. A escolha do método qualitativo comparativo se mostra adequada à proposta de compreender as estruturas, decisões e resultados do funcionalismo público em dois países com modelos de saúde distintos, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a gestão de crises globais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pandemia da covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), inaugurou um novo marco nas Relações Internacionais ao evidenciar, de forma dramática, a interdependência dos Estados e a vulnerabilidade das fronteiras nacionais diante de ameaças globais. A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus extrapolou o campo da saúde, atingindo com força as esferas econômica, política e social. Neste contexto, torna-se imperativa a articulação entre políticas públicas internas e estratégias de cooperação internacional, onde a saúde adquire protagonismo como tema estruturante da governança global (Carvalho *et al.*, 2021, p.2). “A falta de uma articulação multilateral de cooperação para a distribuição das vacinas alargou o cenário desigual de acesso a insumos”. (Ibañez; Pereira; Recio, 2020, p. 1).

Segundo a definição clássica de Winslow, citada por Giraldes (2001, p. 2), a saúde pública pode ser compreendida como a ciência e a arte de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde e a eficiência física e mental por meio de esforços organizados da sociedade. Essa definição não se restringe apenas a aspectos biológicos ou clínicos da saúde, mas enfatiza o papel ativo da comunidade e a necessidade de uma estrutura social capaz de garantir a cada indivíduo condições adequadas para a manutenção de sua saúde. Para autores como Amartya Sen, essa necessidade de estrutura social se relaciona com a liberdade do indivíduo a ter uma vida digna, a qual, em um mundo ligeiramente utópico, todos pudessem ter acesso ao básico, no caso deste artigo, estrutura para enfrentar crises com um plano que englobasse todo um país. Sobre a falta de liberdade, Amartya afirma:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de

programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e ordem locais. (Sen, Amartya, p.11)

A diplomacia da saúde global configura-se como uma dimensão estratégica da política externa contemporânea, abrangendo negociações multilaterais, bilaterais e transnacionais em torno de temas sanitários. Segundo Kickbusch, Silberschmidt e Buss (2007), essa diplomacia deve ser compreendida como um processo que envolve uma ampla gama de atores, Estados, organizações internacionais, setor privado, sociedade civil e comunidade científica, com o objetivo de formular políticas públicas de saúde capazes de gerar impactos globais.

Nesse contexto, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e os acordos multilaterais estabelecidos entre os países do BRICS, como a Declaração de Moscou de 2020, apontam para caminhos de cooperação integrada do bloco diante de crises futuras. Paralelamente, a atuação de instituições brasileiras como a Fiocruz e o Instituto Butantan evidencia que, mesmo em contextos de omissão ou fragilidade da política federal, o país ainda dispõe de capital técnico e científico suficiente para preservar sua relevância na cooperação internacional em saúde (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p. 14).

Em relação ao Brasil, a resposta à pandemia da Covid-19 revelou um retrocesso nesse protagonismo. A gestão federal, marcada por negacionismo científico⁴, discurso antiglobalista⁵ e também, como evidenciado no artigo, desarticulação institucional, afastou o país das principais iniciativas multilaterais de combate à pandemia. A ausência de uma política nacional coordenada de vacinação, somada a crises diplomáticas com parceiros estratégicos como a China e a Índia, comprometeu a capacidade do Brasil de acessar insumos e vacinas em tempo hábil, transformando-o em um dos epicentros globais da pandemia:

Como efeito, o mundo enfrenta não apenas uma crise de saúde, mas também seus desdobramentos sociais e agitações políticas, além de haver a paralisação no setor produtivo e nas cadeias de distribuição, gerando a desaceleração da economia global. (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p.8).

Nesse cenário, instâncias subnacionais, como governos estaduais e consórcios regionais (ex. Consórcio Nordeste), assumiram protagonismo em iniciativas de paradiplomacia voltadas à aquisição de vacinas, evidenciando a crescente atuação de novos atores na política externa e a fragmentação da resposta nacional à crise. Esse protagonismo se deu pela comunicação defeituosa entre os Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o início da pandemia, culminando em casos crescentes de mortes pelo vírus que somente houve melhora no segundo semestre de 2021, ainda assim, seguiram

4 O negacionismo científico, e o anticientificismo a ele associado, manifestaram-se de forma proeminente durante a pandemia de COVID-19, criando um contexto de dúvidas e conflitos no cenário mundial

5 O discurso antiglobalista, emergiu de forma proeminente no contexto da política externa e interna brasileira durante a pandemia de COVID-19, associado a um retrocesso no engajamento multilateral.

contabilizando números altos de contaminação (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p. 10-11).

No cenário de Cuba, as políticas públicas configuram um modelo singular de articulação entre desenvolvimento social e inserção internacional. Especialmente no campo da saúde, o país consolidou um sistema público universal e preventivo que se tornou símbolo de sua diplomacia e de seu compromisso humanitário (Ibañez; Pereira; Recio, 2020, p. 7). Durante a pandemia de COVID-19, essa tradição de solidariedade e cooperação ganhou nova visibilidade, com a mobilização das brigadas médicas cubanas em diferentes continentes e o fortalecimento de sua capacidade científica e biotecnológica.

Logo no início da crise, com o pico da pandemia na Europa, Cuba enviou brigadas médicas. Em uma sessão informativa virtual no primeiro semestre de 2020, o Ministro da Saúde cubano relatou a presença de missões médicas cubanas em 28 países do mundo, com o objetivo de apoiar os esforços nacionais na luta contra o vírus SARS-CoV-2⁶, como afirma Silva (2024, p. 25-26) afirma:

Novas medidas de convivência foram instaladas nos países, como a sociedade se organizava mudou. A Itália foi o país que mais ganhou notoriedade na cobertura internacional sobre o vírus e seus primeiros meses, pelo número alto de mortos. Neste momento crítico, entre tantas ajudas que foram enviadas ao país, uma delas foi o envio de uma brigada médica por Cuba. Este contingente cubano contava com profissionais da saúde que estavam prontos para atuar no combate ao covid-19.

O investimento em pesquisa e na produção de vacinas reforçou a estratégia de autonomia tecnológica e soberania sanitária da ilha. Dessa forma, a política externa cubana, orientada por valores de equidade, prevenção e cooperação, reafirma o papel do Estado como agente de transformação social e de integração internacional, consolidando Cuba como um ator relevante nas relações globais contemporâneas (Osa, 2011, p.95). Outra questão que vale destacar foi a iniciativa da Atenção Primária à Saúde (APS), consolidada como a espinha dorsal do sistema, que foca na prevenção e atua diretamente nas comunidades. A estratégia principal é evitar que as pessoas adoecem, garantindo uma cobertura total e integral para a população. Como destaca o artigo “Sistemas públicos universais de saúde e a experiência cubana em face da pandemia de covid-19”:

Cuba conta com um sistema de saúde em que ocorre uma profunda e orgânica articulação entre os diferentes níveis de atenção, em que os níveis secundários, terciários e quaternários cumprem um papel de extrema importância no enfrentamento à pandemia. O que não significa, pelo contrário, que a APS tenha deixado de constituir a espinha dorsal do sistema de prevenção e Atenção à Saúde, como já foi mencionado nas perguntas anteriores. E, mais do que isso, constituiu desde o início a barreira principal e a linha de frente no enfrentamento da pandemia da Covid-19 – seja na detecção de infecções e

⁶ O SARS-CoV-2 (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*) é o vírus responsável por causar a doença conhecida como covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*)

casos, seja no tratamento prévio, durante e após a enfermidade (Carvalho *et al.*, 2021, p.11)

A dimensão geopolítica da vacina revela as assimetrias estruturais do sistema internacional, no qual países ricos concentram doses e capacidade de produção, enquanto nações em desenvolvimento dependem da solidariedade internacional e de mecanismos como o Covax Facility⁷. Nesse contexto, o BRICS, bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, surge como potencial liderança alternativa. Apesar da subutilização do seu potencial coletivo, sobretudo por falta de articulação política e institucional, o grupo possui capacidade científica, tecnológica e produtiva para promover a distribuição equitativa de vacinas e fortalecer o multilateralismo em saúde, como evidencia o secretário geral da ONU, Antônio Guterres:

As vacinas contra a Covid-19 devem ser consideradas bem público universal. Desta forma, mecanismos vêm sendo criados no âmbito da OMS para a melhor coordenação e distribuição democrática das vacinas. São exemplos o Covid-19 Technology Access Pool (C-TAP) e o Access to Covid-19 Tools Accelerator (ACT) para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos, tendo como principal canal o consórcio entre países o Covax Facility (Buss; Hoirisch; Alcazar, 2021a).

A crise do Covid-19, traz a visão de uma crise provocada pela Covid-19 revelou a fragilidade de um mundo carente de planos de contingência e de mecanismos eficazes de gestão pública. A incapacidade de muitos Estados em coordenar respostas rápidas e integradas demonstrou os limites da atuação governamental tradicional. No caso do Brasil, a ausência de articulação federativa e a deterioração das relações diplomáticas comprometeram a eficiência das políticas de enfrentamento à pandemia. Nesse contexto, destaca-se a relevância da paradiplomacia, isto é, a atuação internacional de governos subnacionais que, em diversos momentos, assumiu papel decisivo na implementação de medidas mais assertivas e coordenadas (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p. 10-11).

Em contrapartida, Cuba apresentou um exemplo distinto de gestão e cooperação internacional. Apesar das restrições impostas pelo bloqueio econômico, o país obteve êxito na oferta de vacinas e registrou números relativamente baixos de contaminação durante o primeiro ano da crise. O êxito cubano decorreu, em grande parte, de sua política de cooperação científica e diplomática, que impulsionou o desenvolvimento de cinco vacinas nacionais até o final de 2020 (Silva, 2024, p. 67). Essa experiência reforça o valor de uma diplomacia científica articulada e orientada pelo bem público global.

⁷ O COVAX Facility (COVID-19 Vaccines Global Access Facility) é um consórcio internacional, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Gavi Alliance e a Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), estabelecido com o objetivo principal de promover a distribuição democrática e equitativa de vacinas contra a COVID-19 para os países signatários do acordo.

Por fim, a pandemia escancarou a necessidade de revalorizar a política externa como política pública essencial. Em um mundo interdependente, a proteção da saúde demanda não apenas ações internas eficazes, mas também o engajamento ativo em redes de cooperação internacional pautadas na ciência, na solidariedade e no fortalecimento das instituições multilaterais. Assim, a diplomacia da saúde global deve ser compreendida não como um instrumento acessório, mas como um eixo estruturante das Relações Internacionais contemporâneas, capaz de orientar respostas conjuntas a desafios sanitários globais, mundo que carece de planos de contingência e gestão ativa para seus Estados. A gerência que o poder público promove, é um direcionamento falho como em situações vistas no Brasil devido ao distanciamento federativo e sua má relação diplomática. Um ponto a ser refletido é a importância da paradiplomacia em tomadas de decisões, muitas vezes assertivas no período de pandemia. (Ibañez, Pereira e Recio, 2020, p. 10-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das respostas de Brasil e Cuba à pandemia de Covid-19 revela uma verdade fundamental: a eficácia das políticas públicas de saúde em momentos de crise não é determinada primariamente pela capacidade econômica de um Estado, mas sim pela robustez de suas estruturas institucionais, pela eficiência de sua gestão administrativa e, crucial, pelo grau de comprometimento político com o bem-estar e a saúde coletiva.

O caso brasileiro expôs uma série de vulnerabilidades que minaram a resposta à crise. A ausência de uma coordenação federativa coesa, a desarticulação diplomática em momentos-chave e a fragilidade da liderança nacional criaram um ambiente de incerteza e respostas descoordenadas. A crise sanitária, no Brasil, transformou-se numa crise política e de gestão, onde a falta de uma diretriz federal clara e científica comprometia a capacidade dos estados e municípios de agir de forma unificada. Esta situação evidenciou os limites de uma gestão centralizada que, na prática, se revelou omissa, forçando a emergência de iniciativas descentralizadas. A paradiplomacia dos governos estaduais, que buscaram por conta própria suprimentos, vacinas e parcerias internacionais, assumiu um papel estratégico na tentativa de preencher o vácuo de poder e coordenação deixado pela esfera federal.

Apesar dos obstáculos políticos e de gestão, o Brasil demonstrou uma capacidade científica e técnica de alto nível. A atuação de instituições de pesquisa e produção como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan, foi fundamental na pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas e insumos. Contudo, a potencialidade dessas instituições foi, em grande parte, subaproveitada devido à falta de coordenação eficaz entre as esferas de governo e à polarização política que muitas vezes se sobrepôs à ciência.

Em contraste, Cuba, apesar de enfrentar severas restrições econômicas impostas por um longo embargo, conseguiu demonstrar que um sistema público

de saúde coeso e universal pode ser notavelmente resiliente e eficaz. O modelo cubano, baseado na forte ênfase na atenção primária, na prevenção, na vigilância epidemiológica ativa e no investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento biotecnológico, permitiu ao país controlar a propagação do vírus e desenvolver suas próprias vacinas. A articulação entre a ciência e a soberania sanitária foi um pilar da resposta cubana. Além disso, a tradicional diplomacia em saúde de Cuba, que enviou brigadas médicas para dezenas de países, reforçou a relevância da solidariedade internacional como componente de um modelo público global.

O paralelo entre Brasil e Cuba oferece lições cruciais sobre a importância do funcionalismo público. O sucesso na proteção da vida e na sustentação do direito à saúde depende intrinsecamente de um corpo de servidores públicos pautado por princípios éticos, técnicos e, sobretudo, cooperativos. A pandemia escancarou a necessidade urgente de fortalecer a gestão pública em todos os níveis.

Ademais, a crise ressaltou a interdependência entre a política sanitária interna e a política externa. Em um mundo globalizado, onde as ameaças biológicas não reconhecem fronteiras, a diplomacia da saúde global deve ser vista como mais do que um mero instrumento de representação internacional. Ela se configura como um eixo estratégico essencial para a construção de respostas coletivas coordenadas frente a desafios que são, por natureza, globais. A capacidade de um país de se proteger e de contribuir para a segurança sanitária global está diretamente ligada à sua capacidade de articular ciência, solidariedade e soberania em suas relações internacionais.

O legado da crise da Covid-19, portanto, reforça a tese de que o investimento contínuo e inabalável em sistemas públicos universais de saúde, na cooperação científica e na integração regional é o único caminho para construir a resiliência necessária para futuras emergências. Somente através da equidade no acesso à saúde e da justiça social promovida por sistemas robustos será possível garantir a proteção da vida em um cenário mundial marcado pela incerteza e pela interdependência sanitária.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sérgio Resende *et al.* **Sistemas públicos universais de saúde e a experiência cubana em face da pandemia de Covid-19.** Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, e210145, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210145>. Acesso em: 8 nov. 2025.

DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 210-225, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-110420151040201>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO DO SUS. [S.l.]: [s.n.], [20--]. Material instrucional.

IBAÑEZ, Pablo; PEREIRA, Anna Beatriz; RECIO, Clara. **Saúde global e geopolítica: a diplomacia como política pública e a relação dos BRICS no cenário de pandemia no Brasil**. Revista Brasileira de Relações Internacionais, [S.l.], p. 1-15, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Idelmina Lopes de (Coord.). **Manual do Técnico em Enfermagem**. [S.l.]: [s.n.], [20--]. 656 p. ISBN 978-7498-179-6.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Desenvolvimentismo e preventivismo nas raízes da Saúde Coletiva: reformas do ensino e criação de escolas médicas e departamentos de medicina preventiva no estado de São Paulo (1948-1967)**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 337-348, abr./jun. 2018. DOI: 10.1590/1807-57622017.0810.

OPPMANN, Patrick. **Em meio à competição global, Cuba aposta na produção local de vacinas**. CNN Brasil, São Paulo, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/enquanto-o-mundo-compete-por-vacinas-cuba-esta-fazendo-suas-proprias>. Acesso em: 8 nov. 2025.

OSA, José A. de la. **Um olhar para a saúde pública cubana**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-108, 2011.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 15-35, jan./mar. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. **As Políticas Públicas de Saúde**. In: SARRETA, Fernanda de Oliveira. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. cap. 3, p. 13-39. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Emanuely Gestal da. **Mais que uma vacina, um país: as vacinas cubanas contra a Covid-19 em meio ao bloqueio econômico internacional**. 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.



A Sombra da Realpolitik: O Genocídio no Camboja e os Limites da Intervenção Humanitária durante a Guerra Fria

The Shadow of Realpolitik: The Cambodian Genocide and the Limits of Humanitarian Intervention during the Cold War

Ediani Nogueira Ribeiro

Centro Universitário do Norte. 0009-0002-8344-5066

Lavínia Morgado Junqueira

Centro Universitário do Norte. 0009-0005-4213-4669

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: Este estudo analisa o genocídio cambojano como um estudo de caso da crise humanitária e dos limites da intervenção na proteção de populações vulneráveis. O objetivo geral é fazer uma análise reflexiva sobre a crueldade do regime do Khmer Vermelho e as relações internacionais do Camboja, marcadas pela Realpolitik durante a Guerra Fria. Utilizando uma metodologia qualitativa e exploratória, a pesquisa investiga como os interesses estratégicos globais se sobrepuseram aos direitos humanos. A análise detalha a ascensão do Khmer Vermelho ao poder, a brutalidade do regime, e explora as relações internacionais subsequentes. A discussão demonstra que, mesmo após a invasão vietnamita ter encerrado o genocídio, a Realpolitik dominou a resposta internacional. Potências como os EUA e a China apoiaram o Khmer Vermelho deposto para conter a influência soviético-vietnamita. Essa política incluiu a manutenção do assento do Khmer Vermelho na ONU e a imposição de sanções ao Camboja. A missão da UNTAC (1991-1993), apesar de sucessos na repatriação de refugiados, falhou em desarmar as facções e reverter a cultura de impunidade. Conclui-se que a instabilidade contemporânea do Camboja é o preço pago pela Realpolitik da Guerra Fria, que neutralizou os mecanismos de intervenção humanitária e deixou um legado de trauma e fragilidade institucional.

Palavras-chave: Genocídio Cambojano; Khmer Vermelho; Realpolitik; Guerra Fria; Intervenção Humanitária.

Abstract: This study analyzes the Cambodian genocide as a case study of the humanitarian crisis and the limits of intervention in protecting vulnerable populations. The general objective is to conduct a reflective analysis of the cruelty of the Khmer Rouge regime and Cambodia's international relations, marked by Realpolitik during the Cold War. Using a qualitative and exploratory methodology, the research investigates how global strategic interests overshadowed human rights. The analysis details the Khmer Rouge's rise to power, the regime's brutality, and explores the subsequent international relations. The discussion demonstrates that even after the Vietnamese invasion ended the genocide, Realpolitik dominated the international response. Powers such as the US and China supported the deposed Khmer Rouge to contain Soviet-Vietnamese influence. This policy included maintaining the Khmer Rouge's seat at the UN and imposing sanctions on Cambodia. The UNTAC mission (1991-1993), despite successes in refugee repatriation, failed to disarm the factions and reverse the culture of

impunity. It is concluded that Cambodia's contemporary instability is the price paid for Cold War Realpolitik, which neutralized humanitarian intervention mechanisms and left a legacy of trauma and institutional fragility.

Keywords: Cambodian Genocide; Khmer Rouge; Realpolitik; Cold War; Humanitarian Intervention.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o genocídio cambojano como um estudo de caso da crise humanitária no Camboja durante a década de 70 e das relações internacionais na proteção de populações vulneráveis. A pesquisa qualitativa, baseada em historiadores e cientistas políticos, investiga como, no contexto da Guerra Fria e da Realpolitik¹, os interesses estratégicos globais se sobrepuseram aos direitos humanos, resultando na devastação do Camboja pelo Khmer Vermelho e suas consequências duradouras. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise reflexiva sobre a crueldade do regime e as relações internacionais do Camboja, marcadas na época pela Realpolitik. Para atingir tal propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o que antecedeu e o que levou o Khmer Vermelho ao poder.
- Detalhar a crueldade do regime frente à própria população.
- Explorar as relações do Camboja com os outros países durante e após o regime.

Durante a Guerra Fria, vários países enfrentavam problemas internos graves e o realismo envolto na *Realpolitik* fez com que estes países priorizassem suas próprias delimitações e ficassem aquém aos males dos outros países. O Camboja foi definitivamente um dos países que mais sofreu com isso, pois durante anos se encontrou num regime que culminaria ao genocídio cambojano. O massacre, hoje esquecido pelo Ocidente, teve grande repercussão após a publicação de um artigo do jornalista Sydney Schanberg (1934–2016) detalhando como tentou salvar seu amigo e tradutor cambojano Dith Pran (1948–2008) de um dos maiores e mais cruéis massacres acontecidos na história da Ásia. O artigo ganhou um prêmio Pulitzer e revisitou o massacre que era olhado de lado por boa parte dos países ocidentais, além de ter gerado um filme de 1984, *Os Gritos do Silêncio* (*The Killing Fields*), que retrata a história contada por Schanberg.

Segundo dados oficiais, o Khmer vermelho exterminou mais de 2 milhões de cambojanos, a maioria por questões étnico-religiosas e políticas. As minorias étnicas vietnamitas, chineses e Cham², que não seguissem princípios maoístas — como faziam os budistas — e até mesmo artistas e intelectuais, foram duramente

¹ A *Realpolitik* (ou “política da realidade”) é uma filosofia geopolítica que exige que o governo proteja os interesses do Estado-nação a todo custo, encarando a política internacional como uma luta interminável pelo poder (Fawthrop; Jarvis, 2004, p. 9).

² O povo Cham é o maior grupo minoritário do Camboja e é quase exclusivamente muçulmano. Durante o regime Khmer Vermelho, a política de genocídio visou abolir sua etnia e resultou na aniquilação de dois terços a três quartos dessa população (Jarvis; De Nike, 2000, p.140).

perseguidas, torturadas e mortas. De acordo com De Nike, Quigley e Robinson (2000, p. 491) estima-se que mais de 40% da população cambojana foi morta. Pol Pot também ordenou o fechamento de hospitais, escolas, monastérios, fábricas, entre outros.

O legado do Khmer Vermelho vai além do genocídio, expondo a ineficácia da diplomacia e das relações internacionais na proteção de populações vulneráveis. A história de Dith Pran e Sydney Schanberg, retratada em *Os Gritos do Silêncio*, lançou luz sobre uma verdade ignorada pelo Ocidente. O caso do Camboja é um estudo sombrio de como interesses estratégicos de potências globais podem fazer os direitos humanos serem deixados de lado, causando devastação e sofrimento em uma nação.

E, neste estudo, iremos explorar a seguinte questão: Como uma análise reflexiva pode ajudar a compreender o regime do Khmer Vermelho, considerado uma das principais crises humanitárias da história?

REFERENCIAL TEÓRICO

Contexto Histórico: História do Camboja Pré-Khmer Vermelho

Para compreender o Khmer Vermelho, é necessário investigar a história do Camboja antes da sua ascensão ao poder. Hoje o país é pouco lembrado em reuniões internacionais e tratados, mas ele possui uma história vasta e intrigante, especialmente durante a época do Império Khmer, que era referência mundial em desenvolvimento pré-industrial.

Entre 802 e 1431, Kambuja-desa foi o reino mais poderoso do Sudeste Asiático, fascinando o regime pela grandiosidade de Angkor Wat, o maior monumento religioso do mundo em área. O declínio de Angkor Wat deveu-se a invasões externas (Chams e vietnamitas, etnias perseguidas no regime) e má gestão política. Há um hiato de 260 anos na história cambojana após a queda de Angkor Wat (Chandler, 2008, p. 26). Em 1865, Phnom Penh tornou-se a capital.

O Camboja, sob Protetorado Francês (1863–1953), não viveu um colonialismo tradicional, passando por reformas europeias em áreas como higiene e educação. O interesse francês aumentou ao descobrirem Angkor Wat, alegando que os cambojanos “negligenciavam seu patrimônio” (Chandler, 2008, p. 171). A educação francesa no Camboja influenciou o Khmer Vermelho, com muitos líderes, incluindo Pol Pot, tendo estudado em escolas francesas. Pol Pot, inclusive, teve seu primeiro contato com o marxismo na França.

A Conferência de Genebra (1954) encerrou a Indochina Francesa e o Protetorado Francês. Ao contrário do Vietnã e Laos, o Camboja não recebeu zonas de reagrupamento para forças comunistas (Short, 2004, p. 123), o que potencializou a indignação rebelde. Isso impulsionou a guerra civil (1970–1975), iniciada após o golpe de Lon Nol, que culminou na ascensão do Khmer Vermelho ao poder. A guerra civil cambojana foi um conflito devastador, impulsionado por visões ideológicas

opostas na elite pós-colonial. O povo, exausto de conflitos e corrupção sob Lon Nol, viu Sihanouk (deposto por Lon Nol) aliar-se ao Khmer Vermelho e convocar uma guerra civil (Chandler, 2000, p. 252). Enquanto Lon Nol defendia uma política hierárquica, o Khmer Vermelho buscava uma sociedade igualitária, embora não a tenha concretizado.

A significativa ajuda econômica e militar dos EUA, incluindo bombardeios aéreos entre 1969 e 1973, obteve êxito por um período. Sob ataque combinado dos Khmer Vermelhos e unidades vietnamitas, bombardeiros B-52 dos EUA lançaram no Camboja rural quase o dobro de bombas que os EUA lançaram sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial (Chandler, 2000, p. 9). O KV usou essa propaganda a seu favor, alegando que Lon Nol entregou o Camboja aos EUA, que, com o Vietnã e a Tailândia, desejavam a destruição do país.

Estes fatores culminaram em uma sociedade enfraquecida, desesperançosa que só torcia para a guerra acabar. Tanto que, no dia em foi anunciada a tomada de poder do Khmer Vermelho e, portanto, o fim da Guerra Civil, muitos saíram às ruas para comemorar (Jarvis; De Nike, 2000, p. 288), sem saber da tormenta que os esperava.

O GENOCÍDIO CAMBOJANO E O FIM DO KHMER VERMELHO

Entre 1965 e 1993, o Camboja foi um “tabuleiro de xadrez de superpotências”, influenciado por Hanói, Washington e Pequim (Haas, 1991, p. 12). A Realpolitik dominou, tratando o país como peão na disputa global por poder, e críticos apontam que essa abordagem gerou instabilidade e conflitos, com alguns sugerindo que justificou o genocídio cambojano (HAAS, 1991, p. 302).

Este cenário de instabilidade e manipulação externa atingiu seu ápice com a queda de Phnom Penh em 17 de abril de 1975. Após cinco anos de um governo marcado pela corrupção de Lon Nol e pelos bombardeios dos Estados Unidos, o Khmer Vermelho, que havia quadruplicado em número de soldados, assumiu o poder. De acordo com Short (2004, p. 242):

“Na guerra, a destruição gera ódio; o ódio é aplacado por mais destruição. Aldeões que haviam perdido membros da família ou visto suas casas destruídas em ataques aéreos estavam cheios de ódio. As fileiras dos Khmers Vermelhos cresceram — para um número estimado de 12.000 soldados regulares no final de 1970 e quatro vezes esse número dois anos depois — enquanto do lado do governo, à medida que a corrupção escalava a níveis inéditos mesmo nos dias de Sihanouk, a superioridade moral foi definitivamente perdida.”

Short (2004, p. 321) relata que o KV causou 20.000 mortes na tomada de Phnom Penh. Soldados rurais ficaram chocados com a capital, bebendo água de vasos sanitários, evidenciando desigualdade e ressentimento. A população tinha uma percepção mista do regime: muitos almejavam a paz pós-guerra civil, enquanto opositores os viam como camponeses irracionais, subestimando sua complexidade (Short, 2004, p. 327).

A imagem predominante dos Khmers Vermelhos como autômatos uniformemente irracionais, inclinados à destruição, estava fundamentalmente errada. O que os próprios deportados vivenciaram foi um mosaico de idealismo e carnificina, exaltação e horror, compaixão e brutalidade, que desafia uma generalização fácil. Isso também continuaria ao longo dos anos do Khmer Vermelho.

Durante o regime do Khmer Vermelho, a comunidade internacional reagiu com choque ao genocídio, mas a maioria dos países permaneceu inativa, considerando a situação “distante e complicada”. O KV recusou ajuda de nações como União Soviética, França e Japão, e de organizações humanitárias como Cruz Vermelha e Save the Children. Apesar disso, o mundo condenou as ações do regime, especialmente a expulsão forçada de civis e os assassinatos em massa (Jackson, 1989, p. 116).

Tanto na tomada de Phnom Penh quanto nos anos seguintes, o regime do Khmer Vermelho, inicialmente alinhado aos ideais Marxistas, rapidamente se distanciou deles, implementando um totalitarismo com traços de fascismo. Isso prova que um regime como o Khmer Vermelho não pode teoricamente ser visto como de esquerda, e sim como um espectro, já que sua questão é bem mais complexa do que o termômetro dualista das ideologias políticas. Eventualmente, essas discrepâncias ficariam óbvias, o que também ajuda a explicar a dificuldade inicial da comunidade internacional em compreender e agir diante da complexidade do regime e suas ações.

De acordo com Ayres (2000, p.210)

O dia 17 de abril de 1975 é, sem dúvida, o dia mais documentado na história do Camboja. Escritos sob as perspectivas de ocidentais e cambojanos de todas as esferas da vida, os relatos são surpreendentemente uniformes na sua apresentação da evacuação.

O Khmer Vermelho ordenou imediatamente a evacuação de todas as áreas urbanas, incluindo Phnom Penh. Famílias, pessoas idosas, grávidas e até mesmo pacientes de hospitais foram obrigados a evacuar sob o pretexto de bombardeamentos iminentes dos EUA ou para permitir que as forças revolucionárias “limpassem” a capital, e essa marcha causou a morte de vários destes por exaustão. Os que se recusavam a sair foram espancados ou baleados no local (Jarvis; De Nike, 2000, p. 7). Começava, então, o infame Ano Zero.

Visando uma “nova sociedade sem classes” leal a Angkar³, promoveu reengenharia social para anular a história cambojana, destruindo instituições e erradicando o individualismo. O regime buscava soberania total, rejeitando ajuda externa e ideologias para construir o socialismo “sem modelo”, resultando no

3 Angkar (literalmente “A Organização”) era o nome enigmático dado à liderança coletiva e clandestina do regime Khmer Vermelho (1975–1979). Funcionava como a encarnação de um poder militarista absoluto e arbitrário, onipotente e impessoal, cujas ordens eram transmitidas sob o mantra “Angkar diz” (Schanberg, 1980, p. 39).

isolamento. Aboliu dinheiro, mercados, religião, propriedade privada, expressão, vestimenta e liberdade de movimento (Chandler, 1999, p. 7). O país foi renomeado Kampuchea Democrático. Cidades eram vistas como “crescimentos cancerosos”, centros de decadência e impedimentos à mudança (Jackson, 1989, p. 153), com a vida urbana considerada “má” e focos de “capitalistas gananciosos” que exploravam os pobres do campo (Jackson, 1989, p. 447).

O regime do Khmer Vermelho buscou eliminar as diferenças de classe, segmentando a população em “pessoas antigas”, “pessoas novas” (evacuados de Phnom Penh) e “inimigos”, tratando as “pessoas novas” com desprezo e impondo-lhes condições de vida e trabalho severas (Jarvis; De Nike, 2000, p. 136). Essa “tentativa” de eliminar a hierarquia social foi distorcida, pois o regime dividia a população em categorias, com seus membros no topo, evidenciando a distorção maligna do comunismo aplicado ao povo khmer.

Sob jornadas de trabalho de dez a doze horas diárias, a maioria dos cambojanos padecia de desnutrição e exaustão, com ex-moradores da cidade recebendo escassas rações de casca de arroz. Queixas eram punidas com morte. A produção agrícola era destinada ao regime ou exportação, com pouco para a população (Chandler, 2008, p. 263).

O Kampuchea Democrático cometeu um “autogenocídio” e perseguiu brutalmente grupos étnicos e sociais, como os muçulmanos Cham, que sofreram assimilação forçada, repressão religiosa e extermínio racial em 1978. Minorias como tailandeses, vietnamitas e chineses também foram sistematicamente exterminadas (Jarvis; De Nike, 2000, p. 48).

Apesar da ideologia do Khmer Vermelho ter tido fortes influências do budismo, houve um massacre devastador contra os monges. Estima-se que, dos 82.000 monges existentes antes de 1975, menos de 1.000 sobreviveram após a queda do KV, uma taxa de mortalidade de 98,78% (Jackson, 1989, p. 212). Além disso, eles foram submetidos a torturas como casamentos forçados, trabalho exaustivo, mutilação ocular e abandono da vida monástica (Harris, 2013, contracapa).

Apesar de líderes como Pol Pot terem estudado no exterior, o Khmer Vermelho perseguiu intelectuais, considerando o uso de óculos, por exemplo, um sinal de intelectualidade burguesa (Jarvis; De Nike, 2000, p. 526). Mosteiros foram transformados em centros de detenção, tortura e execução (Jarvis; De Nike, 2000, p. 529). Pol Pot declarou o desejo de “eliminar todos os vestígios do passado”, resultando na readequação de escolas (Ayres, 2000, p. 126), e o maior centro de tortura, o S-21, foi instalado em um antigo liceu.

O S-21, em Tuol Sleng, Phnom Penh, foi o maior centro de segurança do Kampuchea Democrático (Ayres, 2000, p. 107). Conhecido como “lugar de entrar, sem sair” (*konlanh choul ot cenh*), operou secretamente entre 1975 e 1979, interrogando, torturando e executando cerca de 14.000 pessoas. As vítimas, predominantemente homens jovens Khmeres rurais (Chandler, 1999, p. 8, 36), eram consideradas culpadas na chegada e submetidas a espancamentos, choques elétricos, afogamento e estupro de mulheres, apesar da desaprovação administrativa (Jarvis; De Nike., 2000, p. 158; Chandler, 1999, p. 131).

As vítimas do Khmer Vermelho não se limitaram aos centros de tortura. O regime de Pol Pot, descrito como um “gulag⁴ a nível nacional”, impôs uma revolução brutal. Valores cambojanos foram substituídos por reorientação psicológica, realocação em massa e coletivização rígida. Famílias foram separadas, forçadas a trabalhar em projetos agrícolas e de construção, com crianças por vezes separadas dos pais para sempre, como citado por Schanberg (1980, p. 38). Entre 1975 e 1979, o CPK forçou cerca de 200.000 mulheres a se casar, além de submetê-las a estupros e outras violências, levando algumas ao suicídio (Langis, 2014, p. 30).

Dith Pran descreveu campos de extermínio com milhares de corpos, chamando-os de “ossos de sopa em caldo” (Schanberg, 1980, p. 31). Ele testemunhou espancamentos brutais e assassinatos noturnos com paus e enxadas para “economizar balas”. Pequenos pretextos, como um casal de mãos dadas, eram suficientes para os Khmer Vermelhos executarem qualquer um que considerassem inimigo, acusando-os de serem professores, estudantes ou ex-soldados de Lon Nol (Short, 2004, p. 397; Jackson, 1989, p. 194).

Sob Pol Pot, o Camboja se tornou uma “prisão sem muros”, onde a população era escravizada e forçada a trabalhar sem remuneração. O Kampuchea Democrático buscou modernizar o país através do aumento da força de trabalho, reestruturando famílias e utilizando ex-moradores das cidades, vistos como “improdutivos” (Jarvis; De Nike, 2000, p. 469). A população era dividida em equipes de trabalho forçado, com as tarefas mais árduas, como limpeza de terras e trabalho em áreas com malária, designadas às “pessoas novas”, que enfrentavam jornadas exaustivas de 12 a 16 horas ou mais, usando ferramentas rudimentares ou as próprias mãos.

Trabalhos forçados, incluindo idosos e grávidas, em projetos de irrigação causaram milhões de mortes por exaustão e falta de conhecimento técnico. A alimentação inadequada e o excesso de trabalho levavam à morte lenta, com trabalhadores tratados como descartáveis e rações reduzidas em caso de doença. Corpos e ossos dos mortos ou executados fertilizavam os campos, gerando o ditado: “Manter você não é lucro, destruir você não é perda” (Chandler, 1999, p. 175).

A violência do Khmer Vermelho era extrema, com torturas, assassinatos, canibalismo e afogamentos justificados como “ódio de classe”. Grupos específicos, como 5.318 pessoas esmagadas por bulldozers⁵ em Kompong Cham (Jarvis; De Nike, 2000, p. 168), sofreram horrores. O regime matou famílias inteiras, com crianças e bebês empalados ou desmembrados. Em janeiro de 1979, o KV em retirada massacrou 12.000 habitantes em Am Leang, usando-os como escudos humanos (Jackson, 1989, p. 201).

A desumanização nas comunas de Pol Pot, embora esquecida, visava criar um “novo homem socialista” pela erradicação do individualismo e obediência incondicional ao Angkar (Jackson, 1989, p. 190). Esse processo, além dos campos

⁴ O Gulag é o sistema de prisões e campos de concentração soviéticos, notoriamente associado ao terror de Estado e à extração de confissões (Chandler, 1999, p. 99).

⁵ Os bulldozers são máquinas grandes, frequentemente amarelas, usadas para cavar fossas e cobrir corpos com terra e nivelar o terreno. Esses equipamentos (alguns japoneses) tinham lâminas de 2,5 metros e eram destinados a projetos de conservação de água e estradas (Jarvis; De Nike, 2000, p. 271).

de trabalho, destruía laços familiares, com o Angkar ordenando que filhos ou sobrinhos matassem seus próprios pais, ou tios (Jarvis; De Nike, 2000, p. 349). Palavras de cortesia eram vistas como afetações burguesas (Harris, 2013, p. 59).

A ideologia do Khmer Vermelho não era puramente marxista, mas uma fusão de Maoísmo, Stalinismo e Fanonismo⁶, adaptada à cultura Khmer e ao Budismo. Embora utilizasse terminologia marxista-leninista-maoísta, o KV subvertia frequentemente os princípios marxistas clássicos. O Marxismo foi adotado mais como um meio de libertação e transformação social do que por sua profundidade teórica.

O regime do KV divergiu do Marxismo ortodoxo ao redefinir a luta de classes, priorizando o “trabalhador-camponês” e interpretando “classe” como um atributo mental (Short, 2004, p. 171). Além disso, distorceu o progresso histórico marxista ao buscar o “comunismo puro” imediato, assemelhando-se ao conceito budista de um retorno ao estado “puro” ou “vacuidade” (Jackson, 1989, p. 59). A ideologia do KV integrava distorções culturais, nacionalismo Khmer extremo, xenofobia e um foco radical na autossuficiência, contradizendo o Marxismo.

O Maoísmo influenciou aspectos como o “Grande Salto Adiante”, o anti-intelectualismo e as transferências populacionais forçadas. Do Fanonismo, o KV incorporou a ideia de que grupos inteiros poderiam ser considerados inimigos de classe, justificando sua eliminação violenta (Jackson, 1989, p. 73).

A ideologia do Khmer Vermelho, frequentemente classificada como “esquerda radical” ou “comunista”, é mais complexa. Era uma mistura de comunismo distorcido, budismo e crueldade, com paralelos chocantes com o nazismo em termos de nacionalismo exacerbado, campos de extermínio e tortura. Paradoxalmente, o Vietnã, um país socialista, foi quem derrubou o regime.

Essa complexidade e as tensões internas foram exacerbadas quando o Kampuchea Democrático intensificou a autodestruição ao declarar guerra ao Vietnã em 1977, impulsionado pela desconfiança territorial e incentivo chinês (Chandler, 2008, p. 6). Isso culminou na invasão vietnamita de 1978, com apoio de desertores do KV (Ayres, 2000, p. 116). As forças vietnamitas derrubaram o Khmer Vermelho e estabeleceram a República Popular do Kampuchea (PRK) em 8 de janeiro de 1979, com ex-membros do CPK aliados ao Vietnã, como Hun Sen (Chandler, 2008, p. 276). Pol Pot apelou à ONU antes de recuar para a fronteira tailandesa (Ayres, 2000, p. 116). Contudo, a comunidade internacional interpretou a ação vietnamita como expansão soviético-vietnamita, transformando o conflito em “guerra por procuração” da Guerra Fria (Öjendal; Lilja, 2009, p. 2). Dessa forma, a queda do Khmer Vermelho e o estabelecimento da PRK não trouxeram paz imediata, mas sim uma nova fase de conflito, inserida na dinâmica da Guerra Fria, com implicações regionais e internacionais duradouras.

⁶ O Fanonismo é a ideologia da revolução total e violenta (associada a Frantz Fanon), vista como o meio essencial para a descolonização e a destruição completa do mundo colonial. Caracteriza-se pela romantização da violência e pela rejeição das classes intelectuais e proletárias, favorecendo a fúria implacável (Jackson, 1989, p. 247)

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi de abordagem qualitativa e natureza exploratória, conforme definido por Milton (2023, p. 45) “a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador mergulhar na complexidade dos fenômenos, interpretando-os à luz de referenciais teóricos e contextuais”. A pesquisa exploratória, por sua vez, visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e permitindo a construção de hipóteses (Gil, 2008, p. 46). A investigação foi fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2008, p. 50-51), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos, enquanto a pesquisa documental utiliza fontes primárias, como relatórios, registros oficiais e documentos históricos. Essa combinação metodológica permitiu uma análise mais abrangente e contextualizada do genocídio cambojano e das limitações da intervenção humanitária durante a Guerra Fria.

A seleção das fontes priorizou obras de autores reconhecidos nas áreas de relações internacionais, direitos humanos e história contemporânea. A análise dos textos foi conduzida por meio de leitura interpretativa e categorização temática, buscando identificar os principais argumentos sobre a omissão internacional diante do genocídio cambojano e os fatores geopolíticos que influenciaram essa postura.

Essa metodologia permitiu compreender como a lógica da Realpolitik neutralizou os mecanismos de intervenção humanitária e contribuiu para a instabilidade institucional que persiste no Camboja contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É irônico que os Estados Unidos, um dos responsáveis pela ascensão do Khmer Vermelho devido aos bombardeios durante a Guerra do Vietnã, tenham se envolvido com o grupo após a queda do regime. O apoio militar e econômico dos EUA à República Khmer de Lon Nol, que enfrentava o Khmer Vermelho e as forças vietnamitas, prolongou a existência de um governo fraco (Chandler, 2008, p. 250). Washington aceitou a deposição de Sihanouk em 1970 quase imediatamente (Short, 2004, p. 221).

A decisão dos EUA e da China de apoiar o Khmer Vermelho contra o Vietnã, motivada por interesses geoestratégicos e pela contenção da influência soviética, foi o ponto central da Realpolitik na região. Apesar de o Vietnã ter deposto o KV em 1979 e, ironicamente, impedir o genocídio, foi isolado economicamente pelo Ocidente. As preocupações com os direitos humanos e o destino dos sobreviventes cambojanos foram preteridas em favor das considerações geopolíticas (Haas, 1991, p. 82).

O apoio militar e diplomático à Realpolitik do Khmer Vermelho foi crucial. A China forneceu armas e suprimentos para conter o Vietnã, enquanto os EUA apoiaram a China e a Tailândia, seguindo a lógica de “o inimigo do meu inimigo é

meu amigo” (Fewster, 2000, p. 129). A Tailândia intermediou o fluxo de recursos. Esse apoio foi mascarado: os EUA forneceram ajuda humanitária a campos de refugiados controlados pelo KV na fronteira tailandesa, o que ressuscitou e alimentou os combatentes. Essa tática foi intencional, pois EUA e Tailândia recusaram-se a separar combatentes de civis, priorizando as forças de Pol Pot na distribuição de alimentos (Haas, 1991, p. 33).

Além disso, a Realpolitik exigiu a criação da Frente de Coalizão do Governo do Kampuchea Democrático (CGDK) em 1982, que uniu o KV com facções não-comunistas (como as de Sihanouk e Son Sann), conferindo legitimidade internacional ao KV e atuando como um disfarce da falha de apoio ocidental (Haas, 1991, p. 37). A CGDK foi um sucesso diplomático para o KV, garantindo-lhes o assento do Camboja na ONU (Haas, 1991, p. 22).

A arena diplomática da ONU testemunhou uma aplicação cínica da Realpolitik em relação ao Khmer Vermelho. De 1979 a 1991, os EUA e a maioria dos países da ASEAN7 votaram para manter o assento do Camboja na ONU sob a delegação do Kampuchea Democrático (e depois CGDK). Isso foi justificado pela defesa do direito internacional de não reconhecer regimes instalados por invasão estrangeira (RPK), ignorando o genocídio cometido pelo KV. O voto pró-KV de 1979 foi explicado como uma escolha entre “princípios morais e lei internacional”, pendendo para a lei, que também alinhava com os interesses de segurança dos EUA, sendo crucial para a sobrevivência política do KV (Fewster, 2000, p. 102).

A política dos EUA e da China, ao insistir em manter o Khmer Vermelho armado, buscou prolongar o conflito para enfraquecer o Vietnã e a URSS. As negociações de paz, incluindo os Acordos de Paris de 1991, foram dificultadas pela necessidade de acomodar o KV, uma força que, pela Realpolitik externa, não podia ser marginalizada. Essa postura resultou na continuidade da guerra civil, com potências externas manipulando facções cambojanas (Öjendal; Lilja, 2009, p. 252). A manutenção do KV armado refletia a crença de que sua exclusão beneficiaria o Vietnã ou a URSS, evidenciando como interesses estratégicos superaram a preocupação com a justiça pelos crimes de genocídio.

Os Estados Unidos ofereceram apoio secreto, que aumentou de 4 milhões para cerca de 10 milhões de dólares anuais, às facções não-comunistas da resistência que faziam parte do CGDK (HAAS, 1991, p. 18). Essa iniciativa criou a percepção de que a luta não era exclusividade do Khmer Vermelho. O suporte dos EUA e da ASEAN a essa coalizão, que incluía grupos genocidas, foi considerado uma “vergonha” e um triste reflexo das alianças da Guerra Fria.

A Realpolitik frequentemente resultou em decisões que priorizaram considerações geoestratégicas sobre os direitos humanos, como exemplificado pela escolha do Presidente Carter, considerado um dos presidentes mais liberais

7 A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi estabelecida em 1967 pela Declaração de Bangkok para promover a cooperação política regional, a gestão de conflitos e a unidade diplomática. Seus membros originais incluíram Tailândia, Singapura, Indonésia, Malásia e Filipinas, servindo como um modelo para a cooperação do Terceiro Mundo (Haas, 1991, p. 87).

em relação a políticas sociais e de direitos humanos, de encorajar a China e a Tailândia a apoiar Pol Pot, visando enfraquecer o Vietnã e, consequentemente, a Rússia.

A reação mundial à situação da PRK manifestou-se através de sanções e embargo de ajuda, constituindo um ato de “omissão” em relação ao desenvolvimento do país. A ONU condenou repetidamente a invasão do Vietnã, enquanto a comunidade internacional puniu o Vietnã e o Camboja (PRK) negando-lhes assistência ao desenvolvimento. A falta de reconhecimento diplomático impediu a PRK de obter essa assistência, atrasando a recuperação econômica do país (Ayres, 2000, p. 120).

Até 1991, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) havia acumulado 110 milhões de dólares em fundos para o Camboja, mas não utilizou nenhum desses recursos (Fewster, 2000, p. 91), enquanto Washington inicialmente negou licenças para ONGs fornecerem ajuda ao Camboja e ao Vietnã (Haas, 1991, p. 17). No entanto, as ONGs continuaram a prestar assistência desde 1979, apesar das limitações impostas pelo conflito contínuo e pelo embargo internacional de ajuda ratificado pela ONU.

A punição diplomática e econômica persistiu durante os anos 80. Somente com a retirada das tropas vietnamitas em 1989 e o subsequente declínio da Guerra Fria, a ajuda ocidental começou a ser retomada. Washington não obteve resultados positivos de sua estratégia neorrealista e, com o fim da Guerra Fria, o neorrealismo tornou-se obsoleto, dando início a uma “era pós-realista” em meados de 1990, quando a administração Bush mudou o foco para evitar o retorno do Khmer Vermelho.

Muitos não sabem, mas um brasileiro se destacou na diplomacia mundial e como um dos principais funcionários da ONU, auxiliando na repatriação de refugiados cambojanos. Sérgio Vieira de Mello, descrito como indispensável e dedicado ao trabalho humanitário e à mediação em zonas de conflito, teve em outubro de 1991 a missão de repatriar 360 mil cambojanos refugiados no Vietnã. Como enviado especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e coordenador do pilar de repatriamento da UNTAC, Sérgio demonstrou ousadia ao defender o apoio à decisão voluntária da população de se repatriar, em vez de uma postura paternalista (Ramirez, 2014, p. 38).

O Camboja foi um “batismo de fogo” para Sérgio, que negociou diretamente com o Khmer Vermelho para garantir acesso irrestrito de especialistas da ONU aos territórios controlados pelo grupo. Sua primeira visita oficial a essa área, com funcionários internacionais da ONU, foi crucial para avaliar riscos. A missão foi um grande sucesso operacional e logístico, marcando permanentemente as operações complexas do ACNUR. Sérgio Vieira de Mello, morto em 19 de agosto de 2003 em Bagdá em um ataque da Al-Qaeda, é ainda hoje uma referência internacional para diplomatas e defensores dos direitos humanos.

Após a assinatura do Acordo de Paz de Paris pelas quatro facções políticas cambojanas em outubro de 1991, foi criada a Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), uma missão de manutenção da paz estabelecida

pelo Conselho de Segurança (Ramirez, 2014, p. 38). A UNTAC foi encarregada de supervisionar o governo de transição e restaurar a paz após décadas de conflito, sendo descrita como uma “missão utópica” (Chandler, 2008, p. 286).

A operação, que custou mais de 2 bilhões de dólares até outubro de 1993, tornou-se a mais cara da história da ONU em manutenção da paz. Grande parte do valor foi gasta em salários inflacionados, e a maioria do pessoal desconhecia o Camboja. A UNTAC falhou em seu objetivo inicial de aquartelar, desmobilizar e desarmar 70% das forças militares das quatro facções (Ayres, 2000, p. 286). Apesar do mandato prever “controle total” sobre as estruturas administrativas, o Estado do Camboja (SOC) administrava contornando a UNTAC. Durante a UNTAC, assassinatos com motivação política ocorreram, e nenhum criminoso foi preso ou levado a julgamento, e a própria UNTAC sofreu baixas significativas, com 20 membros de seu pessoal mortos por ações hostis e 58 gravemente feridos.

A UNTAC obrigou o Camboja a adotar uma constituição democrática e educou a população sobre os fundamentos da democracia. Contudo, a missão não conseguiu alterar a cultura de liderança tradicional do país. O mandato da UNTAC terminou em outubro de 1993, com a saída da maioria das forças até o final do ano. Apesar disso, uma presença internacional significativa permaneceu para as tarefas de reconstrução e reabilitação (Ayres, 2000, p. 165).

Em 1996, Ieng Sary, um dos líderes seniores do Khmer Vermelho, desertou de Pol Pot com milhares de guerrilheiros. Ele foi perdoado da condenação por genocídio, proferida em sua ausência em 1979, e anistiado da lei de 1994 que proibia o Khmer Vermelho, anistia essa que foi fundamental para a desintegração do grupo. Em junho de 1997, os então Co-Primeiros Ministros, Hun Sen e Norodom Ranariddh, solicitaram à ONU assistência para criar um tribunal para o Khmer Vermelho. Após a morte de Pol Pot em 1998 e anos de tensas negociações, o governo cambojano aprovou a Lei sobre o Estabelecimento das Câmaras Extraordinárias (ECCC) em agosto de 2001.

O ECCC, formalmente iniciado em 2006, surgiu como uma resposta à violência e impunidade do passado. Sua criação foi possível graças ao fim da Guerra Fria e à pressão internacional, resultando em um modelo híbrido de justiça sem precedentes. No entanto, lamentavelmente, a maioria dos líderes seniores acusados ou investigados pelo ECCC faleceu antes de um julgamento final, com somente dois membros seniores sobrevivendo ao processo para a emissão de um veredito final.

Na era contemporânea, observam-se consequências catastróficas deixadas pelo genocídio que afetaram profundamente a sociedade cambojana em todas as esferas e deixaram um legado de trauma e fragilidade que se estende por diversas gerações. Devido à perseguição dos intelectuais, científicos e técnicos, escritores e artistas, houve uma perda irrecuperável do capital humano qualificado. O regime matou 80% dos professores e, dos 11.000 estudantes no país, somente cerca de 400 sobreviveram. Dos 683 médicos e farmacêuticos, somente 69 restaram, significando que nove em cada dez foram mortos. Essas perdas provavelmente atrasaram a marcha do Camboja em direção à modernidade em pelo menos

meio século, deixando lacunas que ainda paralisam o judiciário e a administração governamental, a saúde e as estruturas educacionais contemporâneas.

Os sobreviventes e seus descendentes carregam o trauma físico e psicológico dos quase quatro anos de terror, com mais de quatro milhões deles seriamente traumatizados. Muitos cambojanos no exterior continuam a sofrer de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Öjendal; Lilja, 2009, p. 281). O medo de voltar ao passado genocida lançou uma sombra paralisante sobre a sociedade.

A ausência de responsabilização pelos assassinatos em massa contribuiu para a cultura de impunidade que se tornou generalizada no Camboja. A UNTAC deixou um país com instituições políticas e econômicas fragilizadas.

A tragédia cambojana, analisada neste artigo, expõe as consequências devastadoras da Realpolitik aplicada durante a Guerra Fria. Embora buscasse a estabilidade sistêmica, a lógica geoestratégica das superpotências fomentou conflitos regionais e negou a paz a pequenos Estados. O resultado no Camboja foi a morte de mais de 40% da população (Jarvis; De Nike, 2000, p. 354) e a consolidação de um legado de trauma. O caso cambojano não é, portanto, um evento isolado, mas sim um paradigma de como a política de poder da Guerra Fria neutralizou sistematicamente os mecanismos de intervenção humanitária. Fica claro que a busca por vantagens estratégicas suplantou qualquer consideração pela vida humana, definindo os limites trágicos da ação internacional naquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo investigou a complexa trajetória do Camboja desde o genocídio do Khmer Vermelho, analisando como a interferência geopolítica da Realpolitik, as missões de paz internacionais e os mecanismos de justiça transicional moldaram (e continuam a moldar) a busca por legitimidade e reconstrução nacional. A análise demonstrou que a sociedade cambojana contemporânea é uma “prisioneira de seu passado” e que a construção de um Estado estável e legítimo tem sido um processo multifacetado e incompleto. Essa profunda conexão com o passado é simbolizada pela única bandeira nacional no mundo que exibe uma ruína, Angkor Wat, que representa tanto um passado glorioso quanto o recente e traumático. Diante disso, a nação se viu forçada a confrontar uma questão: por que o Khmer Vermelho matou seu próprio povo?

A sombra mais densa sobre esse sofrimento foi lançada pela Realpolitik. A Guerra Fria transformou o Camboja em um peão geopolítico, com potências externas como China e EUA apoiando o Khmer Vermelho como uma força militar viável durante os anos 1980. Essa decisão estratégica de legitimar genocidas no cenário internacional, garantindo-lhes um assento na ONU, prolongou o conflito e a impunidade, minando a possibilidade de uma transição pacífica e justa. A crueldade do regime, que tentou demolir a personalidade e os laços familiares, reduzindo o indivíduo a um objeto de vigilância e não-reflexão em contraste com o ideal da coletividade, criou um legado de fragilidade que ainda paralisa o judiciário e as estruturas educacionais contemporâneas.

O Camboja foi tratado como um “tabuleiro de xadrez de superpotências”, onde a defesa do direito internacional (a não-aceitação de um regime instalado por invasão estrangeira) foi clinicamente usada por EUA e ASEAN para manter o assento da delegação genocida na ONU de 1979 a 1991. Essa decisão, considerada uma “vergonha”, permitiu a sobrevivência política do Khmer Vermelho e prolongou a instabilidade até o fim da Guerra Fria.

A intervenção da ONU, simbolizada pela UNTAC (1991–1993), embora tenha proporcionado o sucesso logístico na repatriação de 360 mil refugiados sob a liderança pragmática de Sérgio Vieira de Mello, não conseguiu reverter essa herança de impunidade. A UNTAC falhou em desarmar as facções e o regime incumbente do Estado do Camboja (SOC) administrava contornando a UNTAC. O caso do Camboja, assim, expõe a dolorosa verdade de que a ação humanitária, por mais indispensável que seja, oferece somente paliativos quando desvinculada de um compromisso político genuíno para mudar as estruturas de poder.

Refletir sobre o Camboja é, portanto, refletir sobre a fragilidade da soberania de um país que, ainda hoje, é forçado a aceitar os imperativos dos doadores internacionais, atuando como um “mendigo, de tigela vazia na mão”.

Em conclusão, a análise reflexiva da crise cambojana revela que a persistência da instabilidade e do déficit de legitimidade do Estado é o preço contínuo pago pela Realpolitik da Guerra Fria. Para o Camboja poder verdadeiramente “avançar” e “curar” seu tecido social, é essencial que os mecanismos de justiça (retributivos e restaurativos) não sejam usados como instrumentos políticos para “fechar o capítulo”, mas sim como meios genuínos para fornecer legitimidade às experiências das vítimas e reconstruir a confiança e a coesão social, cuja ausência é o legado mais devastador e duradouro do regime do Khmer Vermelho.

REFERÊNCIAS

AYRES, D. M. **Anatomy of a crisis: Education, development, and the state in Cambodia, 1953–1998**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2000.

CHANDLER, David. **A History of Cambodia**. 4. ed. Boulder: Westview Press, 2008.

CHANDLER, David P. **Voices from S-21: Terror and History in Pol Pot's Secret Prison**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1999.

DE LANGIS, Theresa; STRASSER, Judith; KIM, Thida; TAING, Sopheap. **Like ghost changes body: a study on the impact of forced marriage under the Khmer Rouge regime**. [S. l.]: Transcultural Psychosocial Organisation Cambodia, 2014.

FAWTHROP, Tom; JARVIS, Helen. **Getting Away with Genocide?: Cambodia's Long Struggle Against the Khmer Rouge**. Sydney: UNSW Press, 2005.

FEWSTER, Brenda. **Seeing Red: American Foreign Policy Towards Vietnam and the Khmer Rouge, 1975 to 1982**. 2000. Tese (Mestrado em História) - Concordia University, Montreal, Quebec, Canadá, 2000.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRIBBLE, Peter Andrew. **Seeing Red: American Foreign Policy**. 1993. Tese (Doutorado) – Concordia University, Montreal, 1993.
- HAAS, Michael. **Cambodia, Pol Pot, and the United States: The Faustian Pact**. New York: Praeger, 1991.
- HAAS, Michael. **Genocide by Proxy: Cambodian Pawn on a Superpower Chessboard**. New York: Praeger, 1991.
- HARRIS, Ian. **Buddhism in a Dark Age: Cambodian Monks Under Pol Pot**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2013. : Rendezvous with Death. Princeton.
- JACKSON, Karl (ed.). **Cambodia, 1975-1978: Princeton University Press, 1989**.
- JARVIS, Helen; DE NIKE, Howard J. (ed.). **Genocide in Cambodia: Documents from the Trial of Pol Pot and Ieng Sary**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.
- LÜTHI, Lorenz M. **The Non-Aligned Movement and the Cold War, 1961–1973**. In: MCMAHON, Robert (Ed.). *The Non-Aligned Movement and the Cold War*: Delhi, Bandung, Belgrade. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- MAO, Tsé-tung. **O Livro Vermelho : Citações do Presidente Mao Tsetung**. [S. l.]: A Nova Democracia, [s. d.].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição dirigida por José Barata-Moura e Francisco Melo. Lisboa: Editorial Avante!, 1997. 235 p.
- MILTON, J. **Metodologia da pesquisa em administração: em linguagem descomplicada**. Curitiba: Editora Bagai, 2023.
- ÖJENDAL, Joakim; LILJA, Mona (ed.). **Beyond Democracy in Cambodia: Political Reconstruction in a Post-Conflict Society**. Copenhagen: NIAS Press, 2009.
- SCHANBERG, Sydney H. **The Death and Life of Dith Pran**. Edição eletrônica. Nova Iorque: RosettaBooks LLC, 2013.
- RAMIREZ, Andrés. **Sérgio Vieira de Mello: o funcionário indispensável das Nações Unidas**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, Curitiba, v. 59, n. 1, p. 35-52, 2014.
- SHORT, Philip. **Pol Pot: Anatomy of a Nightmare**. New York: Henry Holt, 2004.
- WILLIAMS, James H. *et al.* **Higher Education in Cambodia**. In: HIROSATO, Yasushi; KITAMURA, Yuto (ed.). *The political economy of educational reforms and capacity development in Southeast Asia: Cases of Cambodia, Laos and Vietnam*. Dordrecht, NL: Springer, 2009. p. 186-?.



Geopolítica dos Recursos Naturais Essenciais no Entorno Estratégico Brasileiro

Geopolitics of Essential Natural Resources in Brazil's Strategic Surroundings

Ketlen Soares dos Santos Pinto

Centro Universitário do Norte. <https://orcid.org/0009-0000-5316-6061>

Murilo Pereira Babilonio

Centro Universitário do Norte. <https://orcid.org/0009-0003-9216-7640>

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: Este estudo aborda a geopolítica dos recursos naturais estratégicos no entorno do Brasil, com foco em petróleo, gás natural e terras raras. Utilizando a perspectiva do realismo nas Relações Internacionais, a pesquisa analisa como a posse, acesso e disputa por esses recursos influenciam a projeção de poder e a segurança do Brasil na sua região de interesse, que inclui a América do Sul, a costa ocidental da África, a Antártida e o Atlântico Sul. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, o trabalho discute a importância dessas áreas e recursos no contexto das dinâmicas internacionais e das estratégias brasileiras de defesa e política externa. Conclui-se que a escassez e a concentração geográfica de minerais estratégicos podem gerar conflitos, reforçando a necessidade de o Brasil consolidar sua presença nessas regiões para proteger seus interesses econômicos e estratégicos. Além disso, ressalta a importância de ações diplomáticas e militares na manutenção da soberania frente às disputas globais por recursos considerados essenciais para o sistema produtivo internacional. A pesquisa evidencia o papel do Brasil na atual configuração das disputas por recursos naturais e sua relevância na segurança regional e mundial.

Palavras-chave: Recursos naturais estratégicos; geopolítica; Brasil; Entorno estratégico; Disputas

Abstract: This study explores the geopolitics of strategic natural resources within Brazil's strategic surroundings, focusing on oil, natural gas, and rare earth elements. Adopting a realist perspective in International Relations, the research examines how the possession, access, and competition over these resources influence Brazil's power projection and national security in its region, which encompasses South America, the West African coast, Antarctica, and the South Atlantic. Through bibliographic and documental review, the study discusses the significance of these areas and resources within global dynamics and Brazil's strategic policies. It concludes that the scarcity and geographic concentration of these minerals may lead to conflicts, emphasizing the importance for Brazil to strengthen its presence in these regions to safeguard its economic and strategic interests. The findings highlight the critical role of diplomatic and military actions in maintaining sovereignty amid international disputes over essential resources, reaffirming Brazil's relevance in the contemporary geopolitics of natural resources.

Keywords: Strategic natural resources; Geopolitics; Brazil; Strategic environment; Disputes

INTRODUÇÃO

A disputa por recursos naturais desempenha um papel significativo nas Relações Internacionais, sobretudo após as revoluções industriais e a ascensão da cultura de consumo globalizada. A escassez desses recursos e sua distribuição geográfica desigual têm, historicamente, motivado os Estados a dedicarem especial atenção para regiões onde tais recursos possam ser explorados, o que, não raramente, conduz à competição direta ou indireta pelos mesmos.

A história contemporânea tem oferecido diversos exemplos de como as disputas por recursos influenciam as relações entre as nações. O conflito russo-ucraniano, iniciado em 2022, evidenciou a dependência da Europa Ocidental do fornecimento de gás russo, o que, por muitos meses, permitiu ao governo Putin utilizar essa vulnerabilidade como ferramenta para dissuadir os países ocidentais de apoiarem a Ucrânia. Durante o governo Trump nos Estados Unidos, a possibilidade de acesso a reservas de terras raras ucranianas foi um fator relevante nas negociações de apoio ao governo de Kiev.

O Panorama Global de Recursos (ONU, 2024), mostra que desde os anos 1970, a utilização de recursos naturais aumentou de 30 para 106 bilhões de toneladas. As extrações de recursos são hoje responsáveis por aproximadamente 40% das emissões globais de gases de efeito estufa (ONU, 2024). Diante desse cenário de crescente demanda por recursos, o Brasil assume um papel estratégico na região em que está inserido, amplamente reconhecida como rica em recursos essenciais ao sistema produtivo internacional. Devido à sua tradição diplomática pacifista, não é comum haver, no Brasil, discussões públicas sobre disputas por recursos ou ameaças à segurança nacional. No entanto, o posicionamento geográfico do país levou pensadores a refletirem sobre sua defesa e desenvolverem conceitos como o entorno estratégico.

Esse conceito foi proposto por pensadores como Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e Terezinha de Castro, e é adotado oficialmente no Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020a). Define-se como a região que abrange a América do Sul, a costa ocidental da África, a Antártica e todo o Atlântico Sul, área de interesse prioritário para a projeção de poder político, econômico e militar brasileiro.

Essa região é de vital importância para o país, pois inclui os territórios de seus vizinhos sul-americanos, áreas com potencial de exploração na Antártica e a costa ocidental africana, com quem o Brasil mantém laços históricos e comerciais. Além disso, o Atlântico Sul é a principal via de ligação entre o Brasil e os mercados internacionais. Entre os recursos encontrados nesta área e analisados nesta pesquisa, destacam-se: petróleo, gás natural e terras raras. Todos esses recursos são classificados como não renováveis, intensificando a lógica de escassez e aumentando os riscos de disputa.

É importante ressaltar que nem todas as disputas por recursos representam ameaças à soberania nacional. Muitas vezes, são resolvidas por meios pacíficos e negociações diplomáticas. Contudo, este trabalho adotará uma perspectiva realista

das Relações Internacionais, segundo a qual os Estados são entes racionais que buscam preservar sua soberania e ampliar sua influência, ambições essas que eventualmente, podem ocorrer por vias não pacíficas.

Neste contexto, este estudo busca responder à seguinte pergunta norteadora: de que modo as disputas por recursos naturais estratégicos afetam a segurança e a projeção de poder do Brasil em seu entorno estratégico? O objetivo geral consiste em analisar as dinâmicas geopolíticas associadas ao petróleo, ao gás natural e às terras raras na região, sob uma perspectiva realista das Relações Internacionais. Especificamente, pretende-se identificar a presença desses recursos, examinar os fatores que intensificam sua disputa e avaliar os impactos dessas dinâmicas para a segurança e a soberania brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Realismo e Recursos Naturais

Uma das premissas centrais do realismo clássico, como defendido por Hans Morgenthau, é a defesa da racionalidade nas decisões de política externa como ferramenta de equilíbrio entre a moral e a eficácia política. Para os realistas, a ação dos Estados no sistema internacional deve estar ancorada em uma leitura pragmática do cenário global, guiada por interesses nacionais e conduzida por líderes capazes de avaliar riscos e oportunidades com base em dados objetivos.

O realismo político considera que uma política externa racional é uma boa política externa, visto que somente uma política externa racional minimiza riscos e maximiza vantagens. Desse modo, satisfaz tanto o preceito moral da prudência como a exigência política de sucesso (Morgenthau, 2003, p. 16).

O pensamento realista, amplamente difundido nas Relações Internacionais, parte do pressuposto de que o sistema internacional é marcado por um ambiente anárquico. Kenneth Waltz, representante do neorealismo, argumenta que essa anarquia decorre da inexistência de uma autoridade central que regule as ações dos Estados soberanos. Segundo o autor, “formalmente, cada um é igual a todos os outros: nenhum tem o direito de comandar; nenhum é obrigado a obedecer” (Waltz, 1979, p. 88).

Dentro dessa lógica, John Mearsheimer, teórico do realismo ofensivo, aprofunda a ideia de competição permanente entre os Estados. Ele sustenta que as unidades políticas estão constantemente empenhadas em aumentar seu poder relativo, visando a hegemonia como forma de garantir sua segurança e influência. Em suas palavras: “os Estados estão constantemente em busca de oportunidades para adquirir poder sobre seus rivais, tendo a hegemonia como principal objetivo” (Mearsheimer, 2001, p. 16).

Com base nisso a análise da geopolítica dos recursos naturais investiga como a posse, o acesso e a distribuição de bens naturais influenciam as dinâmicas de poder entre os Estados. Nesse contexto, autores como Michael Renner argumentam que os recursos se tornaram centrais para a segurança nacional, sendo tanto motivo de cooperação e, na maioria das vezes, de disputas:

Em contraste com a era da Guerra Fria, os conflitos atuais dizem menos respeito a ideologias e à tomada das rédeas do Estado e mais à disputa para controlar ou saquear recursos — capturando áreas ricas em minerais, madeira e outras commodities valiosas, ou controlando os pontos pelos quais elas passam a caminho dos mercados (Renner, 2002, p. 11)

A crescente demanda global de recursos intensifica a competição por fontes de energia e minerais estratégicos (ONU, 2024, p. 19). A escassez de certos recursos, combinada à sua concentração em regiões específicas do globo, agrava o potencial de conflitos. Isso é especialmente relevante quando se trata de recursos não renováveis, como o petróleo e as terras raras, cuja substituição é difícil e a reposição, inexistente em prazos humanos.

Entorno Estratégico Brasileiro

Essa lógica de pressão crescente sobre os recursos naturais se aplica diretamente ao caso do Brasil e seu entorno estratégico, onde há significativa abundância de recursos naturais. Essa condição confere ao país uma importância geopolítica que, por vezes, não é plenamente reconhecida nas políticas públicas. Exemplos como as reservas de petróleo do Pré-sal, os aquíferos amazônicos e a presença de terras raras em áreas remotas reforçam o papel estratégico do Brasil na geopolítica dos recursos.

Falar de proteção aos recursos naturais brasileiros deve ser prioridade nas estratégias da política de defesa brasileira, influenciando em vários aspectos, principalmente na garantia da manutenção de nossas fronteiras contra ameaças interessadas em nossos recursos, afetando positivamente a América do Sul, onde potencialmente liderado pelo Brasil, estabelece-se um cuidado e atenção maiores aos recursos naturais, uma vez que tais recursos são entendidos como eixo dinâmico na estratégia de integração e unidade dos países vizinhos, e importantíssimos para o desenvolvimento do continente (Rêgo *et al.*, 2016, p.13)

Sob essa perspectiva, o papel do Brasil, conforme delineado na *Política Nacional de Defesa*, consiste em monitorar riscos e antecipar possíveis crises no entorno estratégico, de modo a contribuir preventivamente para a solução de controvérsias regionais, promovendo a estabilidade tanto na América do Sul quanto nas demais áreas de interesse estratégico (Brasil, 2020b, p. 17).

A *Estratégia Nacional de Defesa* define o entorno estratégico como sendo a “área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (Brasil, 2020b, p. 770).

Porém, esse conceito vai além da expansão geográfica, ele envolve uma dimensão simbólica e prospectiva, vinculada a uma percepção de futuro protagonismo do Brasil no sistema internacional, ambição essa que ainda encontra limitações práticas, especialmente no que diz respeito às capacidades materiais do Estado brasileiro para sustentar tal projeção de poder (Silva; Dawood, 2023, p. 147).

É importante destacar que essa delimitação se justifica pela proximidade geográfica e pelos laços históricos estabelecidos com essas regiões, o que reforça seu valor estratégico para os interesses nacionais. No entanto, essa definição não representa uma limitação à atuação internacional do Brasil, mas sim uma orientação prioritária no que diz respeito à formulação de políticas de defesa e segurança.

Nesse sentido, considerando sua representatividade política e econômica no cenário internacional, o Brasil também tem buscado ampliar sua inserção global por meio do fortalecimento de vínculos com países que detêm avançadas capacidades tecnológicas (BRASIL, 2020b, p. 13).

A delimitação do entorno estratégico, portanto, não se dá de forma arbitrária, mas resulta de um processo histórico e analítico, desenvolvido ao longo do tempo por diversos estudiosos da geopolítica, o General Golbery (1967) destacou o papel do Brasil na condução de políticas estratégicas na América do Sul em virtude de este integrar porções inegavelmente expressivas de seus amplos domínios (SILVA, 1967, p. 90). Na visão do autor, se faz necessário que o Brasil ao reconhecer possíveis desavenças em seu entorno imediato, haja de maneira a propiciar soluções para tais crises em vista da formação de “uma conjunção voluntária de esforços nacionais para tarefas construtivas de paz” (SILVA, 1967, p.90)

A importância geoestratégica do continente africano para o Brasil foi fortemente abordada pelo general Meira Mattos (1975) em sua obra *Brasil - Geopolítica e destino*, onde o autor defende que a África, sobretudo a região atlântica, é fundamental para o Brasil devido suas rotas marítimas essenciais, como por exemplo a Rota do Cabo, além, de estar geograficamente próximo a ponto de uma potência militar hostil utilizar a costa africana para ameaçar o Brasil. (Mattos, 1975).

O continente antártico também passou a integrar o campo de interesse da geopolítica brasileira. Castro (1986) sustenta que a posição geográfica do Brasil, localizada de frente para a Antártica, legitima a presença nacional naquela região. De acordo com a autora, essa configuração territorial confere ao país um direito natural de atuação no continente gelado, fundamentando sua defesa da chamada “Teoria da Defrontação”, baseada em critérios tanto geopolíticos quanto estratégicos.

O pesquisador Leonardo Farias de Mattos destaca a relevância estratégica da Antártica para o Brasil, especialmente pelo impacto climático e pela proximidade com rotas marítimas essenciais ao comércio com parceiros como China e Índia. A região abriga o Estreito de Drake e a Rota do Cabo, por onde circulam produtos brasileiros, e sua proximidade geográfica reforça o valor militar para o país. Assim, a manutenção da Antártica livre de presença militar estrangeira é considerada crucial. (L. F. MATTOS, 2015, p. 11)

A preocupação do autor se expressa no crescente consumo de recursos naturais observados nos últimos anos e na sua constatação de que, diferentemente do Brasil, muitos países não têm acesso facilitado a recursos estratégicos, como minerais e petróleo, o que pode sinalizar uma futura corrida para o continente antártico, principalmente após o ano 2048, quando o atual tratado da antártica prevê reabertura da discussão sobre explorações na região (L.F Mattos, 2015).

A exploração de recursos estratégicos, em muitos casos, é conduzida por empresas especializadas que atuam em mais de um país. Essas empresas, conhecidas como Corporações Multinacionais (CMNs), possuem capacidade de amplificar suas operações além das fronteiras nacionais, tornando-se atores de destaque na economia globalizada (Gilpin, 2002).

Ao refutar a ideia de que multinacionais estariam superando os Estados, Mearsheimer (2001, p. 84) destaca que as transações econômicas internacionais sempre funcionaram como um amortecedor e que os Estados permanecem “notavelmente resilientes”, não sendo sobrepujados “pelas forças de mercado ou pelas CMNs”, mas adaptando-se para garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, tais corporações deixam de atuar apenas como agentes econômicos independentes e passam a servir como instrumentos de projeção de poder dos Estados de origem, que, em um sistema internacional anárquico, recorrem a elas sempre que isso favorece sua sobrevivência e fortalecimento. Essa prática já foi observada historicamente, quando governos europeus e japoneses mobilizaram suas multinacionais para garantir acesso a matérias-primas essenciais (Gilpin, 2002, p. 270).

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica e documental. O método qualitativo é adequado para investigar fenômenos interpretativos e relações complexas entre poder, segurança e recursos naturais, especialmente em temas que não podem ser mensurados diretamente (Marconi; Lakatos, 2003).

A pesquisa bibliográfica consiste no exame sistemático de livros, artigos científicos e relatórios especializados obtidos em bases como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, permitindo construir uma base teórica sólida sobre geopolítica, realismo e recursos estratégicos, conforme orienta Gil (2008). Essa etapa inclui autores clássicos das Relações Internacionais, como Morgenthau, Waltz e Mearsheimer e estudos contemporâneos sobre segurança e recursos.

Paralelamente, realiza-se uma análise documental voltada à interpretação de fontes oficiais, como discursos governamentais, tratados internacionais, relatórios da ONU, USGS e ANM, além de documentos estratégicos do Estado brasileiro, conforme a orientação metodológica de Cellard (2008) sobre contextualização político-social dos documentos. Bowen (2009) reforça que documentos institucionais são evidências valiosas em pesquisas qualitativas, sobretudo quando se busca identificar práticas governamentais e posicionamentos estratégicos.

A combinação entre bibliografia e documentos oficiais permite compreender não apenas os fundamentos teóricos da disputa por recursos naturais, mas também como essas dinâmicas se materializam na prática, especialmente no contexto do entorno estratégico brasileiro.

RECURSOS NATURAIS

Terras Raras

Compreendem-se como terras raras um grupo de 17 elementos químicos, correspondentes ao escândio (Sc), ítrio (Y) e aos 15 elementos lantanídeos: lantânio (La), cério (Ce), praseodímio (Pr), neodímio (Nd), promécio (Pm), samário (Sm), európio (Eu), gadolínio (Gd), térbio (Tb), disprósio (Dy), hólmio (Ho), érbio (Er), túlio (Tm), itérbio (Yb) e lutécio (Lu) (Sousa Filho, 2019). Esses elementos, em virtude de suas propriedades físico-químicas singulares, possuem ampla aplicação na indústria tecnológica contemporânea.

Apesar da denominação, as terras raras são, com algumas exceções, relativamente abundantes na crosta terrestre. Contudo, minas com quantidades viáveis para exploração são menos comuns (U.S. Geological Survey, 2025). Além disso, enfrentam-se barreiras legislativas, regulatórias e financeiras que dificultam seu acesso e exploração (Filho, 2023), o que contribui para a valorização econômica desses minerais. Conforme observa Filho (2023), uma característica central das terras raras reside no fato de que cada elemento pode ser extraído por múltiplas vias, o que implica diferentes graus de impacto ambiental e potencial poluição associados aos processos de extração e beneficiamento.

De acordo com o relatório anual do *U.S. Geological Survey*, as reservas mundiais de terras raras permanecem fortemente concentradas no continente asiático, especialmente na China, cuja reserva estimada é de 44 milhões de toneladas métricas. O país também se destaca como principal produtor mundial, com aproximadamente 255 mil toneladas extraídas em 2023 e 270 mil toneladas em 2024 (U.S. Geological Survey, 2025).

O Brasil entra nesse cenário como o país com a segunda maior reserva do mundo, com um potencial de 21.000.000 de toneladas (U.S. Geological Survey, 2025). as principais reservas estão concentradas nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Goiás, São Paulo e Espírito Santo, sendo que a maioria delas está associada a rochas alcalinas-carbonáticas, incluindo depósitos em Araxá, Poços de Caldas, Catalão, Tapira, Seis Lagos e outros (Cunha *et al.*, 2025).

A dimensão política que envolve as terras raras decorre de sua relevância estratégica para a produção de tecnologias de defesa e de transição energética. De acordo com o Panorama Global de Recursos 2024, a Organização das Nações Unidas (ONU) projeta um aumento expressivo na demanda por minerais estratégicos até os anos de 2040 e 2050, englobando as terras raras, que são utilizadas sobretudo na fabricação de ímãs permanentes e baterias aplicadas em turbinas eólicas (ONU, 2024).

O Estado brasileiro reconhece a importância geopolítica dos recursos naturais no cenário internacional, evidenciada em 2015 com a visita do primeiro-ministro chinês Li Keqiang, quando foi firmado um Plano de Ação Conjunta prevendo maior cooperação entre os setores privados e o compromisso de “facilitar os investimentos bilaterais, inclusive investimentos em infraestrutura para apoiar as exportações para a China, bem como o processo de agregação de valor à produção e o processamento local” (BRASIL, 2015). Em 2025, essa agenda ganhou novo impulso com a instituição de um reestruturado Conselho Nacional de Política Mineral, integrado ao Ministério de Minas e Energia, que, segundo o Ministro Alexandre Silveira, deverá priorizar políticas públicas voltadas às terras raras e a outros minerais críticos, com ênfase na mineração sustentável e na segurança energética e alimentar (AGÊNCIA GOV – EBC, 2025).

TABELA 1 - PRINCIPAIS PROJETOS DE TERRAS E PAÍS SEDE DA EMPRESA EXPLORADORA

UF	Município(s)	Empresa	País sede	Projeto
AM	Apuí	Brazilian Critical Minerals	Austrália	Projetos Apuí e Ema
BA	Ubaíra / Irajuba	Brazilian Rare Earths	Austrália	Projeto Monte Alto/Borborema Mineração
BA	Jequié	Equinox Resources	Austrália	Projeto Campo Grande
BA	Itamaraju	Multiverse Mineração	Brasil	Projeto Terras Raras Bahia
BA	Jequié	Australian Mines	Austrália	Projeto Jequié
BA	Itambé	Gold Mountain	Austrália	Projeto Down Under
BA	Prado / Caravelas	Energy Fuels	Estados Unidos	Projeto Bahia
GO	Nova Roma	Aclara Resources (grupo Hochschild Mining)	Canadá	Módulo Carina
GO	Iporá	Alvo Minerals	Austrália	Projeto Iporá
GO	Iporá	Appia Rare Earths & Uranium	Canadá	Projeto PCH
GO	Catalão	OzAurum Resources	Austrália	Projeto Catalão
MT	Itiquira	Summit Minerals	Austrália	Projeto Itiquira
MG	Poços de Caldas	Meteoric Resources	Austrália	Projeto Caldeira
MG	Patos de Minas	Evoa Mining	Austrália	Projetos Coda e Poços
MG	Poços de Caldas	Viridis Mining and Minerals	Austrália	Projeto Colossus
MG	Patos de Minas / Presidente Olegário	Terra Brasil	Brasil	...
MG	Araxá	Saint George Mining (antiga MBAC)	Austrália	Projeto Araxá
MG	Arapuá	Harvest	Austrália	Projeto Arapuá
MG	BambuÍ	Bemisa	Brasil	Projeto Bambuí
MG	Poços de Caldas / Caldas	Axel REE	Austrália	Projetos Caladão e Caldas
MG	Patrocínio	Equinox Resources	Canadá	Projeto Mata da Corda
MG	Região de Araxá	Summit Minerals	Austrália	Projetos Aratapira e T1
MG	Tiros	Resouro Strategic Metals	Canadá	Projeto Tiros
MG	Região Poços de Caldas	Perpetual Resources	Austrália	Projeto Raptor
MG	Patrocínio	OzAurum Resources	Austrália	Projeto Salitre
PB	Matinhas/Região de Sousa	Summit Minerals	Austrália	Projeto Santa Sousa
PI	Corrente	Axel REE	Austrália	Projeto Corrente
TO	Palmeirópolis	Alvo Minerals	Austrália	Projeto Bluebush

Fonte: Adaptado de Agência Nacional de Mineração (2025).

Nota: Tabela modificada pelos autores, com acréscimo de coluna “País sede”.

O interesse internacional pelas reservas brasileiras de terras raras torna-se evidente quando se examina a origem das empresas responsáveis pelos principais projetos de exploração no país. Conforme verificado na tabela 1, entre as 22 companhias que atuam em 28 iniciativas voltadas à extração de minerais presentes em argilas ionizadas, observa-se que 15 possuem sede na Austrália e 3 estão estabelecidas no Canadá, evidenciando a predominância de capitais estrangeiros nesse segmento estratégico.

No contexto do entorno estratégico do Brasil, o *United States Geological Survey* (USGS) destaca Nigéria e África do Sul como países proeminentes na mineração de terras raras. Ambos apresentam vínculos com o BRICS, bloco que tem adquirido relevância na geopolítica contemporânea por ser frequentemente interpretado como uma alternativa ao modelo financeiro hegemônico vigente. O Serviço Geológico dos Estados Unidos, no entanto, assinala que não foi possível estabelecer uma projeção de reservas para a Nigéria, em razão da insuficiência de dados geológicos consistentes.

Além desses casos, outros países da região como Angola e Namíbia também assumem importância, conforme demonstrado na Tabela 2.

TABELA 2 - PRINCIPAIS DEPÓSITOS DE TERRAS RARAS NA REGIÃO AFRICANA DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

País	Depósito	Região	Empresa	País Sede
Angola	Ozango	Huambo	Pensana Metals LTD.	Estados Unidos
África do Sul	Zandkopsdrift	Cabo Setentrional	Frontier Rare Earths Ltd	Luxemburgo
África do Sul	Phalaborwa	Limpopo	Rainbow Rare Earths Limited	Reino Unido
África do Sul	Steenkampskraal	Cabo Ocidental	Steenkampskraal Monazite Mine Proprietary Ltd.	África do Sul
Namíbia	Lofdal	Kunene	Namibia Critical Metals Inc	Canadá

Fonte: Adaptado de REN et al. (2025)

Nota: Tabela modificada pelos autores, com acréscimo de coluna "País sede".

Mais uma vez é possível observar a forte presença de empresas dos países do chamado norte global, o mesmo grupo que está fortemente presente nos projetos de mineração no Brasil. O que demonstra uma fragilidade nos governos nacionais dessa região, incluindo o Brasil, de financiar as explorações desses recursos de maneira autônoma.

Petróleo e Gás Natural

O Pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos com a separação do supercontinente Gondwana¹, formando o que hoje conhecemos como continente africano, sul-americano e Antártica, também resultou na abertura do Atlântico Sul.

O Brasil tornou-se um ator relevante no cenário energético dada a descoberta do polígono Pré-sal, em 2007. Por meio da lei 12.351/2010², o regime de concessão foi substituído pelo regime de partilha, no entanto, a Petrobrás seria a única empresa operando na região. Porém, em 2016 a empresa passou a ter participação mínima de 30% sobre as operações³, fortalecendo a empresa estatal Pré-sal Petróleo (PPSA) como administradora dos contratos de exploração.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2025), o regime de concessão continua se aplicando às empresas de fora da área do Pré-sal, onde a concessionária arcará com os custos e prejuízos do projeto de exploração. Desse modo, quando a empresa descobrir petróleo ou gás, haverá a comercialização, contanto que a empresa pague as participações governamentais à União como Royalties, ocupação, bônus por assinatura e retenção de área para blocos terrestres.

A ANP (2025) também identifica o regime de partilha, sendo ele aplicável à região do Pré-sal e às áreas estratégicas. A União continua como proprietária do petróleo extraído, e por meio de leilões a empresa ganhadora da licitação tem direito a parte da produção, chamada de custo óleo para cobrir parte dos seus custos e o excedente chama-se óleo-lucro, que é dividido entre a União e a empresa. Assim como no regime de concessão, a União também recebe o bônus de assinatura e os royalties.

Para Deyvid Bacelar⁴ (2025), a descoberta da BP Energy no bloco Bumerangue⁵ tornou evidentes os riscos da entrega do Pré-sal ao capital estrangeiro e os retrocessos ambientais atingidos ao priorizar os lucros e os interesses dos acionistas.

1 Segundo Suzuki (2024), a fragmentação do supercontinente Gondwana teve início há cerca de 180 milhões de anos, evidenciado por análises químicas de rochas mantélicas na Patagônia, indicando que a separação entre América do Sul, África e Antártica começou mais cedo do que se estimava anteriormente.

2 BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

3 Sob aprovação das licitações, o Conselho Nacional de Política Energética oferece primeiramente à Petrobras a preferência de ser operadora dos blocos a serem contratados. Quando a Petrobras manifesta interesse em atuar na condição de operadora, ela deve informar em quais áreas deseja exercer esse direito, indicando sua participação no consórcio, que não poderá ser inferior a 30%. (Ministério de Minas e Energia, 2025, online)

4 Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

5 O campo de Bumerangue está localizado na Bacia de Santos, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

O entorno estratégico brasileiro se estende desde o polígono do Pré-sal, à Costa africana, Atlântico Sul e Antártica. Dentre essas regiões, é possível destacar a presença de empresas de capital estrangeiro em atuação neste parâmetro. Dentre elas estão a americana Exxon Mobil, a britânica/holandesa Shell, e empresas chinesas como CNOOC, CNPC e Sinochem, entre outras. (GLOBAL ENERGY MONITOR, 2025)

O Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil (2020) defende o fortalecimento das cooperações entre o Brasil e seus potenciais aliados. Diante disso, a riqueza concentrada na região do atlântico sul desperta a atenção de países como Reino Unido, China, Estados Unidos da América, entre outros.

Na tabela 3 e 4 estão identificadas as reservas comprovadas de petróleo bruto e gás natural, segundo Annual Statistical Bulletin, 2025.

TABELA 3 - RESERVA E PRODUÇÃO PETROLÍFERA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

País	ISO 3	Reserva (Bilhões de barris)	Produção (Barris por dia)
Argentina	ARG	2,999	701.000
Brasil	BRA	15,894	3.356.000
Chile	CHL	150	2.000
Venezuela	VEN	303,221	921.000
Angola	AGO	2,55	1.125.000
Colômbia	COL	2,019	773.000
Equador	ECU	8,273	475.000
Congo	COD	1,811	260.000
Guiné equatorial	GNQ	1,1	57.000
Gabão	GAB	2	224.000
Argélia	DZA	12,2	907.000
Nigéria	NGA	37,28	1.345.000

Fonte: Adaptado de Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP, 2025.

TABELA 4 - RESERVA E PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

País	ISO 3	Reserva (Bilhões de M³)	Produção (Milhões de M³)
Chile	CHL	10	1.381
Argentina	ARG	470	50.738
Bolívia	BOL	175	11.647
Colômbia	COL	54	7.894
Brasil	BRA	628	56.070
Equador	ECU	9	302
Peru	PER	237	14.528
Venezuela	VEN	5.511	22.586
Argélia	DZA	4.504	103.966
Angola	AGO	129	5.750
Camarões	CMR	170	2.185
Congo	COD	284	425
Guiné equatorial	GNQ	40	6.914
Gabão	GAB	27	477
Nigéria	NGA	5.979	44.322

Fonte: Adaptado de Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP, 2025.

Conforme Tordo (2011), os países produtores de petróleo situados em regiões emergentes apresentam forte dependência das tecnologias avançadas e do know-how operacional das grandes empresas internacionais, especialmente em condições de exploração offshore, onde a técnica local é limitada.

Segundo Brown e Root (2018), operações offshore em países como Brasil, Angola e Nigéria demandam infraestrutura marítima complexa, tecnologias de perfuração avançadas e alto investimento, devido à profundidade, às condições ambientais e aos desafios geológicos dessas regiões. Além disso, autores como Mendes e González (2020) destacam que, na Venezuela, a elevada densidade do petróleo extrapesado reduz a fluidez do óleo e encarece sua extração, resultando em processos mais lentos e custosos.

A relevância do continente Antártico para a política energética e de segurança do Brasil passou a ser reconhecida oficialmente em 2013, quando o Congresso Nacional aprovou a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o primeiro Livro Branco de Defesa (LBD), por meio do Decreto Legislativo n.º 373, consolidando um marco institucional na organização da Defesa Nacional brasileira (BRASIL, 2013).

Para Sergey Donskoy (2014), a pesquisa científica na Antártica constitui a principal ferramenta para assegurar os interesses geopolíticos da Rússia no continente. De maneira análoga, o Brasil utiliza sua atuação científica no pólo antártico como um instrumento estratégico para projetar poder e consolidar sua presença geopolítica na região.

Os interesses do Brasil na Antártica manifestam-se por meio de objetivos concretos, destacando-se a participação em todos os atos institucionais e internacionais do Sistema do Tratado da Antártica. Além disso, o país busca ampliar sua presença na região por meio da expansão do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com o objetivo de aprofundar o conhecimento científico sobre o continente e suas áreas marinhas adjacentes.

Por meio do PROANTAR, o país visa promover avanços tecnológicos, aprofundar a pesquisa científica e garantir participação equitativa na exploração de recursos antárticos, em consonância com sua condição de país em desenvolvimento (Brasil, 2019).

Em 2024, a Rússia anunciou a descoberta de cerca de 511 bilhões de barris de petróleo no Mar de Weddell, na Antártica, em uma área que o Reino Unido reivindica, e que também é contestada por Argentina e Chile. Segundo a revista *Newsweek*, esse volume equivale a aproximadamente dez vezes a produção do Mar do Norte nas últimas cinco décadas, favorecendo as disputas de soberania na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas geopolíticas por recursos energéticos tendem a se intensificar diante da crescente escassez de recursos não renováveis, apesar de lenta a

transição energética gera um aumento na demanda por terras raras, enquanto a procura por combustíveis fósseis continua altamente competitiva.

No campo das terras raras, o Brasil ainda se demonstra dependente da tecnologia e do capital estrangeiro para desenvolver seus projetos de exploração, em particular da Austrália, país esse que tem um histórico de investimento na área, motivado principalmente pela busca de alternativas ao mercado chinês, que já se mostrou hostil. Essa dependência impede o Brasil de ter grandes atuações no seu entorno estratégico, que acaba por também ser dependente das mesmas potências.

As principais disputas envolvendo petróleo e gás natural estão relacionadas à contestação da soberania territorial, envolvendo países como Reino Unido, Rússia, China e Estados Unidos, frequentemente acusados de intervir em áreas que ultrapassam suas jurisdições nacionais. Tais contestações, muitas vezes solicitadas por países do Sul Global, e consequentemente impactam na segurança e na projeção estratégica do Brasil.

O Brasil busca fortalecer a suas relações e a sua presença de forma estratégica, apesar da sua dependência econômica e tecnológica. Essa abordagem não se restringe apenas ao acesso a novas reservas ou à proteção das existentes, mas também à consolidação da posição do país como ator pacificador na região. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de autopreservação diante de interesses externos sobre recursos estratégicos presentes nas delimitações estabelecidas como interesse prioritário.

Portanto, o conceito de entorno estratégico é um imaginário ambicioso, suas limitações estão diretamente relacionadas à baixa capacidade estrutural e tecnológica do Estado. Este fator perpetua a dependência de capital externo e investimentos estrangeiros, resultando no não aproveitamento pleno de seu potencial energético nacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV–EBC. 16.10.2025 (Brasília-DF) **Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fala na Reunião do Conselho Nacional de Política Mineral**. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/distribuicao/atividades-do-governo/251016171336_16-10-25-ministro-alexandre-silveira-conselho-cnpm. Acesso em: 01 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Sumário Mineral Brasileiro 2025**. Brasília: ANM, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2025/sumario-2025.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Os regimes de concessão e de partilha**. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BOWEN, Glenn A. **Document Analysis as a Qualitative Research Method**. Qualitative Research Journal, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-e-defesa/livro-branco>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia; Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos. **A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro**. Brasília: Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/estudosestrategicos/AInclusodaAntrticoConceitodeEntornoEstratgicoBrasileiro.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Documents signed during the official visit of the Prime-Minister of the People's Republic of China, Li Keqiang, to Brazil – Brasília and Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015**. Brasília: MRE, 19 maio 2015a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/pressreleases/documents-signed-during-the-official-visit-of-the-prime-minister-of-the-people-s-republic-of-china-li-keqiang-to-brazil-may-19-2015>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil na Antártica: Tratado da Antártica e PROANTAR**. Brasília: Itamaraty, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa/politica-antartica>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BROWN, Trevor; ROOT, Howard. **Offshore Engineering and Deepwater Technology**. New York: Elsevier, 2018.

CASTRO, Therezinha de. **Antártica: teoria da defrontação**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Ioná de Abreu *et al.* **An overview of critical and strategic minerals potential of Brazil: 2025 edition**. Brasília: Geological Survey of Brazil, 2025. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25452>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DE MATTOS, Leonardo Faria. **Antártica e o pensamento geopolítico brasileiro**. 2015.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP). **Descoberta da BP no pré-sal escancara ameaça à soberania energética e abandono da transição por multinacional britânica.** 5 ago. 2025. Disponível em: <https://fup.org.br/descoberta-da-bp-no-pre-sal-escancara-ameaca-a-soberania-energetica-e-abandono-da-transicao-por-multinacional-britanica/>. Acesso em: 5 set. 2025.

FILHO, Walter Leal *et al.* **Compreendendo os elementos de terras raras como matérias-primas críticas.** Sustentabilidade, v. 15, n. 3, p. 1919, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GLOBAL ENERGY MONITOR. **Global oil and gas extraction tracker – 2025 release.** [S.l.]: Global Energy Monitor, Feb. 2025. Disponível em: <https://globalenergymonitor.org/wp-content/uploads/2025/02/Global-Oil-and-Gas-Extraction-Tracker-Feb-2025.xlsx>. Acesso em: 20 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil: geopolítica e destino.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MATTOS, Leonardo Faria; CÂMARA, Paulo E. A. S. **A ciência Antártica como ferramenta geopolítica para o Brasil.** Revista Marítima Brasileira, v. 140, n. 1/3, p. 15–23, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/3959/3852>. Acesso em: 1 mai. 2025.

MCHARDY, Martha. **Russia Just Found Huge Oil Reserves in Antarctica.** Newsweek, 14 May 2024. Disponível em: <https://www.newsweek.com/russia-ukraine-oil-antarctica-putin-1900233>. Acesso em: 18 out. 2025.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics.** New York: Norton, 2001.

MENDES, Ricardo; GONZÁLEZ, Pablo. **Heavy Oil Production: Challenges and Technological Advances.** London: Springer, 2020.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OPEC – Organization of the Petroleum Exporting Countries. **Annual Statistical Bulletin – ASB 2025.** Viena: OPEC Secretariat, 2025. Disponível em: <https://www.opec.org/assets/assetdb/asb-2025.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Relatório mundial sobre recursos 2024: rumo à governança sustentável dos recursos naturais.** Genebra: UNEP, 2024.

RÊGO, Alana Karla Monteiro Leal *et al.* **Geopolítica e defesa dos recursos naturais estratégicos da América do Sul: uma abordagem regional a partir da perspectiva brasileira.** In: XIII Curso de Altos Estudos em Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

REN, Junping *et al.* **A review of rare earth elements resources in Africa.** Minerals, v. 15, n. 9, p. 980, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/min15090980>.

RENNER, Michael. **The anatomy of resouces war.** Documento da Worldwatch, v. 16, p. 2, 2002.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 45, 2015.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida; DAWOOD, Layla Ibrahim Abdallah. **O conceito de entorno estratégico brasileiro: um diálogo entre as geopolíticas prática e formal.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 10, n. 1, p. 141–165, jan./jun. 2023.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SOUSA FILHO, Paulo C. de; GALAÇO, Ayla RBS; SERRA, Osvaldo A. **Terras raras: tabela periódica, descoberta, exploração no Brasil e aplicações.** Química Nova, v. 10, p. 1208-1224, 2019.

SUZUKI, Erika. **Quebra do supercontinente Gondwana teve início há 180 milhões de anos.** UnB Ciência, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://unbciencia.unb.br/exatas/45-geociencias/751-quebra-do-supercontinente-gondwana-teve-inicio-ha-180-milhoes-de-anos>. Acesso em: 18 jun. 2025.

TORDO, Silvana; JOHNSTON, Michael; MONDOLFO, Pablo. **National Oil Companies and Value Creation.** Washington, DC: World Bank, 2011.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY. **Mineral Commodity Summaries 2025** (versão 1.2, março 2025). Reston, VA: U.S. Geological Survey, 2025. 212 p. DOI: 10.3133/mcs2025. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2025/mcs2025.pdf>. Acesso em: 15 jun 2025.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics.** Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.



O Festival de Parintins como Instrumento de Paradiplomacia

The Festival of Parintins as an Instrument of Paradiplomacy

Amanda Vitória Alves Gil

Centro Universitário do Norte. ORCID: 0009-0004-8435-1816

Letícia de Cássia Melo Tavares

Centro Universitário do Norte. ORCID: 0009-0006-2161-9998

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <https://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: O proposto artigo analisa o Festival de Parintins como instrumento de paradiplomacia cultural e sua relevância para a projeção internacional do município de Parintins e da região amazônica. A paradiplomacia, entendida como a atuação internacional de entes subnacionais em complemento à diplomacia tradicional, manifesta-se no contexto amazônico por meio de iniciativas culturais capazes de promover integração, cooperação e reconhecimento global. O estudo, de natureza básica e abordagem qualitativa, foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender de que forma o festival contribui para o fortalecimento da identidade regional e para a inserção internacional do estado do Amazonas. Observa-se que o evento transcende o caráter folclórico, transformando-se em importante meio de diplomacia cultural e econômica. A competição entre os bois-bumbás Garantido e Caprichoso, símbolo da festa, mobiliza narrativas que valorizam a história, os mitos e as tradições amazônicas, tornando-se um exemplo de soft power brasileiro. Além de promover o turismo e a economia criativa, o festival reforça o papel dos governos locais como agentes de representação no cenário internacional. Conclui-se que o Festival de Parintins se consolida como uma das expressões mais significativas da paradiplomacia cultural no Brasil, unindo tradição, identidade e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: paradiplomacia; cultura; Festival de Parintins; Amazônia; soft power.

Abstract: The proposed article analyzes the Parintins Festival as an instrument of cultural paradiplomacy and its relevance for the international projection of the municipality of Parintins and the Amazon region. Paradiplomacy, understood as the international action of subnational entities that complements traditional diplomacy, is manifested in the Amazonian context through cultural initiatives that promote integration, cooperation, and global recognition. This basic and qualitative research was developed through bibliographic and documentary analysis, aiming to understand how the festival contributes to strengthening regional identity and enhancing the international insertion of the state of Amazonas. The study reveals that the event goes beyond its folkloric nature, becoming an important means of cultural and economic diplomacy. The competition between the oxen Garantido and Caprichoso, the symbols of the festival, mobilizes narratives that highlight the history, myths, and traditions of the Amazon, serving as an example of Brazilian soft power. In addition to promoting tourism and the creative economy, the festival reinforces the role of local governments as agents of representation in the international arena. Therefore, the Parintins Festival stands out as one of the most significant expressions of cultural paradiplomacy in Brazil, combining tradition, identity, and sustainable development.

Keywords: paradiplomacy; culture; Parintins Festival; Amazon; soft power.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a atuação internacional de governos subnacionais — como estados, províncias e municípios — tem se intensificado, configurando um fenômeno conhecido como *paradiplomacia*. Esse conceito refere-se à participação de entes federativos não centrais em atividades de natureza diplomática, voltadas à cooperação internacional, à promoção econômica, cultural e ambiental, bem como à busca de soluções conjuntas para desafios globais (Cornago, 2010).

A *paradiplomacia* se organiza em uma estrutura de relações trilaterais, que envolve o governo local ou regional, o governo central e os atores estrangeiros. Em termos didáticos, na construção dessa terminologia, o sufixo “para” traz o sentido de *paralelo*, pois diz respeito às ações adotadas por municípios e estados — ou seja, governos locais e regionais — no desenvolvimento de estratégias que buscam promover relações de cooperação internacional. Essa característica evidencia que a *paradiplomacia* não se constitui em oposição à diplomacia tradicional, mas em um movimento complementar e articulado, no qual diferentes níveis de governo interagem no cenário internacional.

Esse fenômeno emerge como reflexo da globalização e da crescente interdependência entre os atores internacionais, ultrapassando o modelo tradicional de relações exteriores centralizadas exclusivamente no Estado-nação. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a autonomia dos entes federados, abriu espaço para que estados e municípios pudessem desenvolver iniciativas próprias de inserção internacional, desde que respeitadas as diretrizes da política externa nacional (Salomón; Nunes, 2007).

Quadro 1- Formatos de paradiplomacia reticular.

Paradiplomacia Subnacional	O termo paradiplomacia subnacional representa um marco conceitual importante para compreender a ação paralela em âmbito internacional de governos locais e regionais através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países e com entidades públicas ou privadas estrangeiras.
Paradiplomacia Empresarial	A paradiplomacia corporativa refere-se à atuação internacional de empresas revestida por um conjunto de orientações, princípios e práticas estratégicas. Como até a década de 1950, a ação de empresas transnacionais estava fortemente associada à diplomacia estatal, foi somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que surge a paradiplomacia corporativa, quando as empresas transnacionais passaram a se apresentar com maior autonomia no sistema internacional.
Paradiplomacia Epistêmica	As ações internacionalistas de movimentos sócio-político- ambientais, grupos científicos ou de organizações sindicais e não governamentais são exemplos de paradiplomacia epistêmica que ocorrem em paralelo e de forma independente com as atividades dos Ministérios de Relações Exteriores, tendo muitas vezes uma escala multilateral de ação.

Paradiplomacia Eclesiástica	A paradiplomacia eclesiástica está relacionada à expansão internacional da religião com base em dois formatos reticulares, respectivamente, de internacionalização primária, com a mobilidade de missionários para outros países, e, de internacionalização secundária, com o estabelecimento organizacional de Igrejas e templos, bem como a difusão de novas redes eclesiásticas dos próprios pontos do exterior rumo a outros países
Paradiplomacia Ministerial	Em algumas conjunturas específicas na história de muitos países observa-se que alguns ministérios influenciaram ou ainda persistem influenciando na definição da política exterior, desde os casos dos ministérios de comércio e indústria até os ministérios militares, ao rivalizarem com os Ministérios de Relações Exteriores e ao desenvolverem suas próprias linhas de ação exterior de natureza paradiplomática, abrindo um espaço oportunista a um processo de ruptura da unidade de ação exterior do Estado.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Senhoras, 2012.

A extroversão de cidades no sistema internacional é reflexo de um crescente processo de integração e interdependência dos Estados Nacionais em um mundo globalizado que se mostra recortado por múltiplas redes de *paradiplomacia* que transcorrem em paralelo à ação dos órgãos centrais de governo como chancelarias ou ministérios de relações exteriores, gerando efeitos positivos ou negativos nas políticas exteriores (Parker, 2004).

Nesse cenário, é possível observar que diversos municípios brasileiros têm buscado fortalecer sua projeção internacional por meio de ações paradiplomáticas voltadas à cultura, ao turismo e à sustentabilidade. Um exemplo notável é o município de Parintins, popularmente conhecido como “Ilha Tupinambarana” ou “Ilha da Magia”, localizado a 368 quilômetros da capital do estado do Amazonas, Manaus. Sua população foi estimada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 111.575 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado. Com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, a cidade encanta pelas belas paisagens em meio à floresta amazônica.

É nesse município que acontece, todos os anos, um dos maiores eventos folclóricos a céu aberto do mundo: o Festival de Parintins. O evento ocorre nas três últimas noites do mês de junho e organiza-se em torno da competição entre dois grupos de bois: o Boi Caprichoso, boi preto com a estrela azul na testa, e o Boi Garantido, boi branco com o coração vermelho na testa. A rivalidade histórica entre os bois Garantido e Caprichoso domina a cidade, permeia o imaginário das pessoas e culmina em uma das maiores festas populares do Brasil.

O Festival de Parintins, além de sua relevância cultural e turística, constitui um importante instrumento de *paradiplomacia* cultural, pois projeta o município no cenário internacional, atraindo visitantes, investimentos e reconhecimento global. Assim, Parintins exemplifica como a atuação internacional de governos locais pode contribuir para o fortalecimento da identidade regional, para a valorização da cultura amazônica e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, compreender o papel da *paradiplomacia* no contexto do Festival de Parintins é essencial para analisar de que maneira a cultura pode servir como eixo estratégico de inserção internacional de governos locais e regionais.



Fonte: Rodrigues Junior, 2011.

OBJETIVOS

Para verificar como a *paradiplomacia* se torna um instrumento de projeção internacional em um evento de singularidade regional única, o presente artigo, de natureza básica, tem como objetivo geral analisar as estratégias e os impactos do

Festival de Parintins enquanto ferramenta de *paradiplomacia* cultural para o estado do Amazonas e para a região amazônica.

No que diz respeito à metodologia, foram obtidas informações a partir de fontes documentais oficiais, por meio de pesquisa bibliográfica e da leitura de artigos que abordam a temática da *paradiplomacia*. Nesse viés, o presente trabalho está dividido em três objetivos específicos:

1. Revisar a literatura acadêmica sobre *paradiplomacia* e sua aplicação no contexto cultural;
2. Mapear as estratégias de *paradiplomacia* empregadas pelo governo do Amazonas para engajar atores internacionais;
3. Relacionar a *paradiplomacia* como elemento impulsionador da economia e do turismo no Festival de Parintins.

PARINTINS E A ORIGEM DO FESTIVAL FOLCLÓRICO

Valentin (2005) afirma que Parintins é composta de miscigenação de índios e brancos, que originaram os caboclos — e, também, uma parcela menor de negros, devido ao seu contexto histórico — que iniciou por volta de 1542 com a chegada dos primeiros desbravadores europeus à Amazônia, como Francisco de Orellana, que batizou o rio que hoje conhecemos como Amazonas, devido ao seu encontro com as guerreiras Ycamiabas, que foram comparadas as lendárias Amazonas da Grécia. Porém, durante as viagens exploratórias da Coroa Portuguesa em 1796, a Ilha Tupinambarana, hoje município de Parintins, foi descoberta pelo capitão de milícias José Pedro Cordovil. A região era habitada pelos índios Tupinambá — de onde surgiu o nome da ilha — e pelas tribos Sapuré, Peruviana, Mundurucu, Mawe e Parintins.

Ao discorrer sobre a história de Parintins, Souza (2013, p. 32) elenca os seguintes pontos:

Em 30 de outubro de 1880, pela lei provincial nº 499, a sede do município recebeu foros de município e passou a denominar-se Parintins. O nome Parintins é em homenagem aos primeiros habitantes da Ilha Tupinambarana que foram os índios da tribo Parintintin. A cidade de Parintins teve várias denominações: primeiro chamou-se Tupinambarana, depois Vila Nova da Rainha, mais tarde voltou novamente a Tupinambarana, depois Vila Bela da Imperatriz e, por último, quando elevada à comarca de cidade, passou a chamar-se Parintins.

A cidade é nacionalmente conhecida por ser sede do maior espetáculo teatral a céu aberto do mundo, criado em 1966, organizando uma modalidade de confronto entre os dois bois, o Garantido e o Caprichoso.

Na encenação Bumba-meu-boi, vinda do Maranhão, a festa representava a história de Pai Francisco e Mãe Catirina, que fogem com o boi mais famoso de seu patrão, pois a mulher está grávida e tem o desejo de comer a língua do animal.

Cunha *apud* Lemos (2005, p. 3) descrevem a festa do boi-bumbá como:

[...] uma grande ópera amazônica, com representações dramáticas montadas e realizadas em pleno Bumbódromo, com início, meio e fim. Verdadeiras peças de teatro sobre temas ligados à cultura da região amazônica são apresentadas ao ar livre. As lendas, os mitos e os fatos da história são recriados e exibidos de maneira espetacular, entre fogos e surpreendentes efeitos visuais.

Sobre o boi Garantido, Valentim (2005; 98) embasado em pesquisadores locais, assinalou que o boi Garantido:

Teve como seu fundador Lindolfo Monteverde, pescador e agricultor, filho de marinho e ex-escravo maranhense Marcelo Rolim, de quem, seguramente ouvira as histórias das danças dos bois de pano da sua terra natal. [...] aos 13 anos de idade, Lindolfo já brincava de boi, quando adoeceu e fez uma promessa a São João Batista: se recuperasse sua saúde, colocaria um Boi pra dançar nas casas e ruas de Parintins, todos os anos, em junho, para o restante de sua vida. Ficou bom e, na antiga estrada Terra Santa, hoje Avenida Lindolfo Monteverde, fundou o Boi Garantido, conhecido até hoje como o 'Boi da Promessa'.

O boi Caprichoso surgiu adotando as cores azul e branco, trazendo consigo sua marujada e batucada, e tendo como emblema uma estrela na testa. Contudo, pesquisadores e folcloristas de Parintins baseados igualmente nos relatos dos mais antigos não chegam a um consenso a respeito de sua fundação. Valentin (2005) *apud* Assayag (1995) registrou que:

Antes do Caprichoso, havia o boi Galante, primeiro rival do Garantido, criado em 1913 por Emídio Vieira, conhecido como 'Tracajá'. Em razão de uma briga interna no Galante, Emídio se afastou da brincadeira e foi substituído pelos irmãos Roque e Tomaz Cid, recém-chegados do Ceará que teriam feito uma promessa de 'pôr' um boi caso seus empreendimentos comerciais fossem bem-sucedidos em Parintins. Eles fizeram um novo boi e o batizaram de Caprichoso, em 20 de outubro de 1913 (Valentin, 2005, p. 98).

Silva (2011) *apud* Saunier (2003) aponta que:

O Caprichoso nasceu em Manaus, em 1912 e foi trazido a Parintins, em 1913, pelo Sr. Emídio Rodrigues Vieira. Foram seus iniciadores no boi, Luiz Gonzaga, José Leocádio, Emílio Silva, os irmãos Cid: Raimundo, Pedro e Felix cearenses, naturais de Crato, e tantos outros. Uma versão aponta que quem trouxe o Caprichoso foi o Cel. José Furtado Belém, quando visitou a Praça 14, em Manaus, onde o boi se apresentava, em 1913. Já outra versão, diz que o Caprichoso foi fundado em março de 1925. [...] (p.206)

Vale mencionar, segundo Valentin (2005; 98) que os dois bois – Garantido e Caprichoso – não têm suas histórias de fundação documentadas com precisão devido à escassez de registros escritos e as fontes disponíveis serem baseadas *a priori* em informações orais

No atual festejo, o evento é construído pela atualização do regionalismo amazônico com exaltação da cultura, lendas, rituais e outros itens que montam a identidade regional. Como descrito pela toada “Tradição Folclórica da Amazônia” do boi Garantido:

Veio pra nossa Amazônia, a cultura do bumba-meu-boi
No tempo áureo da borracha
Pelos nordestinos, foi trazido do sertão
E aqui o bumba-meu-boi se tornou boi bumbá
Auto de expressão popular
Que em Parintins criou raiz

Figura 1 - Boi Caprichoso.



Figura 2 - Boi Garantido.



Fonte:g1.Globo, 2025.

E na toada “Marcas de um povo” do Boi Caprichoso, que narra a vinda do nordestino no período da borracha:

No Nordeste deixaram saudades e sonhos
A desbravar a floresta encantada com os seus mistérios
E a cultura do bumba-meu-boi
Aqui se fez boi-bumbá
Na força da borracha se ergueu
O Amazonas, meu Amazonas
O esplendor da Belle Époque

Paradiplomacia e a Atuação Internacional de Entes Subnacionais

O termo *paradiplomacia* refere-se à atuação internacional de entes subnacionais, como estados, províncias e municípios, em articulação ou complementaridade à diplomacia tradicional dos Estados nacionais (CORNAGO, 2010). Essa atuação pode assumir diferentes formas, incluindo a cooperação descentralizada, o fortalecimento de vínculos econômicos, os intercâmbios acadêmicos e, sobretudo, as práticas culturais.

Duchacek (1990) observa que a *paradiplomacia* emerge no contexto da interdependência global e da descentralização do poder, permitindo que territórios subnacionais adquiram relevância política e diplomática. No caso brasileiro, a redemocratização e a Constituição Federal de 1988 favoreceram a ampliação da autonomia federativa, abrindo espaço para que estados e municípios desenvolvessem agendas internacionais próprias (SALOMÓN; NUNES, 2007).

Ao destacar a cultura como elemento essencial para a *paradiplomacia*, Konishi, Mendonça e Ribeiro (2015) defendem que novos atores, como organizações da sociedade civil e comunidades locais, encontram na dimensão cultural uma via legítima de inserção internacional. Nesse sentido, a cultura não apenas complementa a diplomacia oficial, mas atua como fator de fortalecimento da identidade regional e de projeção de narrativas próprias no cenário global.

Diplomacia Cultural e *soft power*

A *paradiplomacia* se articula de forma significativa com a diplomacia cultural, compreendida como o uso de expressões artísticas, tradições e práticas simbólicas para promover aproximação entre povos e reforçar a imagem internacional de um território (CUMMINGS, 2003).

Tal prática relaciona-se diretamente ao conceito de *soft power*, introduzido por Joseph Nye (2004), que define o poder de atração cultural, ideológica e institucional como instrumento de influência política. No contexto brasileiro, Edde (2019) interpreta o *soft power* como “uma forma de influenciar a vida, os seres humanos e as nações através principalmente da cultura” (p. 45).

No contexto amazônico, esse fenômeno assume um papel singular, articulando identidade regional, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. O Governo do Amazonas vem consolidando uma agenda internacional que associa bioeconomia, inovação e cultura como eixos de inserção global. O Festival de Parintins destaca-se como ferramenta paradiplomática capaz de atrair turistas estrangeiros, promover a imagem da Amazônia no exterior e fortalecer relações com parceiros internacionais por meio da cultura.

Assim, eventos culturais de grande visibilidade são capazes de funcionar como catalisadores de diplomacia cultural, projetando identidades, atraindo fluxos turísticos e econômicos e legitimando territórios em redes de cooperação internacional.

Festivais Culturais, Economia Criativa e Internacionalização

No campo dos megaeventos, Getz (2010) aponta que festivais culturais operam como vitrines para o patrimônio imaterial, desempenhando papel tanto na coesão interna de comunidades quanto na inserção de localidades no circuito global. No contexto amazônico, o Festival de Parintins é exemplo paradigmático: ao encenar a disputa entre os bois-bumbás Garantido e Caprichoso, mobiliza narrativas indígenas, caboclas e ribeirinhas, projetando uma identidade cultural singular que transcende fronteiras nacionais.

Para Davila (2024), a economia criativa constitui uma estratégia de desenvolvimento que combina diversidade cultural, inovação e sustentabilidade. Assim, a inserção de Parintins na Rede de Cidades Criativas da UNESCO evidencia como a festa se converte em ativo diplomático, transformando-se em vetor de internacionalização que articula cultura, turismo e políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como observado, é possível compreender que o Festival de Parintins materializa, na prática, os princípios da *paradiplomacia* cultural discutidos ao longo deste estudo. A atuação internacional do município de Parintins, ainda que não ocorra de forma institucionalizada como nos governos centrais, manifesta-se por meio de ações simbólicas e culturais que reforçam o papel dos entes subnacionais nas Relações Internacionais. Essa projeção ocorre quando a cidade utiliza sua principal expressão cultural como instrumento de inserção internacional, promovendo cooperação, visibilidade e reconhecimento da Amazônia no exterior. Assim, o festival exemplifica como as dinâmicas globais e locais se entrelaçam, transformando a cultura em vetor de diplomacia e de fortalecimento da identidade regional.

A dimensão paradiplomática do festival está diretamente relacionada ao intercâmbio de experiências culturais e turísticas, promovendo a aproximação entre atores locais e estrangeiros. Tal interação ocorre por meio da presença de turistas internacionais, da cobertura midiática global e do apoio de instituições públicas e privadas que reconhecem no evento uma oportunidade estratégica de projeção externa. Em 2024, por exemplo, o festival atraiu mais de 120 mil visitantes ao município, gerando um impacto econômico estimado em R\$ 180 milhões e impulsionando o crescimento econômico, segundo dados do Governo do Amazonas, reforçando sua relevância social e diplomática. Dessa forma, o festival contribui para a valorização do patrimônio imaterial amazônico e para a consolidação de políticas culturais voltadas ao desenvolvimento sustentável da região.

Outro aspecto importante é papel do soft power exercido pelo Festival de Parintins. A festa, ao mobilizar símbolos, narrativas e tradições da Amazônia, fortalece o poder de atração do Brasil no exterior e evidencia como a cultura pode atuar como instrumento de diplomacia e cooperação internacional. Essa projeção

cultural também se reflete em benefícios econômicos, principalmente no turismo e na economia criativa local, gerando empregos temporários e estimulando a produção artística regional. Nesse viés, o Festival de Parintins consolida-se como uma ferramenta eficaz de *paradiplomacia* cultural, capaz de unir tradição, identidade e desenvolvimento. O evento reafirma a força simbólica da cultura amazônica e sua relevância no fortalecimento das relações internacionais por meio da arte e da valorização dos povos da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o Festival de Parintins enquanto instrumento de *paradiplomacia* cultural e compreender de que maneira esse evento contribui para a projeção internacional do município de Parintins e da região amazônica. A partir da revisão bibliográfica, da análise documental e da discussão teórica sobre *paradiplomacia*, soft power e diplomacia cultural, foi possível identificar que o festival se destaca como uma das mais expressivas manifestações culturais brasileiras capazes de mobilizar identidade, tradição e estratégias de inserção internacional.

No caso do Festival de Parintins, observou-se que o governo do Amazonas e o município utilizam a festa como meio de fortalecimento de redes de cooperação, atração de investimentos, promoção cultural — bem como vitrine para o turismo, para a economia criativa e para a circulação de narrativas amazônicas no cenário global. A expressiva presença de visitantes nacionais e estrangeiros, junto com o impacto econômico registrado nos últimos anos e a crescente projeção midiática internacional demonstram que o evento transcende o entretenimento, operando como ferramenta diplomática que reforça a relevância da Amazônia e de suas tradições.

Por fim, ao relacionar o festival à economia criativa e ao turismo, é possível notar que a dinâmica cultural produzida pelos bois-bumbás garante não apenas o fortalecimento da identidade regional, mas também a circulação de símbolos que reforçam o soft power brasileiro. Desse modo, o Festival de Parintins revela-se um exemplo consistente de como a cultura pode assumir papel estratégico nas Relações Internacionais, funcionando como mecanismo de desenvolvimento sustentável, integração regional e projeção internacional.

Diante disso, conclui-se que o Festival de Parintins materializa de forma significativa os princípios da *paradiplomacia* cultural, contribuindo para afirmar o Amazonas como território de inovação, diversidade e representatividade global. O evento reafirma o potencial das expressões culturais como instrumentos diplomáticos e demonstra que a atuação internacional de entes subnacionais pode ser fortalecida por políticas públicas que integrem cultura, identidade e estratégias de inserção internacional.

REFERÊNCIAS

- CORNAGO, Noé. **Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and co-operation**. *Regional & Federal Studies*, v. 10, n. 1, p. 40–53, 2010.
- CUMMINGS, Milton. **Cultural diplomacy and the United States government: a survey**. Washington, D.C.: Center for Arts and Culture, 2003.
- DA SILVA, José Maria. **Espetáculo e performance no Festival de Parintins**. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 11, n. 1-2, p. 111–129, 2009.
- DAGNAISSER, Dayanne Cristine Pires *et al.* **Para além do espetáculo: folclore e patrimônio nos bois-bumbás de Parintins-AM**. 2018.
- DAVILA, Anapaula Iacovino; MACHADO, Luiz Alberto; PAULA, Mauricio Andrade de; SANTOS, Sonia Helena. **Economia + criatividade = economia criativa**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Scriptum Editorial, 2024.
- DUCHACEK, Ivo. **Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations**. In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. (orgs.). *Federalism and international relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 1–33.
- EDDE, Alberto. **Soft Power e o poder da influência: “Transforma todos os produtos intangíveis em produtos tangíveis”**. Exibidor, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.exibidor.com.br/noticias/mercado/14092-soft-power-e-o-poder-da-influencia-34transforma-todos-os-produtos-intangiveis-em-produtos-tangiveis34>. Acesso em: 16 out. 2025.
- EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO DO AMAZONAS (AMAZONASTUR). **Festival de Parintins 2024 injetou mais de R\$ 180 milhões na economia no município**. Manaus, AM, 17 jul. 2024.
- ESRI. **O que é paradiplomacia? Guia de Estudos e Aplicações 2024**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://esri.net.br/o-que-e-paradiplomacia/>. Acesso em: 16 out. 2025.
- GETZ, Donald. **The nature and scope of festival studies**. *International Journal of Event Management Research*, v. 5, n. 1, p. 1–47, 2010.
- INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM). **Local**. IV ENPED – Encontro Pedagógico, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/IV-enped/sobre/local>. Acesso em: 16 out. 2025.
- JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil**. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 83, p. 43–68, 2017.
- KONISHI, Nikolas Yoshitaka; MENDONÇA, Alice Pillo de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Paradiplomacia nas Relações Internacionais: a importância**

da cultura como elemento transformador do cenário político internacional.

Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura, v. 1, n. 2, p. 284–301, 2015.

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Michele Borges de. **A paradiplomacia e as cidades criativas: análise da cidade de Salvador-BA. 2021**. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

OLIVEIRA, Michele Borges de. **A paradiplomacia e as cidades criativas: análise da cidade de Salvador-BA. 2022**.

PARINTINS (Município). **História de Parintins**. [s.d.]. Disponível em: <https://parintins.com/docs/parintins/?p=historiadeparintins>. Acesso em: [inserir data].

PARINTINS (Município). **Sobre Parintins**. Parintins 2024, [s.d.]. Disponível em: <https://parintins2024.am.gov.br/pt/sobre-parintins/>. Acesso em: 16 out. 2025

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A ação internacional das unidades subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre**. Contexto Internacional, v. 29, n. 1, p. 65–118, 2007.

SENHORAS, Elói Martins; MOREIRA, Fabiano de Araújo; VITTE, Claudete de Castro Silva. **A geografia da paradiplomacia subnacional na América do Sul**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 12, n. 270, 2008.



O Papel dos Portos Privados de Manaus no Desenvolvimento Econômico da Região Amazônica: Um Estudo Comparativo

The Role of Private Ports in Manaus in the Economic Development of the Amazon Region: A Comparative Study

Cristiano Moura Ribeiro

Centro Universitário do Norte 0009-0007-3285-6806

Luiz Inacio Zuloaga Saldanha

Centro Universitário do Norte 0009-0007-7455-2368

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: A Região Amazônica apresenta restrições logísticas devido à sua complexa geografia, o que torna a navegação fluvial essencial para o escoamento de materiais e o abastecimento de insumos. Nesse contexto, os portos privados localizados em Manaus, como o Chibatão, o Super Terminais e o Porto da Ceasa, assumem papel estratégico no desenvolvimento econômico local e regional, suprimindo as deficiências da infraestrutura pública. O Porto Chibatão destaca-se como o maior terminal fluvial privado da América Latina, com alta capacidade de movimentação de contêineres e constantes investimentos em tecnologia. Já os portos Super Terminais e Ceasa, embora menores, complementam a dinâmica logística, descentralizando operações e fomentando a competitividade entre terminais privados. O estudo propõe uma análise comparativa das características operacionais desses portos, seus impactos econômicos e sociais, bem como os desafios enfrentados diante de limitações estruturais, ambientais e climáticas da região.

Palavras-chave: portos privados; logística fluvial; desenvolvimento econômico regional; Zona Franca de Manaus.

Abstract: The Amazon Region faces logistical constraints due to its complex geography, which makes river navigation essential for the transportation of goods and the supply of inputs. In this context, private ports located in Manaus—such as Chibatão, Superterminais, and Ceasa—play a strategic role in local and regional economic development by compensating for deficiencies in public infrastructure. The Chibatão Port stands out as the largest private river terminal in Latin America, with high container handling capacity and continuous investments in technology. Meanwhile, Superterminais and Ceasa, although smaller, complement the logistics dynamics by decentralizing operations and fostering competitiveness among private terminals. This study proposes a comparative analysis of the operational characteristics of these ports, their economic and social impacts, and the challenges they face due to structural, environmental, and climatic limitations.

Keywords: private ports; river logistics; regional economic development; Manaus Free Trade Zone.

INTRODUÇÃO

A Região Amazônica apresenta uma geografia complexa e desafiadora, marcada por extensas áreas de floresta, rios volumosos e limitações na malha rodoviária. Essas condições tornam a navegação fluvial o principal meio de transporte de mercadorias e insumos, sendo fundamental para o abastecimento regional e o escoamento da produção local. Nesse contexto, os portos privados de Manaus assumem papel estratégico na estrutura logística da região, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico local e regional.

Entre os principais terminais privados estão o Porto Chibatão, o Super Terminais e o Porto da Ceasa, cada um com características operacionais distintas, mas todos com relevância na movimentação e saída de materiais. O Porto Chibatão consolidou-se como o maior terminal fluvial privado da América Latina, com elevada capacidade de movimentação de contêineres, integração eficiente com a malha rodoviária e fluvial, além de constantes investimentos em tecnologia e expansão de infraestrutura. Já o Super Terminais e o Porto da Ceasa, embora de menor porte, desempenham papel complementar, garantindo o abastecimento regional e descentralizando operações, o que contribui para a dinamização econômica e estimula a competitividade entre os portos privados.

Apesar da importância estratégica desses portos, ainda existem desafios estruturais, ambientais e climáticos que podem comprometer a eficiência logística e a capacidade de expansão dos terminais. Essa realidade levanta questões centrais sobre a atuação dos portos privados e seu impacto no desenvolvimento econômico da Amazônia. Este trabalho, portanto, se propõe a analisar de forma comparativa os principais portos privados de Manaus, investigando suas características operacionais, impactos econômicos e sociais e os desafios enfrentados em suas operações diárias.

A partir desse contexto, este estudo busca responder às seguintes perguntas: (1) Quais são as propriedades operacionais dos portos Chibatão, Super Terminais e Ceasa e como elas se inserem na cadeia logística regional? (2) Quais impactos econômicos e sociais esses terminais geram, especialmente em termos de emprego, arrecadação tributária e fortalecimento da economia local? (3) Quais são os principais desafios enfrentados pelos portos privados, considerando fatores ambientais, climáticos e estruturais,

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada que, segundo Mineiro *et al.*, (2022), se refere a um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva e comparativa. Dentro desta perspectiva, a pesquisa se propõe a compreender como os portos privados de Manaus, Chibatão, Super Terminais e Ceasa, contribuem para o desenvolvimento econômico regional, analisando suas estruturas operacionais, impactos socioeconômicos e desafios enfrentados.

Ainda, a pesquisa aplicada busca gerar conhecimento voltado à solução de problemas concretos, neste caso, a eficiência logística e a importância econômica dos portos privados na Amazônia se mostra como um dos objetivos principais da pesquisa incorporando métodos qualitativos e quantitativos que estruturam o estudo para alcançar os objetivos propostos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Teoria de base

Teoria do Desenvolvimento Regional

A Teoria do Desenvolvimento Regional busca compreender as desigualdades econômicas e sociais existentes entre diferentes regiões, propondo modelos explicativos e estratégias para promover o equilíbrio territorial. Entre os principais teóricos que contribuíram para essa discussão destacam-se François Perroux e Gunnar Myrdal, cujas ideias marcaram profundamente o pensamento econômico do século XX.

Para Perroux (1955), o desenvolvimento regional não ocorre de maneira homogênea, mas sim por meio de “polos de crescimento”. Esses polos se constituem em torno de indústrias ou atividades motrizes que exercem forte influência sobre o espaço econômico, gerando efeitos de propagação que estimulam o crescimento das áreas adjacentes. Assim, o desenvolvimento se concentra inicialmente em determinadas regiões e, posteriormente, tende a se difundir para outras, embora nem sempre de forma equilibrada.

Já Myrdal (1957) propôs a teoria dos efeitos cumulativos, segundo a qual o desenvolvimento tende a reforçar as desigualdades regionais. Para ele, o crescimento em uma região pode gerar efeitos de retroalimentação positiva (“backwash effects”), atraindo recursos humanos e econômicos de outras áreas, o que aprofunda o subdesenvolvimento destas. Em contrapartida, os efeitos de propagação (“spread effects”) seriam os mecanismos de difusão do crescimento, embora, na prática, estes raramente conseguem compensar os efeitos negativos.

Enquanto Perroux enfatiza a importância das forças produtivas concentradas e dos pólos dinâmicos como motores do desenvolvimento, Myrdal alerta para os riscos de que tal concentração produza disparidades persistentes. Assim, ambas as abordagens se complementam ao evidenciar que o desenvolvimento regional é um processo dinâmico, desigual e interdependente, exigindo políticas públicas que promovam integração e equidade territorial.

Zona Franca de Manaus e Políticas de Incentivo

A criação da Zona Franca de Manaus, pelo Decreto-Lei nº 288 de 1967, foi uma das mais significativas políticas públicas de desenvolvimento regional do Brasil,

concebida com o objetivo de integrar a Amazônia à economia nacional por meio de incentivos fiscais e aduaneiros. O modelo foi estruturado para reduzir desigualdades regionais, gerar empregos e consolidar a presença produtiva nacional em uma região considerada estratégica para a soberania e para o equilíbrio ambiental brasileiro (FGV, 2019).

De acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), o modelo da ZFM permitiu a formação de um parque industrial moderno e diversificado, abrigando mais de 500 empresas, gerando cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos e contribuindo com aproximadamente R\$82 bilhões em faturamento anual. As indústrias instaladas são majoritariamente dos setores eletroeletrônico, metalúrgico, químico e de transportes, sendo responsáveis por 80% da produção industrial do estado do Amazonas.

A FGV (2019) também demonstra que, desde a criação da ZFM, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Amazonas mais do que dobrou, enquanto a renda média estadual reduziu a diferença em relação à média nacional. A renda per capita paulista, que era sete vezes maior que a amazonense em 1970, passou a ser apenas 1,8 vez maior em 2010. Tal evolução evidencia o impacto positivo dos incentivos fiscais na redução das desigualdades regionais e na atração de investimentos privados.

Além do impacto econômico, o modelo também apresentou resultados sociais. Houve melhoria nas condições de moradia, aumento da escolaridade e redução do êxodo rural, embora o efeito sobre o capital humano ainda seja limitado. No campo ambiental, a FGV concluiu que a industrialização impulsionada pela ZFM contribuiu para conter o desmatamento, estimando que um aumento de 1% no emprego formal industrial reduz o desmatamento em cerca de 0,006%.

No entanto, a sustentabilidade da ZFM enfrenta desafios estruturais e logísticos. A falta de infraestrutura adequada, especialmente portuária, rodoviária e fluvial, eleva os custos operacionais e ameaça a competitividade do polo. Conforme ressalta Holland (2019), “a melhoria da infraestrutura física, logística e de comunicação é condição essencial para que a Zona Franca mantenha sua relevância como política de desenvolvimento regional”.

Dessa forma, os portos privados de Manaus, como o Chibatão, o Super Terminais e o Porto da Ceasa, emergem como elementos logísticos fundamentais para garantir o escoamento da produção industrial incentivada pela ZFM, compensando as deficiências do sistema público e garantindo a conectividade com os principais mercados consumidores do Brasil.

Logística e Cadeia de Suprimentos na Amazônia

A logística é definida como o planejamento, implementação e controle eficiente do fluxo de bens, serviços e informações desde a origem até o consumo final (NOVAES, 2007). Para Bowersox e Closs (2009), ela constitui um fator estratégico de competitividade, sendo responsável por agregar valor de tempo e lugar ao produto, além de reduzir custos e otimizar processos.

Na Amazônia, entretanto, a logística apresenta peculiaridades estruturais e geográficas que impõem desafios à fluidez econômica. O transporte fluvial é o principal modal de movimentação de cargas, devido à baixa densidade rodoviária e à ausência de ferrovias integradas. A expressão “na Amazônia, a rua é o rio e o rio é a rua”, utilizada por Câmara (2023), ilustra a centralidade das vias fluviais na dinâmica regional.

O estudo *Entraves Logísticos no Polo Industrial de Manaus* (PICANÇO *et al.*, 2023) aponta que a falta de infraestrutura adequada, a escassez de alternativas modais e o isolamento geográfico são os principais gargalos logísticos que comprometem a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM). O tempo de deslocamento de insumos e produtos até os grandes centros consumidores pode ultrapassar 20 dias, elevando o custo logístico em até 40% do valor final do produto, o que reduz margens e desestimula novos investimentos.

De acordo com Fonseca *et al.* (2013), o desempenho logístico deve ser analisado como fator decisivo na criação de vantagem competitiva. Empresas inseridas no contexto amazônico dependem de gestão integrada da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management), onde o transporte, o armazenamento e a informação devem atuar de forma coordenada.

O conceito de cadeia de suprimentos, segundo Christopher (1997), amplia a noção de logística ao incluir todas as etapas e agentes envolvidos — desde os fornecedores até o consumidor final — formando uma rede de valor que precisa funcionar de forma sincronizada. Assim, portos eficientes são componentes essenciais dessa rede, pois determinam a capacidade de movimentação e distribuição de mercadorias.

No caso da Amazônia, a predominância do modal aquaviário exige infraestruturas portuárias modernas, multimodais e sustentáveis, que permitam conexão com o transporte rodoviário e aéreo. A ausência dessa integração, conforme aponta o artigo de Câmara (2023), acarreta vulnerabilidade logística e limita o crescimento econômico regional.

Por isso, o fortalecimento dos portos privados de Manaus não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas de desenvolvimento regional estratégico, pois eles sustentam toda a cadeia de abastecimento do PIM e das atividades produtivas dependentes da ZFM.

Infraestrutura Portuária e Desenvolvimento Regional

A infraestrutura de transportes é reconhecida pela literatura econômica como determinante para o desenvolvimento regional. Segundo Banister e Berechman (2001), a eficiência da infraestrutura portuária contribui diretamente para a produtividade das empresas, o crescimento do PIB e a atração de investimentos. No caso da Amazônia, onde os rios substituem estradas, os portos são a espinha dorsal da economia.

O Porto Chibatão, maior terminal fluvial privado da América Latina, movimenta cerca de 70% de toda a carga containerizada da Região Norte. Sua capacidade

operacional supera 500 mil TEUs (unidades equivalentes a contêiner de 20 pés) por ano, com conexão direta a rotas marítimas nacionais e internacionais. Além disso, investe continuamente em automação, dragagem e expansão de pátios, o que o torna referência em eficiência logística na Amazônia.

Já o Super Terminais, localizado na margem esquerda do Rio Negro, possui estrutura voltada à movimentação de grãos líquidos e sólidos, com foco em operações industriais e abastecimento regional. O Porto da Ceasa, por sua vez, desempenha papel complementar no abastecimento de alimentos e insumos, contribuindo para a logística urbana e a economia local.

Esses portos privados compensam as limitações da infraestrutura pública, cuja manutenção e modernização são insuficientes para atender à demanda crescente do comércio fluvial. Segundo Câmara (2023), “a ampliação e modernização dos portos interiores são cruciais para atrair investimentos privados e integrar o Brasil à economia global por meio de corredores logísticos sustentáveis”.

O investimento privado na infraestrutura portuária de Manaus também está alinhado ao conceito de desenvolvimento sustentável. O transporte fluvial é o modal com menor emissão de gases de efeito estufa (GEE) e menor custo por tonelada transportada, sendo ambientalmente mais viável que o rodoviário. Além disso, a operação eficiente dos portos reduz o tempo de trânsito e o desperdício de recursos, contribuindo para uma logística de baixo impacto ambiental.

Nesse contexto, os portos privados não apenas movimentam cargas, mas também movimentam a economia regional. Eles geram empregos diretos e indiretos, aumentam a arrecadação tributária, fortalecem a integração com os estados vizinhos e garantem a competitividade do modelo econômico da ZFM. A FGV (2019) ressalta que a infraestrutura portuária é um dos principais vetores para a sustentabilidade e diversificação produtiva da Amazônia, possibilitando a expansão de novos polos econômicos e o escoamento de recursos naturais e manufaturados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise Comparativa dos Portos Privados de Manaus

A análise dos três principais portos privados da capital amazonense, Chibatão, Super Terminais e Porto da Ceasa, revela diferenças significativas em estrutura, capacidade operacional, perfil de cargas e relevância econômica, ainda que todos compartilhem o papel central de sustentar a logística fluvial da Amazônia.

O Porto Chibatão destaca-se como o maior terminal fluvial privado da América Latina, operando uma área total de aproximadamente 1,2 milhão de m² e movimentando mais de 500 mil TEUs (contêineres de 20 pés) anualmente. Localizado estrategicamente às margens do Rio Negro, o terminal possui pátios automatizados, guindastes portêineres e sistema de dragagem permanente, o que garante acesso a embarcações de grande porte mesmo durante o período de estiagem.

Além disso, o Chibatão conta com integração intermodal através de conexão direta com a BR-319 e a AM-070, permitindo escoamento terrestre para municípios do interior e para o polo industrial de Manaus (PIM). Esses fatores técnicos tornam o terminal essencial para o abastecimento do Polo Industrial e o envio de mercadorias para o restante do país, consolidando-o como um hub logístico regional.

Em comparação, o Super Terminais possui uma infraestrutura mais especializada. O terminal concentra suas operações em grãos líquidos, sólidos e cargas gerais, com foco em combustíveis, químicos e produtos agrícolas. Sua área operacional é menor, cerca de 300 mil metros quadrados, mas com forte ênfase na segurança operacional e controle ambiental, atendendo às normas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da Marinha do Brasil.

Sua localização estratégica, próxima ao Distrito Industrial e à Ceasa, garante redução de custos de transferência e tempo de deslocamento, o que o torna um importante ponto de apoio às indústrias locais, especialmente no armazenamento e abastecimento de insumos.

O Porto da Ceasa, por sua vez, cumpre um papel de menor escala, porém fundamental para a logística de abastecimento urbano e regional. É o principal ponto de entrada de produtos hortifrutigranjeiros e perecíveis provenientes do interior do Amazonas e de estados vizinhos, movimentando cerca de 2 mil toneladas diárias de alimentos. Embora sua estrutura física seja modesta — com restrições de calado e limitações de atracação simultânea —, o porto tem importância social relevante, pois sustenta cadeias produtivas locais e garante o abastecimento alimentar da capital.

A comparação técnica entre os três portos evidencia uma diversificação funcional da infraestrutura privada em Manaus, conforme abaixo:

Tabela 1 - Comparação entre os portos de Manaus

Indicador	Porto Chibatão	Superterminais	Porto da Ceasa
Tipo de carga principal	Contêineres e cargas gerais	Grãos líquidos e sólidos	Hortifrutigranjeiros e insumos leves
Capacidade anual	> 500 mil TEUs	~3 milhões de toneladas	~700 mil toneladas
Área total	1,2 milhão m ²	300 mil m ²	50 mil m ²
Posição logística	Exportação e importação industrial	Abastecimento energético e químico	Abastecimento urbano e regional
Nível tecnológico	Alto (automação e monitoramento digital)	Médio (sistemas de segurança e controle ambiental)	Baixo (infraestrutura tradicional)
Impacto econômico	Elevado	Médio	Local/regional
Empregos diretos e indiretos	5.000	1.200	400

Fonte: Elaboração própria com base em dados da ANTAQ (2023), SUFRAMA (2024) e relatórios portuários locais.

Impactos Econômicos e Sociais

Os portos privados de Manaus são agentes multiplicadores do desenvolvimento econômico regional, influenciando diretamente a geração de empregos, arrecadação tributária e competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

O Porto Chibatão, por exemplo, movimentava sozinho mais de 70% das cargas containerizadas da Região Norte, sendo responsável pelo escoamento da maior parte da produção do PIM, que inclui bens duráveis como televisores, motocicletas, celulares e equipamentos de informática. Essa movimentação sustenta milhares de empregos na cadeia logística e garante uma redução média de 20% no tempo de transporte entre Manaus e os portos marítimos de Belém e Santos, segundo dados da ANTAQ (2023).

O Superterminais, ao atender o setor químico e energético, garante segurança no abastecimento de insumos essenciais às indústrias locais e à população. Além disso, sua atuação reduz o custo de importação de combustíveis e produtos químicos, que antes dependiam de portos mais distantes.

Já o Porto da Ceasa cumpre função social relevante, sendo o principal elo entre os produtores ribeirinhos e o mercado urbano, fomentando a agricultura familiar e garantindo o abastecimento alimentar de cerca de 2 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Manaus.

Esses efeitos econômicos e sociais são complementares. Enquanto o Chibatão representa a eficiência industrial e o desenvolvimento macroeconômico, o Superterminais assegura a resiliência da cadeia produtiva, e o Ceasa promove a inclusão produtiva e o desenvolvimento local. Juntos, formam uma rede logística privada que substitui a ausência de infraestrutura pública eficiente, reforçando o papel do setor privado como indutor do desenvolvimento regional.

Desafios Estruturais e Ambientais

Apesar dos avanços, os portos privados enfrentam desafios técnicos e estruturais que comprometem sua expansão e a eficiência logística regional. O principal problema é a sazonalidade hídrica dos rios amazônicos, que causa variações de até 14 metros no nível das águas entre o período de cheia e seca (ANA, 2023). Isso afeta o calado dos terminais e limita a navegação de embarcações de grande porte, exigindo constantes investimentos em dragagem e adequação de píeres flutuantes.

Outro desafio é a falta de integração multimodal. Mesmo que o Chibatão possua acesso rodoviário, as rodovias AM-070 e BR-319 ainda apresentam baixa trafegabilidade em períodos de chuva intensa, o que prejudica o transporte terrestre de cargas. A ausência de ferrovias e de terminais interligados a aeroportos também restringe o potencial de escoamento de mercadorias de alto valor agregado.

Além disso, há entraves regulatórios e ambientais que afetam o custo operacional. A complexidade das licenças ambientais e a lentidão na liberação de autorização pela ANTAQ e pelo IBAMA atrasam projetos de expansão e modernização portuária.

No caso do Super Terminais, a maior preocupação está relacionada à movimentação de produtos perigosos, como combustíveis e solventes, que exigem rígido controle ambiental e sistemas de contenção. Já o Porto da Ceasa enfrenta limitações estruturais, com baixo investimento público em pavimentação, drenagem e sinalização fluvial, além da precariedade das vias de acesso urbano.

Tais fatores evidenciam que, embora a iniciativa privada tenha suprido lacunas da infraestrutura estatal, o ambiente regulatório e a limitação técnica dos modais ainda são gargalos que impedem um sistema logístico plenamente integrado na Amazônia.

Conexão com a Zona Franca de Manaus e a Economia Regional

A relação entre os portos privados e a Zona Franca de Manaus (ZFM) é de interdependência funcional. O modelo de incentivos fiscais da ZFM só se sustenta mediante uma logística fluvial eficiente, capaz de garantir o transporte de insumos importados e o escoamento da produção industrial.

Dados da SUFRAMA (2024) indicam que cerca de 95% das mercadorias do PIM transitam, em algum momento, pelos portos privados de Manaus. Assim, qualquer deficiência em sua infraestrutura repercute diretamente na competitividade da indústria amazônica.

A atuação dos portos privados também contribui para o equilíbrio regional: eles dinamizam o comércio entre os estados do Norte, reduzem a dependência de portos marítimos distantes e estimulam o crescimento de cadeias produtivas locais. Essa função se alinha ao objetivo original da ZFM, integrar a Amazônia ao mercado nacional, mas de forma mais sustentável, descentralizada e tecnológica.

Dessa forma, pode-se afirmar que a eficiência dos portos privados é o alicerce logístico que sustenta a política de desenvolvimento regional da ZFM, configurando-se como um instrumento econômico essencial para a soberania e integração amazônica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à nossas famílias pelo apoio, compreensão e incentivo em cada etapa desta jornada. Aos professores, pela dedicação, pelo conhecimento compartilhado e pela orientação constante ao longo do caminho. A cada pessoa que, de alguma forma, contribuiu para a realização deste trabalho, deixo minha sincera gratidão.

REFERENCIAS

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A. Alves da; FERREIRA, Lúcia Gracia. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas.** Momento – Diálogos em Educação, v. 31, n. 3, p.

201-218, set./dez. 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i03.14538. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10690>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MOTTA, Victoria. **Porto Chibatão: complexo portuário amazonense é considerado um dos maiores portos privados da América Latina**. Portal Amazônia, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonas/porto-chibatao-complexo-portuario-amazonense-e-considerado-um-dos-maiores-portos-privados-da-america-latina/>. Acesso em: 27 out. 2025.

COMEX DO BRASIL. **Portos privados do Arco Amazônico investem em tecnologia e sustentabilidade**. 23 jul. 2024. Disponível em: <https://comexdobrasil.com/portos-privados-do-arco-amazonico-crescem-e-investem-em-tecnologia-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, Abrão Jr. **Integração logística e infraestrutura na Zona Franca de Manaus**. EnGeTec em Revista, v. 2, n. 4, e24012, jul./ago. 2025. Disponível em: https://revista.fateczl.edu.br/index.php/engetec_revista/article/download/325/359/904. Acesso em: 27 out. 2025.

DA REDAÇÃO. **Super Terminais bate recorde com mais de 140 mil contêineres movimentados**. Portos & Navios, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/super-terminais-bate-recorde-com-mais-de-140-mil-containers-movimentados>. Acesso em: 27 out. 2025

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.

PERROUX, F. **L'économie du XXe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

HOLLAND, Márcio (coord.); GURGEL, Ângelo; CERQUEIRA, Claudia; SERIGATTI, Felipe; ARRUDA DE ANDRADE, José Maria; ALBUQUERQUE, Priscilla; PIERI, Renan. **Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades**. São Paulo: FGV/EESP, abr. 2019. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Zona Franca de Manaus: uma revisão sistemática de impactos**. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 6, n. 19, p. e202001, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/14460>. Acesso em: 28 out. 2025.

OSÓRIO, Maiara Carvalho; JOHNSON, Giselle Nicomedes; MOTA, Inocência da Silva; SANTOS, Fernando de Almeida. **A influência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento regional: uma análise de indicadores socioeconômicos e mercado de trabalho**. Revista Científica Cintec, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cintec/article/view/72970>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Natasha Pessoa; ABRÃO Jr., Ali Antônio. **Integração logística e infraestrutura na Zona Franca de Manaus**. EnGeTec em Revista, v. 2, n. 4, e24012, 2025. Disponível em: https://revista.fateczl.edu.br/index.php/engetec_revista/article/view/325. Acesso em: 28 out. 2025.

ESPECIAL – CIEAM. **Custo ‘seca’ já chega a R\$ 500 milhões na Zona Franca de Manaus**. A Crítica, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.acritica.com/geral/custo-seca-ja-chega-a-r-500-milhoes-na-zona-franca-de-manaus-1.351317>. Acesso em: 28 out. 2025.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

CÂMARA, Pedro Henrique da Silva. **Infraestrutura e desafios logísticos na Amazônia: a importância das hidrovias para o desenvolvimento regional**. Revista Brasileira de Logística, v. 16, n. 2, p. 45–61, 2023.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FONSECA, J. G. da; OLIVEIRA, R. A.; CARVALHO, D. F. de. **Gestão da cadeia de suprimentos como vantagem competitiva: uma análise teórica e empírica**. Revista de Administração Contemporânea, v. 17, n. 3, p. 112–128, 2013.

NOVAES, Antônio Galvão Novaes. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PICANÇO, José C. F. *et al.* **Entraves logísticos no Polo Industrial de Manaus**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2035/1044>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Natasha Pessoa; ABRÃO Jr., Ali Antônio. **Integração logística e infraestrutura na Zona Franca de Manaus**. EnGeTec em Revista, v. 2, n. 4, e24012, 2025. Disponível em: https://revista.fateczl.edu.br/index.php/engetec_revista/article/view/325. Acesso em: 28 out. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV. **Pesquisa apresenta classificação de infraestruturas para a Amazônia**. Portal FGV, 2025. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-apresenta-classificacao-infraestruturas-amazonia>



A Complexidade Logística na Maior Floresta Tropical do Mundo

The Logistical Complexity in the World's Largest Rainforest

Felipe Lima Antunes

Centro Universitário do Norte - UNINORTE. <https://orcid.org/0009-0007-2337-4581>

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte - UNINORTE. <https://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

Resumo: A logística de transporte na Amazônia possui características únicas devido à predominância dos rios, às longas distâncias e à baixa densidade rodoviária. O modal fluvial é o principal meio de deslocamento e abastecimento, sustentando milhares de comunidades ribeirinhas. Entretanto, enfrenta obstáculos como variações no nível da água, cheias, secas e falta de infraestrutura padronizada. A estiagem agrava esses desafios, reduzindo a capacidade de carga das embarcações, aumentando custos e comprometendo a eficiência operacional. Além disso, a carência de investimentos em hidrovias e a lentidão na modernização de portos e canais limitam o fluxo de mercadorias. A burocracia fiscal também é um entrave significativo, especialmente na liberação de contêineres e no cumprimento de exigências como o PIN, SEFAZ e SUFRAMA, o que prolonga o ciclo logístico e afeta diretamente a competitividade da Zona Franca de Manaus. A malha rodoviária insuficiente reforça a dependência do modal aéreo, que, apesar da rapidez, apresenta custos elevados e capacidade limitada. Eventos ambientais extremos, como secas severas e enchentes, intensificam os riscos operacionais e impactam a navegação. Para superar esses desafios, é essencial modernizar hidrovias, fortalecer a cabotagem, ampliar e manter estradas, digitalizar processos fiscais e adotar tecnologias de monitoramento ambiental que permitam prever variações climáticas e otimizar rotas. A cooperação entre governos, setor privado e comunidades locais é indispensável para garantir soluções sustentáveis. Assim, uma logística eficiente na Amazônia deve integrar infraestrutura resiliente, inovação tecnológica, preservação ambiental e governança colaborativa, possibilitando conectividade territorial, segurança produtiva e desenvolvimento regional equilibrado.

Palavras-chave: logística; amazônica; infraestrutura; sustentabilidade.

Abstract: Amazon transportation logistics has unique characteristics due to the predominance of rivers, long distances, and low road density. The waterway modal is the main means of displacement and supply, sustaining thousands of riverside communities. However, it faces obstacles such as water level variations, floods, droughts, and lack of standardized infrastructure. Drought aggravates these challenges, reducing vessel cargo capacity, increasing costs, and compromising operational efficiency. Additionally, the lack of investment in waterways and the slow modernization of ports and channels limit the flow of goods. Fiscal bureaucracy is also a significant barrier, especially in container clearance and compliance with requirements such as PIN, SEFAZ, and SUFRAMA, which prolongs the logistics cycle and directly affects the competitiveness of the Manaus Free Trade Zone. The insufficient road network reinforces dependence on air modal, which, despite its speed, presents high costs and limited capacity. Extreme environmental events, such as severe droughts and floods, intensify operational risks and impact navigation. To overcome these challenges, it is essential

to modernize waterways, strengthen cabotage, expand and maintain roads, digitize fiscal processes, and adopt environmental monitoring technologies that allow predicting climate variations and optimizing routes. Cooperation between governments, private sector, and local communities is indispensable to ensure sustainable solutions. Thus, efficient logistics in the Amazon must integrate resilient infrastructure, technological innovation, environmental preservation, and collaborative governance, enabling territorial connectivity, productive security, and balanced regional development.

Keywords: logistics; Amazon; infrastructure; sustainability.

INTRODUÇÃO

A Floresta Amazônica, maior floresta tropical do planeta, representa um território de dimensões continentais cuja complexidade geográfica influencia diretamente a logística regional.

Suas extensas áreas de rios, vegetação densa e baixa integração rodoviária moldam um cenário no qual o transporte depende predominantemente das vias fluviais, refletindo tanto limitações estruturais quanto potencial estratégico de desenvolvimento.

A organização do transporte na Amazônia ultrapassa o campo operacional e se projeta como elemento central para a integração econômica, política e diplomática do Brasil, evidenciando sua importância no contexto das relações internacionais. A navegabilidade fluvial, embora essencial, é profundamente afetada por variações sazonais de cheias e secas.

Nos períodos de vazante, a redução do nível dos rios compromete a capacidade de carga e a segurança das embarcações, provocando atrasos e aumento de custos. Segundo a WSO Logística, a diminuição do nível das águas afeta diretamente a operação naval, reduzindo a carga transportada e elevando os custos de abastecimento na região.

Essa vulnerabilidade revela a necessidade de modernização das hidrovias, melhorias de dragagem e atualização contínua de mapas hidrográficos. Ao mesmo tempo, a malha rodoviária amazônica apresenta baixa densidade e infraestrutura precária. Trechos essenciais sofrem com erosões, alagamentos e interrupções que inviabilizam o tráfego durante períodos de chuva intensa. Muitas comunidades, isoladas da malha terrestre, dependem exclusivamente de barcos e aeronaves para receber produtos essenciais, ampliando desigualdades regionais.

O modal aéreo, apesar da velocidade, apresenta custos elevados e baixa capacidade de carga, sendo utilizado principalmente em emergências ou transporte de alto valor agregado.

Na Amazônia, seu uso é ainda mais limitado devido a diversos fatores adicionais. A região possui grande extensão territorial e baixa densidade populacional, o que reduz a demanda regular por transporte aéreo de carga. Além disso, a infraestrutura aeroportuária é escassa e concentrada em poucos centros urbanos, dificultando operações frequentes e encarecendo ainda mais o serviço.

A logística de abastecimento e manutenção de aeronaves em áreas remotas também é complexa, exigindo estruturas técnicas que nem sempre estão disponíveis. Somam-se a isso as condições climáticas instáveis, como chuvas intensas e nevoeiros, que podem interromper voos e reduzir a confiabilidade do modal. Por esses motivos, o transporte aéreo na Amazônia tende a ser utilizado apenas em situações críticas, regiões de difícil acesso imediato ou para cargas urgentes e essenciais.

A logística amazônica ganha relevância também no campo das relações internacionais por integrar fronteiras com diversos países sul-americanos.

O intercâmbio entre Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela depende de rotas fluviais compartilhadas e políticas de cooperação transfronteiriça. Segundo a OTCA, fortalecer hidrovias internacionais e promover ações conjuntas de preservação ambiental é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado.

Além disso, o polo industrial da Zona Franca de Manaus depende de rotas logísticas eficientes para manter a competitividade no mercado nacional e global. O escoamento da produção enfrenta entraves burocráticos, fiscalização intensiva e elevado tempo de transporte.

A combinação entre dificuldades naturais, limitações de infraestrutura e exigências fiscais torna a logística regional complexa e, muitas vezes, onerosa. Assim, compreender os desafios estruturais, ambientais e burocráticos que permeiam a logística amazônica é fundamental para aprimorar sua eficiência. Essa análise permite refletir sobre soluções sustentáveis, integração multimodal e políticas públicas capazes de equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Como viabilizar uma logística eficiente, sustentável e integrada no cenário amazônico?

A busca por respostas a essa pergunta envolve compreender que a logística amazônica não depende apenas de investimentos materiais, mas também de planejamento estratégico, governança pública e articulação entre múltiplos atores.

A região demanda políticas estruturantes que levem em conta a diversidade populacional, a vulnerabilidade de comunidades ribeirinhas e a necessidade de preservar ecossistemas sensíveis. Assim, a logística deve ser pensada como instrumento de desenvolvimento social, permitindo que populações historicamente isoladas tenham acesso a bens, serviços, saúde e oportunidades econômicas.

Além disso, integrar eficiência logística e sustentabilidade na Amazônia implica repensar modelos tradicionais de transporte e adotar soluções inovadoras que considerem as limitações ambientais e operacionais da região.

Isso inclui o fortalecimento de rotas multimodais, o uso de tecnologias de monitoramento ambiental, a redução de impactos ecológicos e a criação de estruturas colaborativas entre governo, setor privado e organizações internacionais. Portanto, refletir sobre a logística amazônica significa abordar não apenas seu desempenho econômico, mas também seu papel na construção de um futuro mais equilibrado, inclusivo e ambientalmente responsável.

REFERENCIAL TEÓRICO

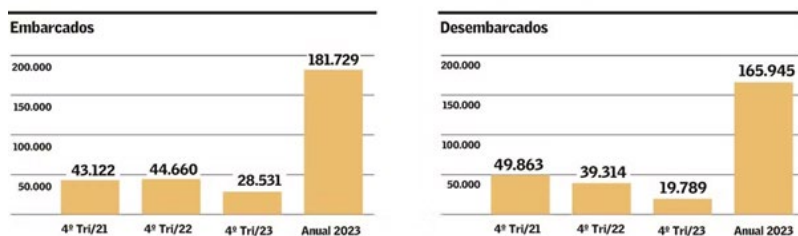
A logística de transporte na Floresta Amazônica apresenta um conjunto de fatores que a tornam única no cenário brasileiro e internacional. As especificidades ambientais, a presença massiva de rios como eixos de mobilidade, a baixa densidade rodoviária e a vasta distância entre centros urbanos compõem uma realidade em que soluções logísticas tradicionais não são suficientes (Castro, 2018).

Para compreender a dinâmica da região, é necessário analisar como os diversos modais se articulam, quais as limitações estruturais, quais impactos ambientais influenciam o desempenho das operações e como entraves burocráticos e políticos repercutem nos fluxos de carga e de passageiros (Brasil, 2020).

O modal fluvial, amplamente reconhecido como o principal meio de transporte da Amazônia, exerce papel fundamental no funcionamento econômico e social da região. Milhares de comunidades ribeirinhas dependem exclusivamente dos rios para deslocamento, compra de alimentos, acesso à saúde e educação. No entanto, apesar de sua essencialidade, o transporte fluvial enfrenta desafios significativos relacionados à profundidade variável dos rios, às cheias e secas e à ausência de infraestrutura padronizada (OTCA, 2021).

O impacto da seca dos rios

Movimentação doméstica e internacional de carga em Manaus por cabotagem - em TEU(*)



Fonte: ABAC - Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem. (*) TEU: Twenty-Foot Equivalent Unit (Unidade Equivalente a Vinte Pés)

Em uma região já complicada devido às imensas distâncias e à predominância de vias fluviais, a logística de transporte de mercadorias está enfrentando mais um desafio com a seca dos grandes rios na Amazônia. A navegação de cabotagem se prepara para mais um ano de queda no transporte de cargas devido à estiagem (WSO Logística, 2024). Segundo a WSO, “Quando o nível de água tem diminuição acarreta na redução da capacidade de carga no navio dificultando a operação e ocasiona aumento de custos.”

De acordo com o relatório técnico da WSO Logística, uma das principais dificuldades surge nos períodos de vazante, quando a diminuição do nível da água acarreta na redução da capacidade de carga do navio, dificultando a operação e ocasionando aumento de custo (WSO Logística, 2024). Isso significa que embarcações que poderiam carregar centenas de toneladas precisam reduzir o calado, o que torna as viagens mais longas, menos eficientes e mais caras. Além das limitações impostas pela natureza, o modal fluvial enfrenta carência de investimentos em infraestrutura hidroviária (Brasil, 2020).

A dragagem de canais profundos, a instalação de balizamentos modernos, a atualização cartográfica e a criação de portos intermediários são medidas necessárias para garantir segurança e regularidade no fluxo (Brasil, 2020). Contudo, tais iniciativas ainda avançam lentamente. A etapa portuária também representa um gargalo importante.

A liberação de contêineres depende de verificações fiscais e cumprimento de normas como o PIN, o que torna o processo lento. A não observância do prazo de retirada gera cobrança de diárias e aumenta os custos operacionais. A WSO destaca que “O prazo total de entrega é de 22 dias que compreende: Coleta Ebba; Embarque no PECEM; Trânsito Marítimo; Chegada no porto em Manaus; Desembarço Fiscal; Coleta e entrega pela WSO.” (WSO Logística, 2024).

Além disso, a empresa ressalta que “Após liberado temos 7 dias corridos para coleta, após esse prazo passa a ser cobrado diária de porto.” A deficiência da malha rodoviária intensifica a dependência do transporte aéreo.

A Amazônia possui a menor densidade rodoviária do país, e muitas estradas são intransitáveis durante o inverno amazônico. O Ministério dos Transportes afirma que os custos podem aumentar até 40% nesses períodos.

Já o modal aéreo, apesar de rápido, é limitado por preços altos e capacidade restrita. No campo ambiental, secas severas, enchentes e queimadas têm se intensificado, afetando diretamente a navegabilidade e a segurança das rotas.

A estiagem de 2024 tornou diversos trechos do Rio Amazonas intransitáveis, afetando profundamente o abastecimento. A logística reversa é outro desafio crítico. Conforme documento disponibilizado pela WSO Logística, “A logística reversa nesta região é inviável devido ao alto custo de frete.” (WSO Logística, 2024).

No cenário internacional, a OTCA destaca que países amazônicos compartilham desafios logísticos e ambientais semelhantes, reforçando a importância de políticas de cooperação para fortalecer rotas fluviais e segurança (OTCA, 2021).

A Zona Franca de Manaus depende totalmente de logística eficiente para receber insumos e exportar produtos. A falta de infraestrutura integrada e a burocracia fiscal reduzem a competitividade das indústrias locais, que enfrentam custos logísticos significativamente superiores aos de polos industriais situados em regiões mais próximas ao litoral ou a grandes centros urbanos (Castro, 2018). Como resultado, a Zona Franca de Manaus precisa constantemente buscar melhorias em sua infraestrutura, simplificação normativa e integração multimodal para manter sua atratividade econômica e garantir a permanência das empresas instaladas na região.

Diante disso, torna-se evidente que a modernização das hidrovias, o fortalecimento da cabotagem, o investimento em infraestrutura rodoviária, a digitalização dos processos e políticas públicas sustentáveis são pilares essenciais para construir um sistema logístico eficiente e resiliente na região (Brasil, 2020).

Retornando à introdução e endossando a questão de como viabilizar uma logística eficiente, sustentável e integrada no cenário amazônico, observa-se

que uma logística integrada exige um conjunto articulado de ações estruturais, tecnológicas e políticas (OTCA, 2021).

Em primeiro lugar, é necessário modernizar as hidrovias, investindo em dragagem contínua, balizamento, portos inteligentes e atualização cartográfica. Isso aumentaria a segurança e a previsibilidade das operações fluviais. Também é indispensável fortalecer a cabotagem como alternativa para longas distâncias, integrando portos marítimos e fluviais e reduzindo custos de transporte entre regiões produtoras e consumidoras (Brasil, 2020).

Paralelamente, a malha rodoviária precisa ser ampliada e mantida de forma contínua, permitindo maior integração intermodal entre rios, estradas e modais aéreos. A digitalização dos processos fiscais, especialmente no que se refere ao uso do PIN, desembaraço portuário e liberações da SEFAZ e SUFRAMA, é fundamental para reduzir atrasos e aumentar a competitividade industrial (WSO Logística, 2024). Nesse contexto, a WSO esclarece que “O container só será liberado do porto se todas as notas do container estiverem liberadas na SEFAZ”, reforçando a dependência do processo logístico em relação à burocracia fiscal.

O uso de tecnologias de monitoramento ambiental, como sensores, satélites e inteligência artificial, permitiria prever secas, cheias e riscos logísticos. Além disso, o monitoramento contínuo ajuda empresas e órgãos públicos a tomar decisões mais eficientes, como redirecionar cargas, ajustar estoques, reforçar rotas alternativas e planejar com antecedência obras emergenciais (OTCA, 2021).

Essa integração tecnológica fortalece a resiliência da infraestrutura logística na região, reduz custos operacionais e minimiza impactos socioeconômicos decorrentes de eventos extremos. No campo ambiental e social, a logística amazônica deve priorizar a sustentabilidade, protegendo ecossistemas sensíveis e garantindo acesso digno a comunidades ribeirinhas.

Políticas públicas integradas, cooperação entre os países amazônicos, investimentos privados e participação das comunidades locais são essenciais para criar soluções duradouras. Assim, uma logística eficiente e sustentável na Amazônia depende da integração entre modernização estrutural, inovação tecnológica, preservação ambiental e governança colaborativa, direcionando a região para um modelo logístico resiliente, justo e alinhado ao desenvolvimento sustentável.

Como evidencia a WSO Logística, a eficiência operacional na Amazônia só se tornará plenamente viável quando políticas públicas, tecnologia e infraestrutura caminharem juntas, garantindo previsibilidade, segurança e respeito às dinâmicas naturais da região (WSO Logística, 2024). A empresa reforça ainda que “o prazo total de entrega é de 22 dias”, demonstrando como o tempo operacional da cadeia logística é fortemente impactado pela distância, burocracia e pelos processos portuários.

Essa constatação revela que a logística amazônica não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um sistema complexo que demanda ações coordenadas e investimentos contínuos, capazes de superar desafios históricos e fortalecer a conectividade entre territórios (Castro, 2018; OTCA, 2021). Além

disso, a superação das desigualdades regionais e das limitações estruturais exige cooperação entre governos, iniciativa privada e populações locais, garantindo que soluções sejam sustentáveis e adequadas à realidade amazônica. Investimentos em infraestrutura multimodal, tecnologias de monitoramento ambiental, simplificação regulatória e proteção socioambiental tornam-se essenciais para ampliar a eficiência do transporte e promover o desenvolvimento regional (Brasil, 2020).

Assim, a logística na Amazônia se consolida não apenas como um desafio operacional, mas como um elemento estratégico para a integração nacional e para o equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental.

Além disso, a análise da WSO mostra que o êxito das operações logísticas depende diretamente da modernização das hidrovias, do aperfeiçoamento dos processos fiscais e da adoção de ferramentas digitais que reduzem o tempo de circulação das cargas (WSO Logística, 2024). Em complemento, destaca-se a citação direta: “A logística reversa nesta região é inviável devido ao alto custo de frete.”

Quando essas medidas são implementadas de forma integrada, criam-se condições para um fluxo logístico mais estável, menos vulnerável às variações ambientais e mais alinhado às exigências comerciais contemporâneas.

Portanto, a perspectiva que foi apresentada aqui, mostrou que se faz necessário reforçar a construção de uma logística sustentável e eficiente na Amazônia só será possível mediante um compromisso permanente entre Estado, iniciativa privada e comunidades locais. Tal compromisso deve priorizar mecanismos de inovação, preservação ambiental e infraestrutura resiliente, promovendo uma transformação gradual, porém sólida, do cenário logístico amazônico.

Nesse sentido, fortalecer a logística amazônica significa garantir conectividade entre territórios, ampliar oportunidades econômicas, aumentar a segurança das cadeias produtivas e reduzir vulnerabilidades históricas, especialmente em um contexto de mudanças climáticas que intensificam eventos extremos. É necessário, portanto, avançar rumo a soluções integradas, que combinem ciência, tecnologia, planejamento territorial e participação social.

Somente com uma visão de longo prazo, pactuada e compartilhada, será possível transformar a logística em um instrumento de integração regional, sustentabilidade e prosperidade, consolidando a Amazônia como um território mais conectado, competitivo e respeitoso de sua diversidade ambiental e cultural (Brasil, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A logística de transporte na Floresta Amazônica constitui um dos mais complexos desafios estruturais do Brasil contemporâneo, resultado de uma combinação singular de fatores ambientais, tecnológicos, políticos e socioeconômicos. A região, marcada pela predominância de vias fluviais, possui características naturais que impõem limitações operacionais, tornando indispensável o desenvolvimento de soluções específicas, adaptadas e sustentáveis.

Os entraves identificados ao longo da análise, como a variabilidade do regime de águas, as dificuldades de navegação, a precariedade da malha rodoviária, os elevados custos do modal aéreo e a intensa burocracia fiscal, revelam um sistema logístico que exige reestruturação ampla, integrada e de longo prazo.

Ainda assim, tais desafios não anulam o enorme potencial logístico da Amazônia. Pelo contrário, evidenciam a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e tecnologia, especialmente na modernização das hidrovias, na ampliação da cabotagem e no fortalecimento de sistemas portuários capazes de oferecer maior segurança, previsibilidade e fluidez operacional.

A implementação de ferramentas digitais, como plataformas integradas de rastreamento, automação alfandegária e sistemas inteligentes de monitoramento ambiental, representa caminho indispensável para elevar a eficiência das operações, reduzir custos e mitigar impactos socioambientais. Outro aspecto fundamental é o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A Amazônia, enquanto patrimônio natural e estratégico para o Brasil e para o mundo, demanda políticas que conciliam avanços logísticos e sustentabilidade. A construção de um sistema logístico robusto deve considerar não apenas o fluxo de cargas, mas também o bem-estar das comunidades locais, a proteção dos ecossistemas e o respeito às particularidades culturais dos povos amazônicos.

Além disso, qualquer avanço logístico na Amazônia precisa estar alinhado com práticas de manejo responsável e com a conservação das florestas, que desempenham papel vital no equilíbrio climático global. Soluções como rotas fluviais otimizadas, transporte de baixa emissão, monitoramento ambiental em tempo real e corredores logísticos sustentáveis tornam-se indispensáveis para evitar impactos irreversíveis.

Da mesma forma, é fundamental garantir que as comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas sejam protagonistas no processo de planejamento, uma vez que seu conhecimento sobre o território contribui para decisões mais eficazes e menos danosas ao ambiente. Políticas públicas e iniciativas privadas devem, portanto, criar oportunidades econômicas inclusivas, promovendo desenvolvimento regional sem comprometer a integridade cultural e ambiental da Amazônia.

Assim, a construção de um sistema logístico verdadeiramente integrado e sustentável na região não representa apenas um avanço técnico, mas um compromisso ético e estratégico com o futuro da Amazônia e de todo o planeta.

Esse equilíbrio depende de governança participativa, cooperação entre os entes federativos, envolvimento do setor privado e fortalecimento de parcerias internacionais, especialmente no âmbito da OTCA. Dessa forma, conclui-se que viabilizar uma logística eficiente, sustentável e integrada na Amazônia requer planejamento estruturado, investimentos permanentes, inovação tecnológica e políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento equilibrado.

A região possui condições para se transformar em referência mundial de logística verde, desde que haja compromisso coletivo com soluções que atendam tanto às necessidades da economia quanto à proteção da maior floresta tropical do

planeta. Assim, a logística amazônica poderá desempenhar papel estratégico no futuro do desenvolvimento brasileiro, contribuindo para uma integração nacional mais justa, resiliente e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Política Nacional de Hidrovias**. Brasília, 2020.

CASTRO, Edna. **Políticas públicas na Amazônia**. São Paulo: Edusp, 2018.

OTCA – **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Relatórios Regionais. 2021

WSO Logística. **Logística x Operação de Contêineres**. 2024.

Tássia Patricia Silva do Nascimento

Doutora em Gestão da Inovação – UFAM, Mestre em Sociedade e Cultura – UFAM. Graduação em Publicidade e Propaganda – IFAM, onde atuou em dois grupos de pesquisa: Comunicação, Arte e Linguagem (CAL/IFAM) e o Grupo de Pesquisa Linguagem, Arte, Comunicação e Ciência (LACC/IFAM). Graduação em Logística – IFAM. Graduação em Administração – Uninorte. Graduação em Português/Espanhol – FAVENI. Exerceu atividades de gerencia no grupo Relações Públicas Manaus (RPManaus) de forma voluntária. Atuou como Tutora, Formadora e Pesquisadora da Especialização em Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/CMC. Experiência em Audiodescrição e em Softwares Acessíveis, Braille e Sorobã, Orientação e Mobilidade. Atualmente faz parte do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Cidadania e no Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisas em Produção, Logística e Administração (GEPPLA/IFAM/ CMDI). Exerceu atividades como Diagramadora, Revisora e Projetos Gráficos de Livros. Atuou como Docente UNINASSAU, DOM BOSCO, IFAM, UEA E UNINORTE, MARTHA FALCÃO, FAMETRO.

Cíntia Valadares da Silva

Graduada em Comunicação Social Jornalismo pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), 2019. Especialista em Marketing Digital e Mídias Sociais pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), 2023. Assessora de Comunicação do Grande Oriente do Brasil-Amazonas e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Uninorte. MTb 1355/RO. Graduanda em Direito.

A

ambientais 8, 66, 68, 74, 85, 86, 92
análise 5, 6, 7, 9, 11, 13, 19, 23, 24, 28, 29, 34, 35, 39,
40, 42, 43, 44, 50, 54, 55, 60, 62, 70, 82, 84, 85, 90,
94, 95
asiáticos 1, 2, 3, 4, 7, 17

C

caráter folclórico 73
competitividade 85, 86, 88, 89, 90, 92, 93
crises globais 28, 35
crueldade 42, 43, 49, 54
cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 14, 16, 20, 22, 25,
42, 49, 53, 54, 58, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84

D

desenvolvimento 3, 6, 8, 9, 11, 14, 19, 24, 28, 29, 30,
33, 34, 37, 38, 39, 40, 44, 52, 60, 68, 73, 74, 75, 81,
82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98,
101, 102, 103, 104
deslocamento 89, 91, 96, 99
direito feminino 11
direitos das mulheres 11, 12, 13, 21, 24, 25
direitos humanos 11, 19, 42, 43, 44, 50, 51, 52

E

estratégicos 36, 42, 43, 44, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 63,
69, 72
expressões culturais 1, 2, 82

F

fluvial 85, 86, 88, 89, 90, 93
funcionalismo público 28, 29, 30, 34, 35, 40

G

geopolítica 38, 41, 43, 54, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 71

globais 2, 4, 5, 28, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 57, 58, 74, 81

I

influência 1, 2, 5, 6, 7, 8, 22, 23, 24, 26, 42, 50, 59, 80, 83

infraestrutura 9, 64, 68, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

instabilidade 42, 45, 50, 55

instrumentos 3, 6, 9, 28, 55, 62, 82

internet 1, 9

intervenção humanitária 42, 50, 54

L

logística 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

M

manutenção 23, 35, 36, 42, 51, 52, 53, 57, 60, 61

P

pandemia 10, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

paradiplomacia 36, 38, 39, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84

política externa 36, 37, 39, 40, 57, 59, 74

políticas públicas 13, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 60, 64, 81, 82

população 11, 12, 17, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 75

populações 33, 42, 43, 44
portos 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94
privados 31, 64, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94
processo 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 24, 32, 36, 48, 53, 54, 61,
64, 75

R

recursos naturais 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 71, 72

S

sanitária 28, 30, 33, 35, 37, 39, 40, 41
saúde 12, 16, 19, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37, 38, 39, 40, 41, 54, 78
segurança 19, 40, 47, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64,
68, 69
segurança produtiva 96
sociedades 2, 7, 11, 29
sustentabilidade 75, 80, 81, 88, 90, 94, 96, 98, 101,
102, 103
sustentável 64, 71, 73, 75, 81, 82

T

transporte 86, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101,
102, 103

V

vulneráveis 33, 42, 43, 44

